

ATA 220ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos dezessete dias do mês de março de dois mil dezessete, às nove horas, na plenária da Casa de
3 Direitos Humanos – MG, realizou-se a ducentésima vigésima Plenária Ordinária do CEAS,
4 coordenada pela Presidente Simone Aparecida Albuquerque onde estavam presentes os seguintes
5 **Conselheiros Titulares:** Cristiane Isabel Felipe – IMSNS, Dayana Cristina Lourenço e Assis –
6 CMAS/ Juiz de Fora, Geisiane Lima Soares – CARITAS, Josiany Vieira de Souza –
7 ACONEQUISTAC, Leonardo Carvalho Ladeira SEPLAG, Luiz George Marcelino Trindade –
8 CMAS/Lagoa Santa, Maria Juanita Godinho Pimenta – FEDAPAES, Marta Elizabete de Souza Aguiar
9 – SES, Raquel Francisca Ferreira Silva – CMAS Leopoldina, Rodrigo dos Santos França –
10 ASSPROM, Rosilene Aparecida Tavares – CRESS, Silvana Célia e Campos – SEE, Soyla Raquel
11 dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND e Wilson de Sales
12 Lana - SEF . Dos **Conselheiros Suplentes:** Érica Andrade Rocha – CPR/MG, Fabrícia Ferraz
13 Mateus Lopes – SEAPA, Helder Augusto Diniz Silva – CMAS/Pedro Leopoldo, Isabela de
14 Vasconcelos Teixeira – SEDESE, Isac dos Santos Lopes – ASQUIS, Leonardo Koury Martins –
15 SEDA, Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas – CMAS/Leopoldina, Marta Maria Castro Vieira da
16 Silva – SEDESE, Roseane Cristina dos Santos – FENEIS, Sandra Regina Ferreira Barbosa –
17 SINTBREF, William de Souza Franco – AQMARQUES, William Santos Franca – URCMAS/BH.E dos
18 membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Cláudia
19 Alexandre, Consolação Cifani da Conceição, Leonardo Lobato Martins Costa, Maria Regina Varela
20 Caldeira, Misley Miely de Castro Costa, Raquel Trindade de Freitas Freire, Rosalice Tassar de
21 Almeida, Rosângela Maria da Silva e Vera Lúcia Rodrigues. A plenária teve início com a fala da
22 Presidente Simone Albuquerque. **SIMONE:** Bom dia! Eu vou dar início a nossa Ducentésima décima
23 vigésima Plenária Ordinária. Quero cumprimentar as pessoas que acompanham aqui a nossa
24 reunião e agradecer pela presença. Cumprimentar a nossa secretária executiva Consolação, e em
25 nome dela, todos os membros da secretaria executiva. Cumprimentar a nossa querida vice-
26 presidente Geisiane. E, quero dizer a todos que, com certeza, hoje, nós teremos mais um excelente
27 dia, porque compreendo que o dia de ontem foi muito importante para o Conselho. Eu acho que
28 todos nós avaliamos muito positivamente a oficina que aconteceu aqui ontem, e que foi muito
29 importante para os rumos do nosso Conselho Estadual. Eu vou imediatamente passar para a nossa
30 vice-presidente... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu vou passar para ela para ela cumprimentar e dar
31 bom dia aos conselheiros. **GEISIANE:** Bom dia a todos (as). Quero cumprimentar a todos os
32 conselheiros em nome da nossa presidente, bom dia. E desejar a todos um ótimo dia de pleno, que
33 tenhamos bons encaminhamentos. Como a Simone disse, ontem foi um dia importante, dia também
34 de ótimas discussões. Que a gente dê continuidade aí nessa energia positiva que foi ontem. Quero
35 cumprimentar também a secretária executiva, e em nome da Consolação, todos os membros da
36 secretaria executiva. Bom dia a todos. **SIMONE:** Bem, eu vou passar para a nossa secretária
37 executiva para ela fazer a verificação de quórum para nós. **CONSOLAÇÃO:** Bom dia a todos (as).
38 Nós temos 08 (oito) conselheiros entre os titulares e em função de titularidade. Então, temos
39 inclusive um quórum qualificado. **SIMONE:** Obrigada, Consolação. Justificativa de ausência. Eu
40 quero justificar a ausência da conselheira Arlete Alves de Almeida, do GRAAL, por motivo de
41 trabalho. Também quero justificar a ausência da conselheira Gabriela Nair Figueiredo, da SEPLAG,
42 por motivo de trabalho. E também, justificar a ausência da conselheira Magda Lúcia Diniz Silva
43 Rocha, da Secretaria de Estado da Saúde, por motivo de férias. E também, do conselheiro Volney,
44 do PSIND, por motivo pessoal. Ele justifica a ausência dele na parte da manhã. Bem, eu vou colocar
45 então a apreciação da pauta do dia de hoje. A primeira coisa que eu vou pedir é a gente tirar aqui a
46 posse da conselheira Débora Ackerman, porque ela está me representando no compromisso agora
47 de manhã. Na hora que ela chegar então eu procedo a posse dela, está bem? Depois nós teremos
48 os informes. Os informes do COGEMAS nós podemos tirar porque, o COGEMAS teve a eleição, mas
49 ainda não teve tempo hábil da gente pegar a indicação e fazer a recondução aqui do COGEMAS.
50 Depois os informes da SEDESE, os informes da reunião do FONCEAS que vai ser proferido pela
51 nossa vice-presidente que representou o Conselho no Fórum. Eu quero saber quem dos
52 conselheiros gostaria de passar algum informe aqui, o conselheiro William, a conselheira Sandra,
53 mais alguém? Está bom. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Então, beleza. E na apresentação para
54 deliberação começamos muito bem com a comissão de orçamento. Eu vou pedir a comissão de
55 orçamento então para já ir “preparando as turbinas”. Depois nós teremos a comissão de política, a
56 comissão de apoio aos conselhos e a comissão de normas. Depois a gente vai discutir a indicação
57 dos nomes para composição da comissão. Então, eu peço que, nós do governo, por favor, pelo

58 nosso “zap gov.”, que a gente já faça as indicações dos nomes. Eu peço também a nossa vice-
59 presidente que ela também organize aí o da sociedade civil para a parte da tarde. Então a gente tem
60 um tempinho para articular os representantes da sociedade civil que iram compor... VOZ AO
61 FUNDO. **SIMONE:** A Geisiane está me dizendo que já tem os nomes, então é só nós do governo que
62 temos que fazer a indicação dos nomes. E depois também, nós temos uma discussão aqui sobre a
63 proposta de emenda constitucional – PEC 287/2016. Eu também trouxe aqui um pedido da nossa
64 secretária de Estado ao Conselho Estadual onde eu vou fazer a leitura aqui. Então, eu quero colocar
65 a pauta em discussão. Não havendo quem queira discutir, estou entendendo então que há uma
66 concordância da pauta no pleno. Ok? Então, muito obrigada. Vamos passar aos informes. Eu peço,
67 por favor, que coloque os informes da SEDESE. Eu quero começar os meus informes dando uma
68 notícia muito importante aqui para o Conselho Estadual. Pode passar Rosa. Nós inauguramos o
69 CREAS regional do médio baixo Jequitinhonha em Almenara com a presença do nosso querido
70 governador Fernando Pimentel. Foi um evento muito importante, primeiro porque é uma devolutiva
71 da última conferência estadual de assistência social. O CREAS regional, vocês sabem ele é uma
72 unidade do governo do Estado de Minas Gerais com trabalhadores do governo do Estado. Nós
73 contamos com a presença de todos os municípios da área de abrangência do CREAS de Almenara.
74 O evento teve um significado pela visita do nosso governador ao CREAS de Almenara, ele visitou,
75 mas não só visitou. Ele também contou com a presença de duas usuárias, ele conversou com elas
76 durante 20 (vinte) minutos. Depois ele convidou as usuárias para descerrar a placa do CREAS com
77 ele, foi bem bonito, bem bacana. E não foi só isso que aconteceu. Também tenho muita honra de
78 informar aos conselheiros que, o governador autorizou a SEDESE a repassar os recursos para o
79 financiamento da equipe de referência da proteção especial para os municípios de pequeno porte,
80 que também é uma deliberação da conferência estadual de assistência social. Então, as referências
81 técnicas são muito importantes para a gente ter uma qualidade técnica da proteção especial nos
82 municípios. Hoje as demandas estão indo muito para a proteção básica. Quero informar que os
83 aceites estão abertos para esses municípios. O próximo passo é instituir a comissão regional de
84 serviços regionalizados, essa comissão foi delibera pelo Conselho Estadual, que será compota pelo
85 governo do Estado, municípios e as comarcas do território. Pode passar. Nós também inauguramos
86 no mesmo dia... O de Almenara foi de manhã, o de Águas Formosas foi de tarde. Nós também
87 inauguramos o CREAS regional do Mucuri, localizado em Águas Formosas. Também foi uma
88 cerimônia bem importante, bem bonita. Nós contamos com a presença de prefeituras, prefeitos,
89 secretários municipais e também dos usuários dos CREAS. Nós tivemos a participação de um grupo
90 de idosos muito importante também. Quero dizer para vocês que os CREAS estão com as unidades
91 muito bonitas, muito “mimosamente” construída por nós todos. Foi também um evento muito
92 importante. Os municípios do entorno da regional de Mucuri eles também vão receber
93 cofinanciamento para as referências técnicas de proteção especial. O outro informe que eu quero dar
94 é que a SEDESE juntamente com as diretorias regionais promove nos meses de março e abril os
95 Encontros Regionais de Gestores Municipais de Assistência Social. Esses encontros fazem parte do
96 programa Qualifica SUAS do eixo apoio técnico. Os primeiros já foram realizados em Muriaé e
97 Almenara reunindo cerca de 70 (setenta) pessoas representando os 29 (vinte e nove) Ô trem bem
98 escrito em gente! Representantes de 29 (vinte e nove) ... Devem ser municípios. Tinham 16
99 (dezesesseis) presentes. Eu imagino que deve ser isso que está escrito aqui. Os Encontros Regionais
100 de Gestores Municipais de Assistência Social visam orientar e instrumentalizar os novos gestores na
101 execução da política de assistência, e fazem parte das estratégias de apoio técnico constantes no
102 eixo um do Programa Qualifica SUAS. A oferta de apoio técnico por meio de realização dos
103 encontros pretende reunir gestores dos municípios de abrangência da respectiva regional. A gente
104 está abordando os seguintes temas: “Histórico da assistência social no Brasil;” “A organização do
105 SUAS;” “O controle social.” Também estamos chamando a atenção dos gestores para as
106 conferências de assistência social, a importância da organização das ofertas, o financiamento do
107 SUAS, a utilização do cofinanciamento. Incluímos também, por solicitação do COGEMAS, a
108 discussão sobre o marco regulatório da sociedade civil e suas especificidades. Aqui estão os locais e
109 as datas. Eu vou ler para registro. Dia 30 (trinta) de março em Araçuaí; Dia 29 (vinte e nove) de março
110 em Curvelo; Em Diamantina nós estamos definindo; Dia 12 (doze) de abril em Divinópolis; Dia 30
111 (trinta) de março em Valadares; Dia 21 (vinte um) e 22 (vinte e dois) de março em Uberlândia,
112 Uberaba e Ituiutaba; Dia 24 (vinte e quatro) de março em Juiz de Fora; Dia 31 (trinta e um) de março
113 em Montes Claros; Dia 07 (sete) de março em Muriaé; Dia 29 (vinte e nove) de março em Passos;
114 Dia 06 (seis) de abril em Paracatu; Dia 04 (quatro) de abril em Patos de Minas; Dia 14 (quatorze) de
115 março em Patos de Minas; Dia 28 (vinte e oito) de março em Poços de Caldas; Dia 27 (vinte e sete)

116 de março em Salinas; Dia 28 (vinte e oito) de março em São João Del Rei; Dia 22 (vinte e dois) de
117 março em Teófilo Otoni; Na região metropolitana estamos definindo; Dia 12 (doze) de abril em
118 Varginha. Também quero aqui passar o informe da superintendência do Fundo Estadual de
119 Assistência Social dos pagamentos do Piso Mineiro. Comunicamos que o governador do Estado de
120 Minas, por meio da SEDESE, realizou nos dias 09 (nove) a 13 (treze) de março a transferência de
121 duas parcelas do Piso Mineiro de Assistência Social fixo diretamente para os Fundos Municipais em
122 consonância com o decreto 46873 de 26 de outubro de 2015, assinado pelo governador Fernando
123 Pimentel. Foi paga uma parcela recente desse ano e uma de julho de 2016. A parcela desse ano foi
124 referente a janeiro de 2017. Na hora da apresentação da comissão de orçamento a gente vai
125 apresentar a negociação que a SEDESE fez para o pagamento do Piso Mineiro, está bom?
126 Informamos que o pagamento da parcela de janeiro de 2017... isso é importante! Eu acho a atenção
127 aqui dos conselheiros... somente está sendo efetivado caso o município tenha realizado a
128 regularização de sua situação no CAGEC - Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas
129 Gerais. O que significa isso? O CAGEC tem 03 (três) tipos de cadastros: cadastro da prefeitura, onde
130 tem o nome do prefeito, CPF do prefeito. Tem 02 (dois) anos que a gente fez o cadastro dos Fundos
131 Municipais para a gente conseguir fazer o repasse Fundo a Fundo regular e automático. Então agora
132 tem o cadastro dos Fundos Municipais também. Muitos municípios estão fazendo o quê? Estão
133 fazendo o cadastro da prefeitura, mas não estão fazendo o cadastro do Fundo Municipal, então não
134 tem como a gente transferir. Desde o ano passado que a gente só transfere do Fundo Estadual para
135 os Fundos Municipais. Então, para regular a situação financeira, também é preciso que haja uma
136 atualização dos Fundos Municipais. Caso o pagamento não seja identificado na presente data,
137 solicitamos que o município entre em contato com a diretoria de gestão do Fundo por meio dos
138 telefones 3916-8043/8041/8036/8035, ou com o próprio setor do CAGEC por meio dos telefones 31-
139 3915-2090/3915-2091/3915-2092. Aqui a gente continua com destaque ao município de Venceslau
140 Brás. Bem, a situação de regularidade no CAGEC. Isso aqui eu já falei, não é? Vamos passar. Ah
141 está bem! É porque aqui o pessoal está trazendo informes mais completos. Então, vamos aqui. Para
142 que os municípios possam formalizar parceria com a administração pública estadual... Aqui nem é
143 parceria no nosso caso. Para que os municípios possam receber os recursos Fundo a Fundo, ou
144 mesmo os que quiserem receber repasse de outras secretarias do Estado, é necessário a
145 atualização dos dados no CAGEC de Minas Gerais, tanto no CNPJ das prefeituras, quanto dos
146 Fundos Municipais, como eu disse aqui. Para a atualização do Fundo Municipal o gestor deverá
147 enviar a documentação abaixo para o CAGEC. Infelizmente gente o cadastro é feito por documentos
148 enviados pelo correio até hoje, físicos. Eu tenho muita esperança que a gente consiga informatizar o
149 processo para facilitar a nossa vida e a de vocês. Mas tem que mandar: Cópia do termo de posse do
150 secretário municipal de assistência social; Cópia da carteira de identidade e CPF do secretário
151 municipal de assistência social; Lei de criação do Fundo Municipal de Assistência; Ata de criação do
152 CMAS; Cópia do cartão de inscrição do CNPJ do Fundo, não da prefeitura; Cópia referente ao termo
153 de posse do prefeito; Cópia da carteira de identidade, RG e CPF do prefeito; Diploma do prefeito
154 emitido pelo TER; E-mail e telefone de contato do responsável pela atualização das informações.
155 Aqui tem o endereço para onde deve ser enviado. Lá no Fundo Estadual nós estamos recebendo os
156 documentos escaneados pelos secretários municipais, e nós estamos dando fé pública aos
157 documentos para que a gente possa de fato repassar os recursos. A gente luta para receber o
158 financiamento e, na hora que chega o financiamento, ele fica parado na conta do Fundo porque está
159 faltando documentação. E por outro lado, nós não podemos repassar o dinheiro se não tiver os
160 responsáveis cadastrados formalmente. Então, eu peço para quem puder colaborar... para que a
161 gente de fato possa passar os recursos que estão parados no Fundo Estadual de Assistência Social.
162 Qual é a situação atual? Pode passar. Nós temos 532 (quinhentos e trinta e dois) municípios
163 regulares, mas ainda faltam 321 (trezentos e vinte e um) municípios que estão com os recursos
164 parados. Aí é o Plano de Serviço. Eu trago mais é para vocês terem clareza da situação. A que
165 está o Plano de Serviço de 2015. Nós continuamos com 853 (oitocentos e cinquenta e três) Planos
166 de Serviços de 2015 em ok, mas ainda tem 06 (seis) em análise de preenchimento e 02 (dois) em
167 Conselhos Municipais. A comissão de acompanhamento de Conselho depois podia dar uma
168 apertada nesses 02 (dois) Conselhos Municipais que estão analisando ainda o Plano de Serviço de
169 2015. Aqui é da alta complexidade. É parecida a situação, então pode passar. O de 2003 nós temos:
170 03 (três) em análise dos Conselhos Municipais; 08 (oito) em preenchimento pelo gestor municipal. A
171 prestação de contas dos recursos de cofinanciamento estadual. O demonstrativo atual físico e
172 financeiro de execução da receita de despesa do ano de 2014 continua disponível para
173 preenchimento. O prazo a gente tem estendido um pouco para ver se a gente consegue regularizar.

174 Nós estamos priorizando, principalmente no nosso apoio técnico, os municípios ainda com dívida de
175 preenchimento de 2012 e 2013. Pode passar. Aí é só para ficar como registro o demonstrativo de
176 2012, 2013 e 2014. Eu quero informar também aos conselheiros sobre a oficina de trabalho social
177 com as famílias no PAIF e no serviço de convivência de fortalecimento de vínculo. No dia 08 de
178 março de 2017, a SEDESE através da diretoria de serviços socioassistenciais, em parceria com a
179 Associação dos Municípios da microrregião do Vale do Paranaíba, realizou uma capacitação sobre o
180 trabalho social com as famílias no PAIF para os coordenadores de CRAS, técnico de referência e
181 orientadores sociais. Foram convidados os profissionais que atuam nos 19 (dezenove) municípios
182 sobre abrangência da diretoria regional de Uberlândia, e contou com participação de 13 (treze)
183 municípios e 63 (sessenta e três) pessoas. Vai acontecer uma oficina sobre o serviço de convivência
184 e fortalecimento de vínculo no dia 28 de março de 2017, de 09h30min às 12 horas. A SEDESE com
185 parceria com a Fundação João Pinheiro realizará um grupo focal com os trabalhadores participantes
186 do Capacita SUAS para discutir e avaliar os cursos ofertados em 2016. Nesta ocasião, a diretoria de
187 serviço socioassistencial realizará uma oficina que abordará os serviços de convivências e os
188 fortalecimentos de vínculos. Nós também faremos no dia 30 de março, de 14 horas às 17 horas, uma
189 videoconferência sobre os serviços e programas da proteção básica para os trabalhadores da
190 proteção básica, os secretários municipais e os conselheiros de assistência social. A
191 videoconferência vai discutir a proteção básica e os seus serviços, além de debater sobre os
192 programas, principalmente porque o governo federal, a CIT e o CNAS fizeram uma readequação do
193 ACESSUAS Trabalho. A SEDESE realizou no dia 07 de março uma videoconferência sobre os
194 conceitos básicos do CADÚNICO e o Programa Bolsa Família, com a participação de 700
195 (setecentas) pessoas no Estado inteiro. Nós realizamos de 13 a 17 de março de 2017 através da
196 diretoria de benefício de transferência de renda da SEDESE uma capacitação de formulários do
197 Cadastro Único para instrutores com os técnicos das diretorias regionais da SEDESE. Essa
198 capacitação tem por objetivo formar instrutores do Cadastro Único com proficiência nos conceitos do
199 formulário de cadastramento que possam atuar como multiplicadores desse conhecimento para os
200 entrevistadores nos municípios. Então nós estamos capacitando os técnicos das diretorias regionais
201 para que eles também possam ser multiplicadores. Oficina com municípios prioritários de 22 a 29 de
202 março e 11 de abril. A SEDESE através da diretoria de benefício e transferência de renda realizará
203 uma oficina intersetorial que abrange as áreas de assistência, saúde e educação. Participaram dessa
204 oficina 04 (quatro) representantes de 73 (setenta e três) municípios que estão com alguma das taxas
205 do IGD Bolsa Família baixa. Só lembrando ao Conselho que, essa também é uma meta contida no
206 Plano de Apoio Técnico do Qualifica SUAS. A SEDESE através das diretorias de serviço e benefício
207 de transferência de renda e com a participação do CEAS realizou no dia 03 de março de 2017 a
208 reunião do GT de benefícios eventuais. Para os conselheiros que estão novos aqui, o CEAS está
209 com o GT sobre o benefício eventual, no qual foi discutida a revisão da regulamentação da resolução
210 do CEAS que dispõe dos benefícios eventuais. Na reunião foi debatida uma minuta de resolução que
211 altera a regulamentação dos benefícios eventuais e a realização de oficina interna e externa para
212 aprofundar as discussões. A SEDESE junto com o Conselho Estadual está organizando oficinas para
213 a gente discutir e aprofundar as orientações para os municípios acerca dos benefícios eventuais.
214 Também quero informar que nós fizemos uma nota técnica conjunta entre a SEDESE e a saúde
215 sobre distribuição de repelente para o problema do zika vírus. A SEDESE através da diretoria de
216 serviço e benefício de transferência de renda juntamente com a secretaria de saúde elaborou uma
217 nota técnica conjunta que irá orientar os municípios na distribuição de repelentes para as
218 beneficiárias gestantes do Programa Bolsa Família. A minuta que será publicada será encaminhada
219 aos municípios com a finalidade de esclarecer o fluxo da distribuição pela saúde e o apoio das
220 equipes da assistência social na divulgação dos locais de distribuição dos repelentes. Nós estamos
221 fazendo essa nota porque o MDS deu um informe nacional dizendo que os repelentes seriam
222 distribuídos nos CRAS. Então, achamos melhor junto com a secretaria de saúde, a gente informar
223 que nos municípios mineiros os repelentes serão distribuídos nos centros de saúde, e que os centros
224 de referência de assistência social vão informar e orientar as famílias. Estava dando muita confusão
225 para nós, não é? Eu quero cumprimentar e agradecer a presença do presidente do COGEMAS, Jose
226 Cruz. Muito obrigada pela presença aqui. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu quero informar também
227 para os conselheiros que, nós lançamos na SEDESE através do nosso blog do SUAS uma
228 campanha do SUAS lilás. O SUAS lilás é um debate sobre gênero e assistência social, e a
229 importância da assistência social para o empoderamento das mulheres. Não só o nosso blog ficou
230 lilás, fazendo aí uma referência para as mulheres e a importância da luta das mulheres, mas
231 também, a SEDESE está fazendo alguns eventos pelo mês das mulheres. Nós estamos lançando

232 um... Como é que chama esse negócio que a gente manda pelo “zap”, gente? Como é que chama
233 esse negócio? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Gif. É isso? São gifs sobre como que o Programa Bolsa
234 Família contribui no empoderamento das mulheres beneficiárias. A gente está fazendo uma série de
235 gifs, não é Léo? Gifs dizendo que mulheres que recebem o Bolsa Família a renda colabora para o
236 seu protagonismo, para a gente desmitificar um pouco o preconceito que existe com as beneficiárias
237 do Bolsa Família. Além de a gente estar mandando gifs para o Estado inteiro, para os usuários e
238 para os trabalhadores, nós vamos fazer uma agenda conjunta com a prefeitura de Belo Horizonte
239 num CRAS com as mulheres usuárias do CRAS. Os nossos CREAS regionais também estão
240 discutindo as violências contra as mulheres os 2 (dois) CREAS, tanto em Almenara, quanto em
241 Águas Formosas. Nós estivemos lá em Águas Formosas, contamos com a presença da nossa ex-
242 presidente Maria. Eu já estou sabendo que ela já fez um sucesso danado lá com as mulheres! Como
243 é característica da nossa querida ex-presidente. Então é um incentivo para que o SUAS traga para a
244 sua agenda o debate de gênero na assistência social. Eu acho que é uma reivindicação do
245 movimento de mulheres antiga. Eu acho que de certa forma estamos conseguindo dar visibilidade
246 para a pauta de gênero na assistência social. Eu encerro aqui os informes da SEDESE me
247 colocando à disposição dos conselheiros. Ok? Eu estou entendendo que você vai dar os informes do
248 COGEMAS, não é José da Cruz? Eu tinha falado que não teria os informes do COGEMAS, mas
249 como o presidente chegou aqui, eu vou passar para o presidente do COGEMAS para ele dar os
250 informes do COGEMAS. **JOSÉ DA CRUZ:** Bom dia a todos (as). Quero externar a minha alegria de
251 estar neste Conselho mais uma vez. Quero agradecer a acolhida como sempre calorosa.
252 Cumprimentar a nossa presidente Simone Albuquerque, a nossa vice-presidente Geisiane. Em nome
253 de vocês duas, quero cumprimentar a todas as mulheres pelo o mês de março e parabenizá-las.
254 Quero dizer que nós tivemos no dia 21 do mês passado a eleição da nossa nova diretoria do
255 COGEMAS. Eu tive a honra de ser eleito presidente junto com a nossa querida secretária de
256 Cordisburgo Ivone como vice-presidente. É um conjunto de gestores bastante comprometidos com a
257 defesa da assistência social do SUAS que integram a nossa chapa com um propósito de fortalecer
258 essa entidade representativa do SUAS, muito na defesa desse sistema de proteção que nós
259 construímos, que nós constituímos no nosso Estado de Minas Gerais das nossas 853 (oitocentas e
260 cinquenta e três) cidades mineiras. É com muita honra e muito orgulho que eu estou aqui para
261 primeiro informa-los da nossa eleição. Foi muito importante. Hoje, eu já estou assinando a indicação
262 tanto para a CIB, quanto para o Conselho Estadual, dos gestores que representaram essas
263 instâncias do SUAS no Estado de Minas Gerais. Eu estou aqui em reunião com a equipe técnica da
264 secretaria executiva, então não podia perder a oportunidade sabendo que estava acontecendo essa
265 plenária de estar aqui para trazer esse informe a vocês. Também quero informar a este Conselho
266 Estadual que Minas Gerais sediará o Encontro Estadual dos Gestores da Região Sudeste. Este
267 encontro vai acontecer na cidade de Caxambu, aqui em Minas Gerais. Então, nós teremos nos dias
268 27 e 28 de abril o Encontro Regional Sudeste dos Gestores Municipais de Assistência Social. Eu não
269 sei se todos sabem, mas, são encontros regionais que aconteceram em todas as 05 (cinco) regiões
270 do país, e eles antecedem o Encontro Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social. O
271 Encontro Nacional acontecerá entre 07 a 09 de junho, na cidade de Porto Seguro, na Bahia. Então,
272 este Conselho está convidadíssimo para estar com o COGEMAS participando tanto do Encontro
273 Regional, mas também o Encontro Nacional que acontecerá em Porto Seguro. Nós sabemos dos
274 desafios deste ano, não é? Nós temos um ano de conferências municipais, de conferências regionais
275 e a conferência estadual, mas também integra essa agenda da assistência social o Encontro
276 Regional Sudeste. É com muita honra que Minas Gerais sedia este encontro. Tanto os Encontros
277 Regionais, quanto o Encontro Nacional, a pauta é o Plano Decenal da Assistência Social. Os
278 gestores de forma bastante proativa “tira da gaveta” do Conselho Nacional de Assistência Social e do
279 governo federal um instrumento importantíssimo de planejamento que foi construído, que foi debatido
280 nas instâncias do SUAS no âmbito nacional e traz novamente para a pauta, Então nós convidamos
281 este Conselho, guardião dos direitos socioassistenciais do Estado de Minas Gerais, para estarmos
282 juntos com o gestores municipais discutindo as metas, as diretrizes e os objetivos estratégicos
283 traduzido no Plano Decenal da Assistência Social. Este é o segundo Plano Decenal, vocês sabem
284 disso. Nós já estamos com o segundo planejamento para 10 (dez) anos no campo da assistência
285 social. É um planejamento importante, ancorado com uma pesquisa muito bem estruturada
286 conduzida pela professora Odair, da PUC/São Paulo. Então, é um Plano Decenal que nos orienta no
287 campo da assistência social para os próximos 10 (dez) anos. Também quero informar que a
288 professora Odair estará conosco no Encontro da Região Sudeste, ela já aceitou o convite para fazer
289 esse debate conosco. Esse evento promete ser um evento importante, um marco no Estado de

290 Minas Gerais. Nós pedimos então todo o apoio do Conselho Estadual para nos ajudar na mobilização
291 dos gestores, trabalhadores e conselheiros possam estar presentes nos dias 27 e 28 de abril em
292 Caxambu fazendo esse debate importante. Também vamos fazer a discussão da... VOZ AO FUNDO.
293 **JOSÉ DA CRUZ:** É o cansaço! Eu saí ontem às 23 horas da Câmara Municipal de Belo Horizonte,
294 estava participando de uma audiência bastante tensa, fruto da ausência do Estado na cidade. Nós
295 estamos assumindo uma herança que tem nos desafiado muito, mas nós vamos de fato resignificar e
296 colocar Belo Horizonte na rota da referência de sempre no campo da assistência social. Nós
297 vamos fazer uma discussão também da questão fiscal. Como é que chama Simone? Me lembra aí!
298 Eu esqueci o nome! VOZ AO FUNDO. **JOSÉ DA CRUZ:** Da nota técnica do IPEA sobre essa
299 questão fiscal atual. Eu esqueci está bem, gente! Mas são as implicações da política de assistência
300 social. Estará conosco a Luciana Jabur, uma das grandes intelectuais e uma das grandes referências
301 do IPEA. Ela estará conosco também no Encontro Regional para fazer esse debate. Também já está
302 confirmada a presença dela nesse encontro. Será um encontro importante para nós. Eu convido o
303 Conselho aqui para estar conosco. E no mais, quero agradecer a oportunidade de estar aqui
304 presente. Eu gostaria de estar sempre neste Conselho para trazer os informes da agenda política
305 dos gestores municipais para este Conselho. Então, sempre que possível, eu estarei presente. Nós
306 já designamos o Gilberto, que é secretário municipal de Passos, e a secretária Ivone, de
307 Cordisburgo, para terem assento neste Conselho Estadual, respectivamente na titularidade e
308 suplência, para contribuir aqui com os debates. Farei questão de estar presente, mas não estando, a
309 nossa vice-presidente terá assento neste Conselho e trará todos os informes necessários para que o
310 Conselho possa acompanhar a agenda do COGEMAS de Minas Gerais. Quero agradecer e desejar a
311 vocês um bom debate neste dia. Que possam sair daqui resoluções importantes para que nós
312 possamos cada vez mais reafirmar este direito constitucional no nosso Estado. Obrigado, gente.
313 APLAUSOS. **GEISIANE:** Obrigada, José. Dando continuidade aos informes, quero fazer aqui o
314 informe da última reunião do FONCEAS, onde eu participei representando este Conselho. Ele
315 aconteceu nos dias 14 e 15 agora, ou seja, eu emendei a viagem e as participações. Eu até fiquei
316 rouca, porque o clima em Brasília estava horrível. A reunião reuniu aproximadamente 20 (vinte)
317 Estados que participaram desse encontro. Ele aconteceu no Guará, inclusive uma questão que foi
318 levantada por ser uma região mais distante, tiveram alguns transtornos com localização e chegada
319 dos participantes. Na pauta estava proposta para se discutir o cofinanciamento no contexto do pacto
320 federativo; A apresentação do Cadastro Nacional das Entidades – CNEAS; foi apresentada uma
321 experiência do Conselho do distrito federal sobre o controle social no SUAS. No segundo dia houve
322 uma mesa redonda sobre a 11ª conferência nacional, debates. E também, um debate e um painel
323 sobre a gestão do controle social do Programa Primeira Infância na perspectiva da efetivação dos
324 direitos. E aí, como uma metodologia também dos encontros, é feita uma carta que vai trazer o
325 resumo das discussões e dos encaminhamentos. Houve a avaliação desta carta chamada “Carta de
326 Brasília.” E, no caso, teve uma discussão também que não estavam em pauta, mas a gente
327 conseguiu incluir, uma discussão sobre o BPC e toda essa proposta de reforma da previdência. O
328 Conselho Nacional apresentou um manifesto que fez em forma de resolução, teve uma boa
329 discussão também sobre o BPC, contando inclusive com a presença da deputada Rosinha. Ela
330 esteve no encontro, fez uma discussão muito boa, levou as propostas de emendas que foram
331 apresentadas.... Enfim, a gente conseguiu colocar também em pauta. Tendo em vista que foi um
332 acréscimo na pauta do FONCEAS a discussão do BPC, a gente conseguiu em articulação com os
333 outros Estados propor um encaminhamento de um dia nacional de luta e que foi aprovado. Eu não
334 tenho a carta. No segundo dia teve muitos atrasos, foi bem apertado para ir embora em tudo em
335 questão do voo. Eu não consegui ficar para discussão da carta e nem do manifesto, mas eu tenho
336 certeza que foi aprovado esse dia nacional de luta em defesa do BPC e contra essas propostas da
337 reforma. Então, assim que a carta chegar, eu acho importante a gente trazer, não é Consolação?
338 VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Sim. E repassar para todos os conselheiros, tanto a “Carta de Brasília,
339 ” quanto o manifesto. Eu tentei contato com algumas pessoas, mas infelizmente eu não consegui. Eu
340 não sei como que ficou, mas eu sei desses encaminhamentos importantes. Eu quero trazer um
341 pouco da discussão como um todo. Primeiro eu quero dizer foi a minha primeira vez participando
342 desse Fórum. Quero dizer que eles ficaram muito felizes com a presença de Minas Gerais sendo que
343 já havia um tempinho que não íamos, segundo eles. Eles reforçaram que é importante trazer para
344 este Conselho a permanência da representação do Conselho Estadual de Minas nesse espaço. E
345 pela a minha experiência em ter ido e não conhecer ninguém, eu consegui aos poucos me integrar e
346 tudo. Mas eu acho importante a gente pensar aqui no Conselho a possibilidade de ir mais que um
347 representante do Conselho nesses espaços, eu acho que fortalece e que é importante. A gente sabe

348 das dificuldades com diária, com o financeiro, mas eu queria trazer aqui essa sugestão. Os Estados
349 que lá estavam a maioria deles tinham mais até que 02 (dois) representantes. Eu acho que me cabe
350 aqui trazer essa defesa, pois eu acho que é importante. No primeiro painel, que foi sobre o
351 cofinanciamento, tiveram representantes do MDSA, e também estava o Fábio Bruni, que é o
352 presidente do CNAS contribuindo com essa apresentação. Muito foi falado a respeito das questões
353 orçamentárias, a importância dos Conselhos em motivarem os municípios e as gestões a ampliarem
354 e aprimorarem as discussões sobre o orçamento, sobre gestão e financiamento. O representante da
355 secretaria nacional de assistência social que esteve lá, o Antônio José Henrique, ele apresentou um
356 pouco sobre as fontes de recursos, trouxe a questão da seguridade social e apontando a tentativa de
357 desvincular esse recurso do BPC. Ele também colocou muito sobre a questão de os municípios
358 terem recursos em conta, como que os municípios ainda têm que ser culpados por essa situação. É
359 como se fosse uma desculpa. Infelizmente isso fica muito forte ainda, não é? Muitos dos
360 representantes conseguiram se manifestar a respeito de que precisamos aprimorar a discussão com
361 os municípios, não é culpabilizá-los. É como se transferisse a questão financeira dos
362 cofinanciamento, dos atrasos, dos pactos, fosse culpa dos municípios. Uma discussão também
363 colocada por eles é justificando que eles ainda farão o upgrade nos 45% para os recursos do Piso
364 dos CRAS. Foi colocada essa questão também. No painel da conferência, o presidente do CNAS
365 disse que na reunião descentralizada do Conselho Nacional... Ainda não saiu nada, até pedi a
366 Consolação para conferir ontem. Ele disse que na reunião que vai acontecer nos dias 02, 03 e 04 de
367 abril... VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Quem? A Jose? Que bacana! Nessa reunião a expectativa é
368 que levaram instrumentais para se discutir a conferência. Ainda não tem, não saiu nada. Ele fez a
369 apresentação dos eixos. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** 04 e 05 de abril a reunião descentralizada do
370 CNAS em São Paulo. Então, sobre o debate da conferência. Ele trouxe os eixos e as temáticas que
371 vão ser discutida. São 04 (quatro) eixos, sendo o primeiro o sistema de proteção não contributivo e o
372 acesso aos serviços. O segundo eixo é o controle social no SUAS. O terceiro eixo é o acesso a
373 segurança afiançadas pelo SUAS. E o quarto eixo é uma discussão mais de legislação e de gestão.
374 Então foi o que ele conseguiu mais de concreto apresentar. Ele apresentou que terão 02 (dois)
375 instrumentos que ainda não saíram, mas que vai ser apresentado na reunião descentralizada. Ele
376 disse também que, para o plenário final, serão 10 (dez) deliberações gerais entre esses eixos. Esse
377 vai ser um encaminhamento diferencial na conferência, segundo o presidente do Conselho. O
378 instrumental ele vai pedir que os municípios e os Estados levem 10 (dez) deliberações gerais entre
379 esses 04 (quatro) eixos. Isso é algo que ele já adiantou e que vai ser melhor detalhado na reunião
380 que a Jose vai representar o Conselho. O painel do controle social do Programa Primeira Infância foi
381 o mais debatido, fizeram uma apresentação terrível lá do Programa, apresentaram os eixos e
382 tentaram fazer um convencimento. Teve muita manifestação de Estados e de representantes das
383 incompatibilidades do programa com a assistência social. Eu também me manifestei. Eles
384 apresentaram os Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, os dois, até então que não farão a
385 gestão do Programa Primeira Infância junto aos municípios. E assim, deu um grande foco para lá
386 para Minas Gerais. Eu pedi a participação e disse de todo o processo que nós tivemos aqui e que
387 cominou na decisão unanime pela não adesão. Eu disse que foi uma discussão muita rica, que nós
388 conseguimos fazer grandes debates. Eu elenquei todos os pontos que nós conseguimos no coletivo,
389 inclusive com a participação de movimentos sociais e de representatividade de classes que tiveram
390 aqui e que foram encaminhadas para o Conselho. E com a participação de todo esse grupo, eu
391 elenquei todos os pontos que a gente chegou na conclusão e que tinha compatibilidade com o
392 sistema que nós fizemos chegar a adesão do não aceite e da não adesão. E eu disse que o nosso
393 material tinha sido muito bem sistematizado, que temos nota e uma resolução. A Renata Ferreira que
394 é diretora da proteção básica no MDSA fez a apresentação e disse que a metodologia do programa
395 ainda não está fechada, que eles estão fazendo várias modificações. Eles estão rodando os Estados,
396 querem visitar todos os Estados. Ela disse que quer estar em todos os Estados, conversar e explicar
397 novamente. Inclusive depois da minha fala ela disse que sentia muito de não ter vindo aqui em Minas
398 Gerais e de não ter participado do rico debate que eu falei que aconteceu. Ela disse que queria muito
399 vim a Minas Gerais, ela queria muito debater com Minas. Eu disse que o nosso material estava à
400 disposição e todos sistematizado, e que tinha sido um material muito importante. Eu disse que, já a
401 metodologia do programa não estava pronta, o nosso documento poderia orientar muito para que
402 eles modificassem as questões. E aí, ela meio que transformou a minha fala e aceitar o meu convite
403 e conhecer o nosso material. Ele disse que ligou várias vezes tentando o debate e não conseguiu.
404 Então assim, enfim, foi uma discussão... infelizmente foi uma discussão já no final. Muitos
405 participantes estavam ali preocupados com a saída e com os voos. Como foi em uma regional um

406 pouco distante, estavam todos receosos com relação à ida para o aeroporto. Eu tive a oportunidade
407 também no final de conversar com o presidente Fábio. Assim que eu saí, um pouco depois, ele me
408 encontrou lá no lado de fora e disse “olha! Eu vou ligar lá no Estado hein! Eu quero dialogar com o
409 Estado, eu quero conhecer o a material de vocês.” Eu falei que o nosso material está disponível, que
410 a nossa nota foi pública e que a nossa reunião imagino que até já foi encaminhada. Ele disse que
411 inclusive ligaria para a Simone para fazer a tentativa de contatos e de conversas. Eu deixei isso
412 muito claro. Eu tive a oportunidade de conversar sobre isso com ele da preposição do programa
413 diante de tudo que foi construído no SUAS. Tristemente eu quero compartilhar o que eu ouvi dele
414 sobre a sobreposição e do porque a gente não aceitar esse programa. Eu disse que não, que o
415 programa não pode ter sobreposição. Uma coisa é um programa complementar o outro, mas
416 sobreposição. Não é o que a gente precisa, não é o que a gente quer. E que esse foi um dos motivos
417 pelo consenso que chegamos pela não adesão do programa. E que nós somos um Estado
418 acolhedor, se eles quisessem vim, com certeza, eles seriam muito bem recebidos. Tivemos outros
419 colegas que participaram e que também se manifestaram. O Conselho da Bahia disse que foi por um
420 voto que conseguiu a adesão e que a sociedade civil não queria. Ele também foi lá na frente e se
421 manifestou, disse da sobreposição, disse da incompatibilidade do SUAS. Eles deixaram muito claro
422 na fala deles, principalmente depois do debate, que eles vão continuar visitando os Estados, que eles
423 querem abrir a proposta de metodologia do programa, que eles querem fazer modificações. Eles
424 querem conversar com os Estados, eles estão rodando. Eles estão querendo convencer mesmo os
425 Estados que não aderiram. Inclusive tem Estado que ainda não se aderiu. O distrito federal fez uma
426 fala dizendo que eles ainda não tinham tomado a decisão, mas que estava encaminhando pela não
427 adesão. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Pois é! E aí ela falou que não, que já estava marcada uma
428 reunião com o Conselho, que ela vai conversar, que ela vai visitar e que ela vai fazer o debate. Essa
429 foi uma discussão bem calorosa no FONCEAS, foi uma das mais polêmicas. Esses foram os
430 encaminhamentos importantes que eu acho que era importante compartilhar com vocês. A carta e o
431 manifesto assim que chegar a gente repasse. Eles mandaram para a gente o manifesto do Conselho
432 Nacional, eu acho que está no ponto de pauta. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Está no e-mail de todos
433 o manifesto do Conselho Nacional em relação o BPC, a Consolação está dizendo. A resolução eu
434 imagino que está no e-mail também. Eles mandaram, segundo a Consolação já está no e-mail de
435 todos nós. É isso. Se tiver alguma questão a gente tenta ver. Obrigada pela atenção. **SIMONE:** Pode
436 bater palmas para Geisiane, gente. APLAUSOS. **SIMONE:** Eu quero dar algumas informações
437 também. Na quarta-feira, assim que a Geisiane saiu dessa reunião, o presidente Fábio me ligou e me
438 falou do diálogo que ele teve lá com a nossa vice-presidente. Ele me disse que, como a nossa vice-
439 presidente colocou que o Conselho Estadual está disponível para o diálogo, ele gostaria que eu
440 participasse da reunião do dia 04. Dentro de outras coisas, vai ter uma pauta conjunta do Conselho
441 Nacional com os Conselhos Estaduais de Assistência Social. **GEISIANE:** Só retificando, eu disse que
442 o nosso material estava disponível para contribuição. E aí ele me disse no final “como você colocou o
443 material disponível e se colocaram à disposição, a gente quer fazer o diálogo com vocês.” Então, eu
444 quero reafirmar que na minha fala todo o conteúdo estava sistematizado e a disposição. **SIMONE:** E
445 eu estou dizendo o que ele disse para mim. Eu disse a ele que o Conselho Estadual de Minas nunca
446 deixou de estar aberto para diálogo. Ele mesmo me disse que a Geisiane, segundo ele, disse lá que
447 dialogar não significa voltar atrás ou rever as posições, vamos dizer assim. Mas começou um debate
448 técnico e metodológico sobre questão de posição, de sobreposição de programas.... Eu disse que a
449 gente ia discutir esse assunto aqui, e que se a gente achasse que era importante que a gente tivesse
450 uma representação, que eu poderia sim estar participando, de acordo com a minha agenda, não é?
451 Eu acho que algumas coisas têm que ficar claras no debate político porque, a nossa posição é a
452 posição do SUAS. Isso tem que ficar muito claro. É igual eu falei com ele. O Qualifica SUAS tem
453 uma direção. Quando a gente faz o curso da proteção básica para as equipes de referência a gente
454 chama as equipes de referências. Quando a gente chama as equipes de referência para o apoio
455 técnico, para o Capacita SUAS, para a supervisão técnica e para qualquer atividade nossa da
456 SEDESE, a gente não chama o técnico e fala com ele para ir na casa da família toda semana, não.
457 Eu falei isso com ele. A gente chama para dizer que o acordo tem que ter a convivência da família, ela
458 tem que concordar. A visita domiciliar hoje é um conceito na área da assistência social. Eu não estou
459 falando de posição e sobreposição, aqui só tem uma posição. A posição é o SUAS. Se for para o
460 lado do SUAS, todos nós estamos juntos no lado. Então não tem esse negócio de governo, de
461 sociedade civil... O lado é o SUAS. Agora, se for depender do lado do SUAS, nós vamos ou não
462 vamos. Se for preciso de a gente reafirmar a nossa posição pelo SUAS nós vamos reafirmar. Eu não
463 vou para um encontro desse levando diretrizes. Não! Eu vou chegar e dizer que posição é isso e

464 oposição é isso, e se for a favor do SUAS é a favor do SUAS, pronto e acabou. Então, aqui nós não
465 estamos fazendo oposição política, apesar de termos clareza absoluta de que houve um golpe de
466 Estado. Eu não estou discutido o golpe de Estado, apesar de ter absoluta convicção disso. O
467 Conselho está dizendo que o programa tem ações e proposições que são contrárias ao SUAS. Eu
468 acho que a questão é essa. Se for preciso a gente deixar mais claro a nossa posição, nós também
469 vamos deixar. Eu também disse a ele que o Ministério tem passado por cima, na minha opinião,
470 muita das vezes da decisão do Conselho mandando cartas para o nosso governador dizendo para
471 marcar a data da inauguração do programa para o dia tal. O nosso governador tem insistentemente
472 reafirmado a posição do Conselho Estadual. Eu tive que dizer isso a ele, que nós estamos
473 reafirmado a posição do Conselho Estadual. Então, eu quero deixar isso claro. Uma coisa é a
474 convicção, outra coisa é o diálogo. **PARTE 2SIMONE:** (...) Presidência ampliada, como
475 participaremos, o que levar, se a nossa companheira Jose vai sozinha ou se não, se a gente reforça
476 o time de Minas lá... nós vamos discutir. Eu só queria esclarecer as posições. Eu acho que uma das
477 coisas que eu mais tenho prazer é o exercício da democracia, e o exercício da democracia é o
478 exercício do diálogo, não existe certos e errados. Para mim, o certo, é aquilo que a gente deliberou
479 no espaço público. Se estiver seguindo o que foi deliberado no espaço público para mim está tudo
480 bem. Eu só queria esclarecer está bem? Mais alguma questão sobre esse assunto? **VOZ AO**
481 **FUNDO. SIMONE:** Conselheiro William está na hora dos seus informes. E depois, a conselheira
482 Sandra. Isabela, por favor, “prepare o gatilho” porque você vai entrar próximo. **WILLIAM:** Bom dia a
483 todos (as). Eu queria só informar sobre o Encontro dos Trabalhadores que a gente teve ontem aqui
484 em Belo Horizonte com os trabalhadores do SUAS de BH. Esse encontro já está se tornando
485 tradição aqui em Belo Horizonte. Todo ano a gente está tendo esse encontro que está sendo de
486 grande valia para avaliar e discutir um pouco sobre a atuação profissional dos trabalhadores do
487 SUAS como um todo, seja concursado, não concursados, entidades e todos os níveis também:
488 médio, superior e até fundamental. Nós tivemos a presença de algumas pessoas que fizeram
489 palestras e aí tiveram debates. Eu queria só chamar a atenção em relação a um grupo de
490 trabalhadores que tem aqui em Belo Horizonte, que é o teatro MOBS. Nós temos um grupo de teatro
491 aqui em Belo Horizonte, da assistência social, e que promovem esquetes em vários eventos coletivos
492 e nesses espaços dos serviços do SUAS aqui de BH. Eles são muito bons! As esquetes deles são
493 bastantes didáticas, abordando sempre um tema ligado ao SUAS e aos direitos sociais. É muito
494 legal! Se vocês.... Eu acho que alguns de vocês já assistiram e vão confirmar o que eu estou falando.
495 E aí, é uma sugestão para todos, se conseguissem colocar nos seus municípios eu acho que é uma
496 boa interlocução com o usuário, principalmente na comunicação que é tão difícil e que é o nosso
497 grande desafio. Nós tivemos a presença.... Deixa eu só pegar a minha colinha aqui.... Nós tivemos a
498 presença da Eleonora Schettini, que é a nossa querida assistente social. Ela é professora lá da
499 UFMG. Ela debateu junto com a Márcia Mansur, que é professora lá da PUC. E também, com a
500 Maria Aline, que é nossa conselheira, psicóloga e trabalhadora aqui do SUAS BH. Ela também
501 estava nessa mesa debatendo a apresentação. O tema desse primeiro debate foi: identidade e
502 formação dos trabalhadores do SUAS. Na parte da tarde, nós tivemos também o tema: educação
503 permanente no SUAS, importância e significado. Ressaltando que o tema desse encontro foi: a
504 educação permanente para os trabalhadores do SUAS. A Débora Maria Davi esteve lá também
505 debatendo com a gente. Ela é professora da PUC. E também teve a Dirce, que é lá da universidade
506 de São Paulo. **VOZ AO FUNDO. WILLIAM:** Oi? **VOZ AO FUNDO. WILLIAM:** Dirce Koga. É isso aí,
507 gente! **RISOS. WILLIAM:** Essa outra mesa foi com o tema: a educação permanente no SUAS,
508 importância e significado. E a última mesa foi a implantação das práticas da educação permanente.
509 Gente olha só! Foi muito interessante, por quê? A gente discutiu bastante os desafios e os avanços
510 sobre a educação permanente e sobre a conduta dos trabalhadores aqui de BH no SUAS. Uma coisa
511 que chamou a atenção e que foi colocado lá é que, em toda Minas Gerais, em torno de 17% apenas
512 dos Conselhos Municipais tem representatividade de trabalhadores. Esse é um dado que foi tirado do
513 Censo SUAS e foi apresentado lá. Eu acho que é uma coisa que chama a atenção deste Conselho
514 também, para a gente tentar fortalecer a presença do trabalhador nos Conselhos Municipais. A gente
515 falou muito sobre o trabalho mesmo lá na ponta, sobre a conduta dos trabalhadores de levar mesmo
516 o acesso aos direitos sociais aos usuários, que são os principais alvos nossos. Às vezes a gente fica
517 sobrecarregado de serviços administrativos, de burocracia e tal. Ou às vezes, o trabalhador se sente
518 na zona de conforto, não por ele querer, mas muita das vezes pelo próprio sistema que induz a
519 pessoa a trabalhar. Muitas das vezes a gente precisa ter um empurrão para conseguir dar conta de
520 executar as suas atividades em prol do usuário mesmo com a devida ética e com a proativa, e essa é
521 a parte mais difícil. Nós também tivemos a presença... Simone, como que é o nome dela mesmo?

522 VOZ AO FUNDO. **WILLIAM:** Cristiane Michette. Ela representou a SEDESE lá no lugar da Simone.
523 Ela apresentou o Capacita SUAS aqui de Minas Gerais, esse que a gente vem debatendo aqui no
524 Conselho. Ela apresentou como que ele está sendo executado e o que aconteceu até aqui. Foi muito
525 interessante também. E aí, eu acho que é isso. VOZ AO FUNDO. **WILLIAM:** Então, não teve muito
526 debate em relação à rede privada, mas teve trabalhador da rede privada. VOZ AO FUNDO.
527 **SIMONE:** Gente! Vocês estão na frente um do outro, um perguntando para o outro.... Nós não
528 estamos ouvindo nada. E estão falando fora do microfone. William termina. E aí, depois, eu vou abrir
529 para quem quiser fazer perguntas para o William. **WILLIAM:** Então, Cris. Eu só participei da parte da
530 tarde, pode ser que de manhã tenha tido algum debate com relação a isso e eu não consegui captar.
531 Mas eu acho que ficou bastante em relação a essa questão mesmo, de o trabalhador se sentir bem
532 onde ele estar. Você entendeu? Eu não tive informação se teve algum debate relacionado a iniciativa
533 privada. Eu acho que é importante esse trabalhador também estar presente nesses momentos e se
534 colocar. Certo? **SIMONE:** Obrigada, William. Tem alguém que quer fazer alguma colocação aí na fala
535 do William? Cristiane. Rosilene também? Vai Cris! **CRISTIANE:** A pergunta que eu tinha feito para o
536 conselheiro é com relação ao debate, não digo nem no pleno, mas com relação a debate. O que foi
537 colocado em relação ao trabalhador da rede privada? E aí, eu quero também provocar o SINTIBREF.
538 A gente tem conselheira que é representante.... Como que está esse debate com relação ao
539 trabalhador da rede privada? Que nesse processo de desmonte da assistência social vem tendo
540 também a suas consequências com relação a isso. A precarização do trabalho já é uma questão,
541 mas eu entendo que cabe também essa discussão. Quando me diz em um Fórum de Trabalhador da
542 Assistência Social é necessário entender que são trabalhadores da assistência social público e
543 privada. E se não é, aí eu acho que a gente precisa até repensar esse nome, não é? Trabalhadores
544 são públicos. Eu acho que o debate precisa ser mais extenso. Eu acho rico. Eu já fui da rede pública
545 também, eu entendo a importância. Sempre vejo o apoio e concordância do trabalhador privado na
546 causa do trabalhador público, mas eu acho que esse debate precisa de completude. Ele vai ser pleno
547 quando tiver em todas as duas vertentes. **ROSILENE:** Preocupados com tudo o que você colocou
548 William, nós trabalhadores até já conversamos com o José enquanto presidente do COGEMAS, para
549 trazer esse debate para o Encontro do COGEMAS. O Fórum de Trabalhadores do SUAS vai fazer
550 essa provocação ao COGEMAS para fazer esse debate. Na comissão de política tem muita denúncia
551 de assédio e de tudo que perpassa a valorização dos trabalhadores do SUAS. Essa é uma proposta
552 que nós vamos levar para o COGEMAS para fazer esse debate com a participação do Fórum dos
553 Trabalhadores do SUAS. Eu concordo com a Cris. Ontem nós tivemos uma discussão do Programa
554 de Aprimoramento da Rede Privada e da Rede Pública. E aí isso para todos os trabalhadores. É
555 muito complexo na rede SUAS. A gente também tem que entender que acontece muita precarização
556 nas condições de trabalho, no salário, como que é esse processo de acesso... A gente vê muito
557 voluntariado, qual é essa qualificação? Então, tudo isso foi discutido ontem também nesse Programa
558 de Aprimoramento da Rede SUAS. A gente precisa avançar muito! É isso. **SIMONE:** Eu acho que
559 todas as discussões dos trabalhadores... Gente, nós estamos nos informes, William. VOZ AO
560 FUNDO. **SIMONE:** Você vai querer respondê-las. É isso? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu entendi
561 que.... Tudo bem. Vai lá. **WILLIAM:** Foi interessante o que a Cris colocou, realmente é uma
562 percepção até do Fórum de Trabalhadores aqui de Belo Horizonte. Há uma busca incessante dos
563 trabalhadores da rede privada, sabe? É uma busca incessante. Inclusive no Conselho Municipal a
564 gente busca também representante dos trabalhadores na rede privada para ser conselheiro. Eu acho
565 que precisa realmente ter um apoio inclusive da gestão, seja do município, da secretaria, quanto
566 também da gestão das instituições. Eu acho que precisa disso! Existe uma queda de braço nisso aí
567 também. Às vezes as instituições não liberam o trabalhador, e aí? Então a gente precisa de marcar
568 isso para saber como resolver isso. Eu acho que a secretaria de assistência social pode intervir e
569 mediar essa situação também. **SIMONE:** Chega! Chega! Chega! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ah!
570 Então está bem! RISOS. Não que o debate não seja importante, mas se quiser pautar a gente coloca
571 como pauta, está bom? Sandra. **SANDRA:** Gente, dos informes. Primeiro eu quero fazer uma
572 pergunta a respeito de um informe da SEDESE, Simone. Esse grupo focal de quem participou do
573 Capacita, nesse momento vão ser só os trabalhadores ou vai ser estendido aos conselheiros que
574 participaram? Quando você fala de trabalhadores.... Eu estava conversando com o Rodrigo, e
575 gostaria de saber se nós vamos ser chamados, algum conselheiro, alguma representação, para estar
576 nesse grupo focal. Sobre o informe do benefício eventual, eu, como conselheira, e junto com a
577 Adelmira, participamos juntas lá no grupo de benefícios eventuais. Eu quero dizer da minha
578 satisfação, tanto do grupo das medidas socioeducativas em meio aberto, como esse que eu estou
579 participando. Eu fico muito feliz pelos temas muito afins onde eu posso levar a vivência, não é? Eu

580 acho que, quando a gente apresenta os aspectos positivos e as lacunas que a gente presenciou e
581 vivenciou na hora da execução, isso eu acho que enriquece para poder aprimorar o serviço. Eu fiquei
582 muito satisfeita do avanço na concepção do benefício eventual, de inserir no contexto do SUAS. A
583 gente fica discutindo alguns pontos já da resolução que vai desdobrar nas oficinas conforme a
584 Simone já falou. Eu colocava ainda quando estava no contexto ao auxílio natalidade e mortalidade,
585 que para além da concepção, na hora da execução ter mais monitoramento, avaliação e
586 acompanhamento na prestação do serviço. Eu fui parte de vivência na situação de Belo Horizonte,
587 até já coloquei isso em outros espaços, de como que eram os benefícios de auxílio mortalidade para
588 os beneficiários. Você vai lá no plantão, tem todo o serviço já estruturado, tem um convênio com a
589 funerária, mas como é prestado é de uma desumanização tamanha: não tem velório, vai chegar lá e
590 enterrar. A gente além de falar para a família que já está vulnerabilizada.... Será que se for para outro
591 público seria assim? Eu já tive um menino na Casa João Bosco que enterramos, chamamos o padre
592 para fazer a celebração e a senhora Mãe do menino falou que não precisava disso. Ela disse “o
593 homem da boca vai fazer o enterro digno para o meu filho.” Ele morreu assassinado. Eu vou falar
594 para vocês! Teve um adolescente, na hora eu te me emocionei, que nem limpar o corpo limpou. É
595 uma marca que eu tenho sobre isso. Então, para além do que a gente está ampliando, a prestação
596 do serviço no convênio tem que ser mais acompanhada no sentido de como que você está fazendo.
597 Não tem velório, não tem tempo, chega lá às 11 horas e vai direto para o enterro, mas como assim
598 não poder velar o morto? Já foram tantas perdas. Então assim, é um desabafo. Eu vejo que
599 contribuo no sentido de mostrar as lacunas também da execução, embora agora a gente já está
600 vendo os avanços que estão aí. Mas assim, na hora de executar devemos acompanhar. O recurso
601 está indo, mas como ele está sendo executado lá na ponta para essa pessoa? Isso aí eu fiquei muito
602 satisfeita. E também no grupo socioeducativo... Muitas das vezes eu falo de uma experiência que
603 tive. Mas eu acho que isso contribui e vai de encontro com o que o William falou. Eu falei isso no
604 grupo de socioeducativas. Os gestores têm que olhar qual o educador que está prestando esse
605 serviço na medida socioeducativa, como que vai ser a gestão de pessoas para trabalhar. Isso é
606 muito importante. Não é apenas o concurso, é a afinidade com o público da assistência. Tem gente
607 que estar lá e acredita na redução da idade penal. Tem gente que não aceita o menino tocar.... Eu já
608 vi gente falando assim: “eu já falei para você não encostar em mim.” Mas como assim se você está
609 lidando lá na ponta? Eu estou muito satisfeita por tem sido indicada neste Conselho tanto para o
610 socioeducativo, quando o GT de eventuais. Eu participo falando um pouco de vivência e colocando
611 os pontos nas oficinas atenta a esses detalhes que não são pequenos nada, não é? O informe do
612 Fórum Nacional vai de encontro também com o Criança Feliz que a Geisiane vem falando. Nós nos
613 dividimos, eu fique na comissão de política lá do CONANDA. Nós dividimos as 04 (quatro) lá da
614 coordenação do Fórum. Quando foi na plenária eu falei com Geisiane sobre o nosso não de Minas
615 Gerais, e que o Conselho iria receber o ofício do CEAS perguntando como que passou por fora do
616 CONANDA. A sociedade civil até se posicionou lá, mas foi vencida, no ano passado. A coordenadora
617 da comissão de política do CONANDA é do MDSA. Ela estava colocando isso lá e eu estava falando
618 que não está tão tranquilo assim não, são várias cidades e vários municípios que, com certeza,
619 deverão ser chamados para esse debate e essa conversa. A Simone está falando aí que já recebeu
620 o telefonema do presidente do CNAS para participar. Então é nesse sentido. Quem estar na ponta
621 precisa de um apoio, de uma supervisão para o trabalhador. **SIMONE:** Conclua. **SANDRA:**
622 Concluindo. O SINTIBREF foi citado, mas o gestor não libera o trabalhador. Eu já falei isso aqui no
623 ano passado, na época o outro secretário liberou os funcionários públicos para participarem das
624 assembleias e reunião. Você não pode fazer uma ingerência lá com o gestor das entidades. A gente
625 trabalha na sensibilização para estar buscando eles para o Fórum. A gente vê o resultado disso que
626 é a questão das entidades desmotivadas, e para que educador participar de Fórum? Eles não vão
627 deixar porque vai ampliar a reflexão crítica, eles vão debater, está todo mundo com medo de perder
628 emprego, tem entidade fechando... Então... **SIMONE:** Opa! Opa! Opa! **SANDRA:** Desculpa. Eu só
629 quero falar que o SINTIBREF não está tão ausente. Às vezes ele chama, mas a gente vê.... Para
630 vocês terem uma ideia, eu já falei com o nosso presidente para colocar uma cláusula lá para
631 participar. Eu falei “quero que coloque como obrigação para participar dos Fóruns e dessa
632 articulação política.” São esses os meus informes. Obrigada. **SIMONE:** Obrigada, conselheiros. Bem,
633 não tem mais ninguém inscrito. Eu só vou responder a conselheira Sandra. Como eu informei na
634 última reunião a Fundação João Pinheiro está fazendo dois tipos de processo avaliativo do Capacita,
635 um foi aquele que você participou. Nesse participaram os alunos, os conselheiros, os professores, as
636 instituições, as regionais e nós da SEDESE. Esse não teve os outros alunos dos municípios, não é?
637 Então, agora vai ser com os outros alunos com o mesmo tipo de oficina que teve lá, só que com um

638 grupo mais focado nos alunos que vieram dos municípios, está bom? Então, eu vou passar para a
639 conselheira Isabela, para ela proferir a leitura da comissão de orçamento. **ISABELA:** Bom dia,
640 pessoal. A gente na reunião ontem de orçamento teve a presença de todos os conselheiros que a
641 compõe: Cristiane, a Elisiane, eu, o Leonardo Ladeira e o Wilson. A gente discutiu 02 (dois) pontos.
642 A Simone já falou um pouco aqui, mas a gente combinou de fazer a apresentação que a gente
643 conversou na comissão. Então eu vou pedir para colocar, está bem muito pequenininho ali. O
644 primeiro ponto: financiamento da referência técnica de proteção social e especial relativo a
645 implantação do Plano Estadual de Regionalização de Proteção Social e Especial de Média e Alta
646 Complexidade. Vocês aumentaram aí, mas eu vou pedir para colocar o Power point. Fernanda, por
647 favor. Aí gente, a Simone situou um pouco, mas eu trouxe um resgate. A gente levou para discussão
648 na comissão foi mais para informação e conhecimento mesmo aqui do Conselho. Foi iniciado o
649 procedimento para o financiamento das referências técnicas de proteção especial aqui em Minas.
650 Pode passar, por favor. Esse cofinanciamento faz parte da estratégia maior de universalização do
651 acesso aos serviços de proteção social especial. Essa universalização ela foi discutida no Plano
652 Estadual de Regionalização. Os CREAS regionais são uma das estratégias de universalização, e
653 junto com eles veio a proposta de criar essa referência técnica de proteção social e especial nos
654 municípios que são abrangidos pelo PAEFI regional. Então, tem um CREAS regional onde ele é
655 referência para todo aquele território, mas a gente também tem a área de abrangência específica do
656 PAEFI que segue a regra daquela resolução do CNAS, da CIT, do próprio CEAS e do Plano. No
657 plano tem uma limitação até de 08 (oito) municípios, mas a gente discutiu aqui todos os critérios de
658 delimitação nessa área. O plano e essas resoluções já apontaram a necessidade de criar essa
659 referência técnica localmente no município para fazer uma articulação entre o CRAS e a equipe do
660 PAEFI regional. É importante ter uma equipe que esteja presente no dia a dia, no cotidiano do
661 território, para fazer as articulações com a rede, para fazer o acompanhamento dos casos
662 especializados para que de fato a proteção social básica tenha um ponto de apoio ali e possa se
663 dedicar a focar as suas atividades nas ações preventivas e no trabalho mesmo que é o coração do
664 PAIF, vamos colocar assim. A discussão desse cofinanciamento vem daí. Pode passar, por favor. A
665 gente teve um ponto muito importante também que foi feito ao longo de 2016, que foi a criação de
666 uma câmara técnica na CIB, que está discutindo especificamente a regionalização, a implantação e
667 os desafios dos serviços regionalizados, tanto de média complexidade dos CREAS, quanto da alta
668 complexidade. Um dos temas muito debatidos nessa câmara técnica é justamente essa referência
669 técnica de proteção social e especial local. A CIB está discutindo quais são as atribuições. A CIB vai
670 ser fazer um protocolo de gestão integrada para os serviços regionalizados que traz as diretrizes da
671 função dessa referência técnica, e a SEDESE está construindo orientações técnicas que vão
672 aprofundar no trabalho. É uma coisa relativamente nova, não é? A gente sabe que tem municípios
673 que já tem essa pessoa, que já existe a constituição dessa referência técnica na gestão. Mas
674 também é importante ressaltar que ela vai ficar lotada ali no órgão gestor da assistência social, como
675 se fosse uma espécie de coordenação, gestão ou gerência da assistência social e especial. Não é
676 um adendo ao CRAS, à equipe do PAIF, vamos dizer assim. Ela vai estar na gestão. A gente tem
677 especificidades que é o serviço regional. Tem municípios de pequeno porte I que já tem essa
678 referência, mas a gente tem que cuidar e pensar como que vai ser dentro da lógica de
679 regionalização. E pensando também que ela é estratégica, ela é muito importante para garantir que
680 de fato o serviço regional funcione de acordo com as diretrizes e com o que a gente espera de
681 qualidade para o PAEFI regional que foi implantado. Um ponto importante que surgiu com a gente
682 pensando nisso é pensar no pacto federativo com os acordos feitos com os municípios. Todas as
683 normativas elas trazem que é de responsabilidade do município pequeno porte I ter essa referência.
684 O Estado de Minas entende que é importante que a gente dê um apoio financeiro aos municípios
685 para garantir a possibilidade de ter essa pessoa lá. Então está sendo criado esse financiamento
686 específico. Na verdade, a gente já discutiu isso aqui várias vezes. Inclusive no Piso Mineiro Variável
687 a gente já tem um orçamento, já tínhamos discutido alguns parâmetros de recurso aqui no Conselho
688 para essa referência técnica. O governo entendeu que implantando, que inaugurando os CREAS
689 regionais, a gente tinha que vim também com esse aporte do cofinanciamento para os municípios de
690 pequeno porte I. Pode passar, por favor. Pode passar mais um. Mais um. Nesse momento vão ser
691 contemplados os 11 (onze) municípios da área de abrangência do PAEFI dos CREAS regionais que
692 foram inaugurados. A Simone já mostrou aqui que foram Almenara e Águas Formosas. Então estão
693 sendo contemplados: Bandeira, Mata Verde, Palmópolis, Rio do Padro, Rubim. Esses estão na área
694 de abrangência do PAEFI de Almenara. Águas Formosa, Bertópolis, Crisólita, Bandeira do Vale,
695 Santa Helena de Minas e Umburatiba estão na área do PAEFI de Águas Formosas. Pode voltar, por

696 favor, Fernanda. Pode voltar mais um. Para fazer isso foi feito um termo de aceite na mesma lógica
697 quando foi implantado. Os CREAS regionais começaram a funcionar na verdade no final do ano
698 passado, foi em novembro, não é? E aí já tinha sido feito um termo de aceite para os municípios que
699 estão sendo abrangidos por esses CEAS. Agora nós estamos fazendo um novo termo de aceite que
700 é específico para esse cofinanciamento. O objetivo desse cofinanciamento é realmente pagar essa
701 referência técnica está bem? O valor foi definido de R\$ 2.000.00 (dois mil reais) por mês. Essa
702 parcela é a que a gente já vindo discutindo aqui no Conselho. A gente sabe que ele não é suficiente
703 para pagar tudo, mas é na lógica do cofinanciamento mesmo. A gente está repassando agora na
704 mesma lógica que é feita no governo federal, repassando 03 (três) parcelas para constituir essa
705 referência técnica. E, assim que esses 11 (onze) municípios demonstrarem a implantação por meio
706 do CADSUAS, o nome dessa pessoa já vai ter que estar lá como órgão gestor na secretaria
707 municipal de assistência social, então os municípios voltam a receber o cofinanciamento mensal
708 nesse valor de R\$ 2.000.00 (dois mil reais). Pode passar, por favor. Isso aqui eu já falei. Esse
709 cofinanciamento vai compor o piso mineiro de assistência social variável seguindo também o que a
710 gente já vinha discutindo aqui. Pode passar. Pode passar. Os prazos. O termo de aceite ele foi
711 aberto no dia 10 de março, foi o dia da inauguração dos CREAS regionais, com a data de até 22 de
712 março para os municípios formalizarem. Até ontem a gente já tinha 05 (cinco) municípios que já
713 tinham formalizados. A gente tem mais 06 (seis). Todos eles estão cientes. A equipe da proteção
714 especial está fazendo contato direto com eles, então a gente acha que esse prazo vai ser tranquilo. A
715 gente quer começar a repassar o recurso nesse mês ainda. E para a implantação, para constituir
716 mesmo a referência técnica lá, o município vai ter até 180 (cento e oitenta) dias após o repasse da
717 primeira parcela. Aí é um pouco do monitoramento. Esse cofinanciamento vai ser monitorado por
718 meio do SIM SUAS igual os outros recursos que o Estado transfere para os municípios. A gente
719 poderá disponibilizar relatórios periódicos para os municípios e para essa referência preencher. O
720 próprio município tem a função de acompanhar assim como o CMAS. Bom, é isso. Não é um ponto
721 para aprovação. É um ponto para conhecimento mesmo do Conselho, mas se alguém tiver alguma
722 questão. O segundo ponto vai ser a prestação de contas. Pode passar para o segundo? RISOS.
723 Então, vamos lá. Ontem também a gente discutiu a prestação de contas do 3º e do 4º trimestre. A do
724 3º trimestre já tinha sido apresentada no mês anterior, mas a comissão optou por aguardar chegar a
725 do 4º trimestre... VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Eu acho que deixa na visualização normal mesmo.
726 Aumenta o zoom ali em baixo, sabe? Eu acho que vai ser melhor. A gente analisou todas as ações
727 orçamentárias, comparando o 3º e 4º trimestre onde. Mas a gente optou por trazer aqui na plenária
728 um consolidado mesmo da análise que foi feita. Então, a gente está trazendo o percentual de
729 execução e o valor de execução financeiro e orçamentário de cada uma das ações, e qual que foi a
730 análise que a comissão fez a execução das metas físicas e financeiras nessas ações. Então, no
731 Programa Qualifica SUAS, a primeira ação é: capacitação continuada. Na capacitação continuada a
732 gente teve uma execução da meta física no total em 2016 de 10.168.00 (dez mil cento e sessenta e
733 oito) participantes qualificados. Lembrando que, qualificado ali é tudo que engloba o programa
734 Qualifica SUAS, então entra o apoio técnico e o Capacita SUAS. No final a nossa meta era de 12 mil,
735 que corresponde a 84,73% da meta para o ano. A execução orçamentária o recurso que foi
736 empenhado fechou o ano de 2016 com R\$ 4.542.098.24 (quatro milhões quinhentos e quarenta e
737 dois mil noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), que corresponde a 47% do orçamento
738 previsto. A execução orçamentária o valor liquidado foi de R\$ 3.678.780.96 (três milhões seiscentos
739 e setenta e oito mil setecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), que corresponde a 38%. E
740 o pago foi de R\$ 3.567.365 (três milhões quinhentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e
741 cinco reais), que corresponde a 37% do orçamento. O que a gente discutiu? A comissão entendeu
742 que a execução física apesar de não ter atingido os 100% foi uma execução física importante de
743 85%, tendo em vista que foi iniciado o programa Capacita SUAS com 02 (dois) cursos no ano de
744 2016: gestão orçamentária e financeira, e o da proteção social básica. E que também houve uma
745 ampliação das ações de apoio técnico, principalmente de caráter descentralizado, ou seja, com as
746 equipes indo até as regionais, indo até os próprios municípios para dar esse apoio técnico. Então
747 teve esse esforço diferenciado esse ano. A execução orçamentária e financeira ficou baixa, ficou
748 com 47% do orçamento e 37% do financeiro. Mas, isso aí foi especialmente nessa ação
749 orçamentária específica, porque a gente teve que fazer uma suplementação nessa ação
750 orçamentária para dar disponibilidade para poder fazer o contrato do Capacita. O contrato do
751 Capacita de instituição de ensino superior tem 03 (três) anos de duração. Ele tem um valor de R\$
752 5.000.000.00 (cinco milhões) para esses 03 (três) anos. Então a gente precisava suplementar para
753 poder falar que a gente tem como pagar, porque a gente tinha ainda contrato de hospedagem, que

754 também é outro valor auto. Foi uma questão mesmo de operacionalização. A gente não tinha a
755 intenção de gastar tudo esse ano porque o contrato é de 03 (três) anos. Então, por isso deu essa
756 diferença especificamente nessa ação por esse motivo. A comissão entendeu que não comprometeu
757 o alcance dos objetivos dessa ação orçamentária. Pode passar, por favor. A próxima ação, ainda no
758 Programa Qualifica, é a vigilância a apoio técnico aos municípios no aprimoramento do SUAS. Nessa
759 ação a gente fechou a meta física com 771 (setecentos e setenta e um) municípios qualificados. A
760 nossa meta era de alcançar os 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios, então 771 (setecentos
761 e setenta e um) corresponde a 90% da meta física. Na execução orçamentária a gente ficou com
762 59%, que corresponde a R\$ 826.793.47 (oitocentos e vinte e seis mil setecentos e noventa e três
763 reais e quarenta e sete centavos) de valor empenhado. Eu estou lendo o número para ficar
764 registrado na ata, viu gente? Senão fica parecendo que a gente não informou. Do liquidado foram R\$
765 826.784. 47 (oitocentos e vinte e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e sete
766 centavos), que corresponde também a 59% do orçamento. E pago foram R\$ 658.313.00 (seiscentos
767 e cinquenta e oito mil trezentos e treze reais), que corresponde a 77% do orçamento dessa ação.
768 Então, aí no caso também da meta física, a gente começou entendendo que foi positiva a execução.
769 Não consegui chegar até os 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios. A principal ação que
770 tinha essa expectativa era o Capacita SUAS, que tinha os 02 (dois) cursos com vagas para os 853
771 (oitocentos e cinquenta e três) municípios. Mas, com o período eleitoral e as mudanças de gestão, a
772 gente teve uma dificuldade. Não conseguimos alcançar. Nem todos os municípios tiveram interesse
773 de participar do curso, então houve essa queda um pouco da meta. Na execução orçamentária a
774 gente também entendeu que não comprometeu os alcances dos resultados. Nessa ação
775 basicamente a despesa que é realizada são as diárias da equipe da SUBAS, pagamento da gestão,
776 estagiários, contrato de xerox, de gravação da CIB, coffee break das capacitações no ano passado....
777 Essas questões mais operacionais. A gente teve até uma execução bastante positiva. Pode passar,
778 por favor. Agora, passando para o programa da oferta de proteção social, a primeira ação é o Piso
779 Mineiro de Assistência Social Fixo. Na forma de apurar essa meta.... Eu vou começar fazendo essa
780 observação para vocês não se estranharem, está bem? Ela é uma meta não cumulativa. A gente traz
781 aqui para o Conselho a mesma forma que é apurada a meta no SIGPLAN, que é um sistema de
782 monitoramento que a Assembleia e o Tribunal de Contas do Estado acompanham as nossas ações
783 orçamentárias e as metas físicas que estão no PPAG. No SIGPLAN a apuração da meta é não
784 acumulativa, então se a gente bater um mês 852 (oitocentos e cinquenta e dois) municípios e
785 considera liquidado, a gente alcançou a meta. Fica aquele valor alto para apuração até o final do
786 ano. Eu estou fazendo esse destaque, por quê? Vocês vão ver que está 100%, o Excel arredondou,
787 mas é 99,8% da meta, que são 852 (oitocentos e cinquenta e dois) municípios com recursos
788 transferidos no ano de 2016. Mas, como o Conselho tem o conhecimento, de fato, foram repassadas
789 06 (seis) parcelas durante o exercício de 2016. As mais 06 (seis) parcelas dos recursos foram
790 empenhadas, elas estão escritas em resto a pagar. Então, no momento em que elas estão escritas
791 em resto a pagar, o Estado de Minas assumiu o compromisso para fazer esse pagamento, mas não
792 conseguiu fazer o pagamento dentro do exercício. E aí, o que a comissão achou importante de
793 ressaltar aqui? Ah, não. Deixa eu só fechar ali. Então, a gente fechou a execução orçamentária do
794 valor empenhando em 93%, que são R\$ 54.021.693.63 (cinquenta e quatro milhões vinte e um mil
795 seiscentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos). Porque 93%? Vocês vão lembrar que
796 nessa ação orçamentária a gente tinha previsto R\$ 58.000.000.00 (cinquenta e oito milhões). Em
797 2016 a gente aprovou um orçamento que era a expectativa de atualizar o valor do Piso, só que com
798 o cenário de restrição orçamentária financeira, com o decreto de contingenciamento, a gente já tinha
799 entendido que não seria possível fazer essa atualização. Então, a opção foi manter o a valor do Piso
800 Mineiro, por isso que dá essa execução no empenhando de 93%. Mas ali é o valor integral das 12
801 (doze) parcelas, está bem? R\$ 45.020.000.78 (quarenta e cinco milhões vinte mil reais e setenta e
802 oito centavos) corresponde a 77% do valor liquidado. E, R\$ 27. 008.822.70 (vinte e sete milhões oito
803 mil oitocentos e vinte e dois reais e setenta centavos) corresponde o valor efetivamente pago, que
804 corresponde a 46% do orçamento da ação para o exercício. A gente fez uma discussão que foi muito
805 importante, de que é importante o Conselho ressaltar os impactos que isso tem para os municípios. A
806 gente fez o registro ali de que esse recurso é fundamental para a qualificação das ofertas, tanto da
807 rede pública, quanto da rede privada. A Cris sempre está reforçando a importância de a gente
808 lembrar que não só os CRAS, os CREAS, mas também as entidades que tem parceria com os
809 municípios que dependem desse recurso estão sofrendo com o cenário de forma geral. A gente sabe
810 que tem recursos do Piso Mineiro que os municípios comprometem com o repasse para a entidade.
811 Então, a gente quis destacar isso ali. A gente está colocando, vocês vão ver na resolução que a

812 gente trouxe aqui, uma recomendação ao órgão gestor que seja realizado o pagamento das parcelas
813 em atraso. Pode passar. A próxima ação é do Piso Mineiro de Assistência Social Variável. Aqui a
814 situação é mais delicada. Lembrando a todo mundo que, o Piso Variável ele inclui o cofinanciamento
815 da série histórica, que é aquele cofinanciamento antigo que o Estado já fazia para 101 (cento e um)
816 municípios. São cofinanciamento que existiam antes do SUAS. E também os cofinanciamento do
817 termo de aceites firmados junto com o governo federal, que é o caso de residência inclusiva e do
818 centro dia de Belo Horizonte. E um caso específico de Abaeté, que foi um acordo feito junto com o
819 MP. Também é repassado um recurso para esse município. Da meta física, a gente fechou com o
820 máximo ali de 115 (cento e quinze) municípios contemplados com liquidação das parcelas, isso
821 corresponde a 50% só da meta física prevista. A meta física prevista é para 230 (duzentos e trinta)
822 municípios. Porque 230 (duzentos e trinta)? 115 (cento e quinze) é o que a gente tem mesmo na
823 série histórica, no termo de aceite com o governo federal e mais Abaeté nessa situação de acordo
824 com o MP. A gente tinha previsto inicial o cofinanciamento para as equipes volantes, porque era na
825 lógica do Programa de Combate à Pobreza Rural. E tínhamos previstos também iniciar o
826 cofinanciamento para a referência técnica da proteção social especial, que devido ao cenário de
827 restrição orçamentária financeira de contingenciamento não foi possível. Então gente conseguiu
828 liquidar no exercício as parcelas relativas ao cofinanciamento que já existia. Esse foi o compromisso
829 assumido. Durante o ano passado a Simone trouxe muito isso aqui, de que a gente estava fazendo
830 todo o esforço para manter um compromisso já assumido. Não tinha nem recurso disponível para
831 iniciar novos cofinanciamentos, infelizmente. Então, a gente fechou a meta física nesse valor, está
832 bem? De execução orçamentária empenhada a gente fechou com R\$ 9.292.951.20 (dois milhões
833 duzentos e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), que
834 correspondem a 70% do orçamento dessa ação orçamentária. Esses R\$ 9.000.000.00 (nove
835 milhões) compreende as 12 (doze) parcelas da série histórica, as 12 (doze) parcelas do
836 cofinanciamento do termo de aceite e as 12 (doze) parcelas de Abaeté que foram empenhadas
837 durante o ano de 2016. O liquidado é um pouco menor. A gente liquidou até outubro, então
838 corresponde a R\$ 6.510.191.60 (seis milhões quinhentos e dez mil cento e noventa e um reais e
839 sessenta centavos), que é 49% do orçamento. E pagamos efetivamente R\$ 1.114.672.40 (um milhão
840 cento e quatorze mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), que corresponde a 8,4%
841 do orçamento previsto para essa ação. Como já é de conhecimento do Conselho, mas a gente tem
842 que deixa claro, o recurso que foi pago efetivamente no ano passado foi para os termos de aceite
843 que a gente tinha firmado junto com os municípios, com o governo federal e para o município de
844 Abaeté. Mas, o recurso referente a série histórica não foi pago nenhuma parcela. Então as 12 (doze)
845 parcelas estão escritas em resto a pagar, ou seja, há um reconhecimento de que a gente tem que
846 fazer esse pagamento. Elas estão em atraso, mas não foram realizadas durante o exercício de 2016.
847 E aí, de novo, a comissão traz essa observação de que, o atraso no pagamento dessas parcelas tem
848 uma repercussão muito negativa para os municípios, e aí destacando principalmente para o serviço
849 de acolhimento institucional. A grande parte da série histórica é dos serviços de acolhimento
850 institucional. Então, também a comissão quis registrar essa observação colocando que compromete
851 tanto a rede pública, quanto privada, e recomenda ao órgão gestor que seja feito o pagamento das
852 parcelas em atraso. Aí passando para a próxima ação orçamentária, que é a oferta direta dos
853 serviços socioassistenciais de média e alta complexidade não regionais. Aqui é o pagamento da
854 nossa rede de execução direta, são as casas lares e residências inclusivas que acolhem as pessoas
855 da extinta FEBEM. A nossa meta prevista era 49 (quarenta e nove), mas a gente executou 48
856 (quarenta e oito), porque eram 49 (quarenta e nove) entidades cofinanciadas. Mas a meta não incluiu
857 na época que a gente construiu uma unidade de Montes Claros, que na verdade virou uma só. Eram
858 duas, mas virou uma só. Então no real são 48 (quarenta e oito) unidades que a gente tem
859 conveniadas. Ali vira 100% porque o Excel está arredondando, está bem? Mas é 99,7% ou 99,6%
860 esse aí. A execução orçamentária foi de 95% que é de R\$ 6.966.008.76 (seis milhões novecentos e
861 noventa e seis mil oito reais e seis centavos). O liquidado foi o mesmo valor. E o pago efetivamente
862 foi de R\$ 6.374.981.84 (seis milhões trezentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais
863 e oitenta e quatro centavos). Por que o pago foi um pouco menor? Porque que a gente estava com
864 08 (oito) entidades, o nome está descrito ali, que estavam com pendências na prestação de conta
865 parcial. O desembolso dos convênios com essas entidades é quadrimestral. Então elas receberam
866 em agosto e tinham que apresentar a prestação de contas antes de dezembro, que é o último
867 repasse que a gente realiza no exercício. Só que essas 08 (oito) apresentaram com pendências,
868 estava faltando documentações ou estava faltando informações. E aí a equipe já acionou. Hoje, só
869 duas que estão com problemas. Todas as outras já resolveram e já receberam as parcelas, está

870 bem? Mas a gente fechou o exercício com essa diferença. Elas foram liquidadas, mas não
871 conseguiram repassar. A comissão destaca a importância de fortalecer o apoio técnico com as
872 entidades, especialmente nesses casos de prestação de contas inclusive para não acontecer essa
873 situação. E também a questão do reordenamento do Plano de Monitoramento que está sendo criado
874 pela SEDESE no âmbito da adaptação da MROSC. A gente está destacando aí também a
875 importância dessa ação. Agora, para o ano de 2017. A próxima ação é a implantação e manutenção
876 dos serviços regionais de média e alta complexidade. Nessa ação orçamentária a gente fechou com
877 uma execução física de 07 (sete) serviços regionalizados implantados, que correspondem a 35% da
878 meta planejada. A nossa meta nessa ação eram 20 (vinte) serviços regionalizados que estava
879 incluindo 12 (doze) CREAS regionais, 04 (quatro) serviços de família acolhedora e 04 (quatro)
880 CREAS municipais que entra naquela lógica da regionalização. A gente conseguiu efetivamente
881 cumprir 07 (sete). Quais são esses 07 (sete)? Dá para aumentar um pouquinho só para mostrar o
882 texto, Fernanda? Foram implantados 02 (dois) CREAS regionais, um em Águas Formosas e o outro
883 em Almenara. Apesar de a inauguração ter sido agora em março, eles já estavam em funcionamento
884 desde novembro, está bem? Então já contabilizou; Um CREAS regional que está em reordenamento,
885 que é em Morada Nova de Minas. Então, ele também já conta na meta; E os 04 (quatro) CREAS
886 municipais que começaram a implantação no final do ano passado, que é em Paineiras, Canápolis,
887 Padre Paraíso e Monte Alegre de Minas. Lembrando que esses CREAS em Padre Paraíso e Monte
888 Alegre de Minas já existiam. Eles estão sendo municipalizados. Eles eram aqueles regionais que não
889 atendiam na verdade a região, então para não perder esse serviço foi mantido o cofinanciamento.
890 Canápolis e Paineiras é a mesma lógica. Eles eram da área de abrangência desses 02 (dois)
891 CREAS, mas não fazia sentido ter o CREAS regional ali. Então foi repassado recurso para eles
892 implantarem. Inclusive Paineiras já comprovou a implantação. Canápolis está em processo também.
893 Paineiras comprovou agora em fevereiro, já conseguiu implantar o CREAS. Na execução da nossa
894 meta financeira o recurso também ficou abaixo. A gente empenhou R\$ 1.341.995,97 (um milhão
895 trezentos e quarenta e um mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos), que
896 corresponde a 18% do orçamento. Liquidou R\$ 614.935,62 (seiscentos e quatorze mil novecentos e
897 trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos) que corresponde a 8%. E pagou nessa ação
898 orçamentária R\$ 487.827,06 (quatrocentos e oitenta e sete mil oitocentos e vinte e sete reais e seis
899 centavos). Esse pagamento inclui o cofinanciamento para os CREAS regionais que durante o ano
900 todo ficaram em processo de reordenamento. Eles foram municipalizados ou de fato reordenados
901 non final do ano. Durante o exercício a gente continuou pagando os R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
902 mensais. Essa era o compromisso que o Estado já tinha com esses municípios. E o dinheiro gasto
903 efetivamente com os CREAS, que foi então pagar aluguel dos imóveis, pagar reforma, adaptação,
904 placa, plotagem, compra de mobiliário, equipamento para os CREAS regionais.... Totalizou ali
905 aqueles R\$ 487.000,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil reais). E começamos a pagar o pessoal,
906 não é! O pessoal chegou em novembro. A gente já começou a pagar no ano passado também.
907 Houve um atraso de fato na implantação do cronograma que a gente planejou em 2015. A gente
908 conseguiu cumprir em 2016, mas houve um atraso. A gente planejou implantar mais CREAS
909 regionais até o final do ano, conseguimos 02 (dois), mais 01 (um) reordenado até o final do ano.
910 Então, a execução baixa se deveu a isso, ela tem haver tanto com o cenário de execução
911 orçamentária e financeira, quanto às próprias dificuldades mesmo do processo de implantação. Em
912 Diamantina, por exemplo, está sendo bem difícil achar um espaço. Em Peçanha já está alugado, mas
913 são outras dificuldades que são de adaptação. Em Peçanha a gente está pagando aluguel desde
914 setembro para garantir, porque conseguimos um imóvel bom, mas esse imóvel precisa ser reformado
915 porque precisa ter acessibilidade. Então é uma série de dificuldades na operacionalização. Quem é
916 de município sabe muito bem o que é isso. Às vezes de demora mais e sai do controle nosso
917 também. Mas todo o esforço está sendo feito para gente conseguir implantar um número maior de
918 CREAS nesse ano. A gente tem a perspectiva de Peçanha e Diamantina inaugurar nesse semestre
919 ainda, não é Simone? Se tudo der certo. E também o “família acolhedora” que ficou para esse ano,
920 viu gente? As equipes vão ficar dentro dos CREAS regionais. Já teve o concurso, e agora elas vão
921 começar a ser chamadas. Duas vão ser nesse primeiro semestre desse ano. A próxima ação
922 orçamentária é a estruturação da rede socioassistencial privada e pública. Essa ação tinha R\$
923 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) de recursos de investimentos próprios de Estado
924 na fonte 71. A gente não teve nenhuma execução nessa ação orçamentária, por quê? A gente teve o
925 decreto de contingenciamento no início de ano passado que tirou todos os recursos de investimentos
926 geral para o Estado. E aí a gente ficou sem investimento de fonte 71, mas, além disso, a gente tinha
927 a restrição do período eleitoral. Os municípios estavam em eleição e a gente não podia transferir

928 recursos para a entidade. Essa ação orçamentária ela é para criar o programa da rede privada e
929 pública que a gente já discutiu aqui. Hoje, na parte da tarde, a comissão de política vai trazer no
930 relato a apresentação desse programa. Então, no ano passado foi 0 (zero), mas para esse ano a
931 perspectiva é muito boa. Eu acho que vai dar para compensar o passado e melhorar ainda para esse
932 ano. A gente está com uma parceria muito interessante, que vai ser discutida aqui na parte da tarde.
933 A gente conseguiu, além dos recursos da emenda que o Conselho conseguiu captar por meio das
934 audiências de participação popular, tem também uma parceria que vai ser dita aqui na parte da tarde
935 que captou mais recursos para esse programa. Pode passar. A próxima ação é a transferência de
936 renda. Essa ação orçamentária o orçamento dela era de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). O
937 recurso estava previsto para pagar as travessias daquelas famílias que fizeram parte do Projeto
938 Banco Travessia. A gente teve até aqui a Aidê, que é assessora dos projetos especiais lá da
939 SEDESE, que explicou a situação desse programa e as dificuldades que estavam para
940 operacionalizar o pagamento para essas famílias. Durante o ano passado a gente não conseguiu
941 pagar, porque entramos nessa dificuldade de restrição financeira, além, das dificuldades que a Aidê
942 trouxe aqui para gente que são estruturais dos problemas herdados da ideia da própria execução do
943 Banco Travessia que dificultaram muito o pagamento. A comissão só reforça ali a importância de que
944 essa ação orçamentária continue no orçamento para que busque o pagamento para essas famílias
945 que foram contempladas com o programa e precisam ser beneficiadas. No programa de apoio ao
946 controle social e gestão compartilhada do SUAS primeira ação é a operacionalização da gestão
947 compartilhada e participativa. Essa ação orçamentária ela tinha uma meta de 17 (dezesete)
948 instâncias regionais criadas, uma para cada território de desenvolvimento. Essa era aquela ideia de
949 implantar um CREAS regional e cria uma instância de gestão compartilhada para apoiar o CREAS na
950 gestão do território. É naquela lógica que eu falei, o CREAS abrange um número menor, mas é
951 referência em todo o território de desenvolvimento. A instância de gestão compartilhada vem para
952 operacionalizar esse apoio no território, articulando a rede, o MP, o judiciário e por aí vai. No ano
953 passado como a gente teve 02 (dois) CREAS entrando em funcionamento no final do ano não houve
954 nenhuma implantação de instância compartilhada nova. Então essa meta física ficou zerada. De
955 recurso era um orçamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Era basicamente para pagar diária
956 relativa a implantação dessas instâncias. A gente teve uma execução baixa. Foi R\$ 25.000,00 (vinte e
957 cinco mil reais) de valor empenhado; R\$ 5.068,48 (cinco mil e sessenta e oito reais e quarenta e oito
958 centavos) de valor liquidado; R\$ 5.068,48 (cinco mil e sessenta e oito reais e quarenta e oito
959 centavos) de valor pago. O que foi isso aí? A gente trouxe para dentro dessa ação as despesas que
960 a gente tem com a CIB. Elas estavam lá no início na ação de apoio técnico. Ao longo do ano a gente
961 entendeu que se temos uma ação específica de gestão compartilhada e a CIB é uma instância de
962 gestão compartilhada poderíamos trazer essa instância para essa ação. Então, desde o final do ano
963 passado a gente já está pagando as coisas que são da CIB: xerox, degravação e diárias dos
964 gestores municipais que participam da CIB. Esse ano vai continuar aí nessa ação. A baixa execução
965 então foi por isso. A comissão espera que seja melhorada agora nesse ano com a implantação dos
966 CREAS regionais. A última ação orçamentária é a manutenção do Conselho Estadual de Assistência
967 Social e conferência. A meta física do Conselho é mantida, então foi 100% da execução dela. Em
968 relação ao orçamento, a gente empenhou R\$ 152.577,97 (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e
969 setenta e sete reais e noventa e sete centavos) que corresponde a 39% do orçamento total. Liquidou
970 o mesmo valor. E pagou efetivamente R\$ 138.596,94 (cento e trinta e oito mil quinhentos e noventa e
971 seis reais e noventa e quatro centavos). Porque que essa execução ficou aparentemente baixa?
972 Essa ação orçamentária é composta por várias fontes de financiamento. A gente tem fonte 10 que é
973 o tesouro estadual mesmo. Ele foi todo contingenciado no ano passado. A gente tem recurso de
974 fonte 29 que é aquele de usina. Quando uma usina hidrelétrica é criada no Estado eles têm que
975 pagar uma taxa, essa taxa vem para o Conselho porque ele tem a função de fazer o
976 acompanhamento dos Planos de Assistência Social. No ano passado não houve arrecadação nessa
977 fonte, ninguém criou usinas novas nesse contexto econômico. A fonte 71 também foi contingenciada,
978 mas a gente tinha um orçamento ali de R\$100.000,00 (cem mil reais). A execução daquele recurso
979 todo ali foi de fonte 56. Porque que foi priorizada a fonte 56? O Estado tem a obrigação de destinar
980 3% do IGD SUAS e IGD Bolsa para o Conselho. Então, para cumprir essa obrigação, as despesas
981 do Conselho foram pagas na fonte 56. E aí a execução ficou baixa. A avaliação da comissão é de
982 que não houve prejuízo na execução das ações planejadas do Conselho. A questão que eu lembro
983 que a gente não conseguiu efetivar no ano passado foi o contrato para fazer a gravação das
984 comissões, mas está previsto para esse ano. A gente ainda está correndo atrás para operacionalizar,
985 porque ainda não conseguimos. Essa contratação está complicada. Mas, de modo geral, a avaliação

986 foi de que não comprometeu. E aí, por fim, é como que a gente fechou o exercício de 2016. Pode
987 abaixar, por favor. Eu vou te pedir para poder dar um zoom um pouco maior. Esse aí está
988 pequeninho. Mais um pouquinho. Como que a gente fechou o acumulado da execução orçamentária
989 liquidado do Fundo Estadual no final do exercício de 2016? A gente liquidou 60% do nosso
990 orçamento total, está bem? Então 40% não chegou a ser executado. Pode descer um pouquinho. Em
991 relação ao pago, o financeiro agente fechou com 37% de execução do orçamento total do FEAS. Aí a
992 gente vê realmente o impacto do contingenciamento. É o maior impacto porque 80%, mais ou
993 menos, do nosso orçamento é basicamente financiamento. São os recursos do Piso Mineiro Fixo e
994 do Piso Variável. Como a gente não conseguiu fazer o repasse dessas parcelas o pago ficou baixo.
995 Então, de fato, a execução ali ficou 37% devido essa dificuldade no repasse no cofinanciamento.
996 Pode descer, por favor. O encaminhamento que a comissão está trazendo para a plenária é o
997 seguinte, a gente fez alguns considerandos para trazer a posição da comissão. Considerando o
998 cenário de restrição orçamentária e financeira vivenciado pelo Estado de Minas Gerais; considerando
999 o decreto 46.949 de 17 de fevereiro de 2016 que definiu os limites do orçamento dos recursos de
1000 fonte 71 alocados no FEAS. Esse decreto é o de contingenciamento; Considerando que os recursos
1001 disponíveis para a execução do FEAS, ainda que escassos, foram executado conforme o
1002 planejamento definido pelo Conselho e conforme os objetivos da política de assistência social;
1003 Considerando que o atraso no repasse das parcelas do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo e
1004 Variável tem repercussão negativa para os municípios mineiros, principalmente naqueles municípios
1005 em que os recursos são repassados para as entidades que executam o serviço de acolhimento
1006 institucional; Considerando que o recurso do cofinanciamento repassado por meio do Piso Mineiro de
1007 Assistência Social Fixo e Variável é de extrema importância para a qualificação das ofertas da rede
1008 pública e privada realizada pelas entidades da política de assistência social; A indicação da comissão
1009 é pela aprovação da prestação de contas do 3º e do 4º trimestre, e recomenda a SEDESE a
1010 regularização do repasse do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo e Variável. Essa é a posição da
1011 comissão. Eu queria só complementar um ponto que a Simone pediu e que eu acho importante. Eu
1012 não fiz isso na comissão, mas vou pedir licença para mostrar. A SEDESE já tem feito negociação
1013 com a Secretaria de Fazenda para conseguir a liberação dos recursos financeiros para pagar as
1014 parcelas em atraso, inclusive já houve a liberação de duas que é fruto dessa negociação. A Simone
1015 já anunciou isso aqui mais cedo, que é pagar julho de 2016 e janeiro deste ano de 2017. A estratégia
1016 é tentar manter esse ano sem atraso, mas ao mesmo tempo quitando aos poucos a dívida que a
1017 gente do ano passado. Então, não é nem só pagar o ano passado e nem dedicar tudo para esse ano,
1018 é a gente conseguir balançar e ir equilibrando o atrasado e o atual para gente não ficar com atraso
1019 de novo, digamos assim. Fernanda tem uma apresentação aí: proposta de pagamento atrasados.
1020 Pode colocar no modo apresentação, por favor. Isso aqui é o que a gente entregou lá para a
1021 Fazenda e para a SEPLAG, está bem? Pode passar. Aqui é só fazendo um resgate do valor em
1022 atraso que a gente tem. A gente tem atraso de 2015 que não foi esquecido. Então o de 2015 também
1023 entra nessa negociação. A gente tem atrasado de 2015 o Piso Variável. O de 2016 a gente tem só o
1024 do Piso Fixo, que totaliza R\$ 40.000.000.00 (quarenta milhões de reais). Pode passar. A nossa
1025 proposta é que a gente consiga quitar tudo até abril. A nossa ideia era que já em fevereiro tivesse
1026 sido liberado. Foi liberado agora em março os R\$ 9.000.000.00 (nove milhões de reais) do Fixo que a
1027 gente solicitou. A gente continua ali na negociação para liberar o Piso Variável referente a tanto a
1028 série histórica, quanto aos termos de aceite do governo federal. Esse aí é de 2015. O de 2016 foi
1029 pago. O de 2015 ficou um pouquinho ainda atrasado. Então é só para vocês entenderem que não foi
1030 esquecido, está bem? Tudo que foi atrasado desde 2015 está nessa proposta de pagamento. Pode
1031 passar mais uma. A nossa proposta é que o desembolso junte tanto o atrasado, quanto o recurso
1032 planejado para esse ano, está bem? É isso. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Está em discussão, gente.
1033 **GEISIANE:** Obrigada, Isabela. As inscrições estão em aberto. Está em discussão. VOZ AO FUNDO.
1034 **GEISIANE:** William, CMAS BH. **WILLIAM:** É só registrando, gente. Podem me chamar de William,
1035 está bem? Socialmente falando. “O meu nome foi registrado equivocadamente no cartório.” RISOS.
1036 Eu me sinto mais confortável quando me chamam de William. Isabela teve alguma posição da
1037 SEPLAG? É só uma pergunta. **GEISIANE:** Mais inscrições? Rodrigo e também a Juanita. VOZ AO
1038 FUNDO. **GEISIANE:** Ah, sim! O senhor Luiz George também. Por favor, Rodrigo. **RODRIGO**
1039 **SILVEIRA:** Bom dia. Eu só gostaria de saber se existe um cronograma de pagamento dessas
1040 parcelas. Vocês mostraram ali um montante de dívida de 2015. Existe um cronograma para os
1041 municípios começarem também a se organizar com isso? Tem feito muita diferença. Ontem a gente
1042 discutiu um pouco na sociedade civil o impacto disso, porque se o Estado está em
1043 contingenciamento, os municípios estão piores. Os municípios de porte I e II sofrem mais ainda, não

1044 é? Então é isso. **GEISIANE:** Senhor Luiz George. Aí, por favor, Rodrigo. **LUIZ GEORGE:** Bom dia
1045 para todos (as). Bom dia, Isabela. Sempre bela e eficiente! Isabela eu tenho uma curiosidade. Eu
1046 notei que alguns orçamentos tinham um número em baixo do valor orçamentário, que número é
1047 aquele? O que significa? **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:** Obrigada, Luiz George. Juanita. **VOZ AO**
1048 **FUNDO. LUIZ GEORGE:** É o seguinte... **GEISIANE:** Desculpa! **LUIZ GEORGE:** Eu reparei que
1049 todos os números têm algum número em baixo. O que significa isso? Ok? **GEISIANE:** Sim.
1050 Esclarecida, Isabela? Ok. Juanita. **JUANITA:** Bom dia a todos. Boa tarde já, não é? Bom, com
1051 relação à apresentação da execução orçamentária do 3º e 4º trimestre de 2016, a gente verifica uma
1052 situação extremamente comprometedor para o SUAS em Minas Gerais. Apesar de todos os
1053 esforços feitos pela a secretaria de assistência apresentados aqui ao Conselho, a gente vê
1054 extremamente a dificuldade já relatada aqui pelos colegas de gestão municipal. A gente tem duas
1055 colocações que a gente precisa repensar com relação aos municípios fazerem saldos em contas e
1056 eles são questionados ou criticados. Então, eu penso que em uma situação caótica dessa, com a
1057 execução total de 37% do orçamento, considerando todas as dificuldades que foram apresentadas, o
1058 município que não fez o saldo financeiro em conta ele deve estar fechando serviços. Eu penso que
1059 deve ser o que hoje salvou o SUAS in loco o município que teve saldo, apesar de a gente ter normas
1060 que impeçam ele a fazer e inclusive repasse financeiro se ele estiver com saldo em conta. A gente
1061 tem inclusive que repensar a resolução da SEDESE com relação ao município estabelecer o saldo
1062 nesse período de dificuldade financeira. Ele tendo saldo, ele consegue fazer uma execução mínima,
1063 necessária, para a manutenção do serviço. Isso impacta diretamente é no município. A outra questão
1064 com relação a essa situação é que, o CEAS tem a responsabilidade de zelar pelo funcionamento do
1065 SUAS. A gente vê que o SUAS com relação à execução orçamentária e financeira do
1066 cofinanciamento estadual está com muita dificuldade. Então, frente à proposta que foi apresentada
1067 pela SEDESE, eu penso que nós temos um indicativo da comissão de aprovar a prestação de contas
1068 do ano de 2016. Nós temos restos ainda a pagar de 2015. Eu penso que esse Conselho deveria
1069 avaliar inclusive com relação.... Eu nem sei, não é? Se não aprova, não tem jeito. O gestor precisa
1070 necessariamente dessa aprovação. A gente vê que tem uma consonante e várias considerações que
1071 foram apresentadas e que justiça de certa forma e que são as fragilidades que o SUAS enfrenta hoje,
1072 vamos dizer assim. Eu acho que a gente precisa sair daqui com uma proposta real de pacto da
1073 SEDESE com relação a essa dívida que o SUAS estadual está com os municípios, sabe Isabela? E
1074 a aprovação estar condicionada ao cumprimento desse pacto. A gente vê todos os esforços que
1075 estão sendo feitos, mas o SUAS na verdade ele é materializado na ponta se você pegar todo o
1076 orçamento do Estado, não é? Então, a gente precisa repensar isso. A gente precisa repensar
1077 também sobre outra questão que é debate na política de assistência há muitos anos, que é com
1078 relação ao contingenciamento do Fundo. Até então a legalidade não pode fazer, entretanto, a gente
1079 sabe que faz. Principalmente quando a política não tem uma ação de receita isso tende a ficar para a
1080 política que não tem essa vinculação de receita. Então assim, pode contingenciar, não pode
1081 contingenciar.... Até então não podia, mas fazia. Agora continua fazendo, então é isso mesmo. Eu
1082 acho que outra coisa que a gente precisa discutir é se pode contingenciar e se o Estado continua
1083 contingenciando, até porque é uma questão além de queda de receita, mas existem outras questões.
1084 Outra questão também que eu acho que a gente precisa pensar, além disso, que foi colocado aqui....
1085 Tem algumas ações, se eu não me engano duas... A execução orçamentária liquidada é bem aquém
1086 da orçada, principalmente no Piso Variável da Média Complexidade, que é a série histórica... Não é?
1087 O liquidado foi menor que o executado. Quer dizer, a dívida que o Estado tem com relação a essa
1088 rede não é o orçamentário, foi só o liquidado. O liquidado é quando você empenha e liquida, aí você
1089 está com o cheque em branco, você está devendo. Quando você não liquida, não. Você pode
1090 cancelar momento. Ou seja, essa queda do Piso Variável no liquidado e no orçamentário foi devido a
1091 quê? Vão ficar coisas sem pagar? Você pode me explicar, por favor? Obrigada. **SIMONE:** Agora é o
1092 conselheiro Léo, por favor. **LEONARDO LADEIRA:** Eu vou tentar esclarecer algumas coisas. Eu vou
1093 até me permitir ser um pouco didático, mesmo sabendo que vocês já entendem muito bem a maior
1094 parte das coisas que eu vou falar aqui. Mas eu vou tentar diferenciar contingenciamento. O que é
1095 contingenciamento? O Estado estima as receitas e fixa as despesas a partir da receita estimada no
1096 início do ano. Depois, logo no início do ano, já dá para ver se a receita vai consolidar ou não. Quando
1097 começa a execução e percebe que não vai dá, aí faz o contingenciamento, que é voltar atrás na
1098 despesa, por quê? Porque a receita não deve alcançar aquela despesa que estava planejada. Aí
1099 manda contingenciar. Quando manda contingenciar é desistir de fazer, prestem a atenção. A Simone
1100 e a equipe dela estavam calculando em fazer 10 (dez) CREAS regionais. “Não! Não vamos fazer
1101 porque não vai ter dinheiro, então vamos contingenciar e fazer só 04 (quatro).” Não tem despesa de

1102 investimento. “Então, vamos desistir daquela despesa de investimento que estava prevista.” Isso é
1103 contingenciar. É diferente do piso, por exemplo, que o orçamento foi executado no empenho e na
1104 liquidação. É isso o que a Juanita está explicando aqui. Então, o Estado assumiu um compromisso lá
1105 dentro da despesa do Estado no ano de 2016. Ai o problema é financeiro. O fluxo financeiro do
1106 Estado é a maior crise que a gente está vivendo hoje. E é por isso que a Fazenda entra no meio,
1107 porque ela que é responsável pela parte financeira. A Isabela até falou da reunião de negociação
1108 coma Fazenda. Não é para defender a SEPLAG, mas eu poderia dizer que da parte da SEPLAG está
1109 tudo certo. O orçamento foi feito, o empenho foi feito e foi autorizado. Então empenhou e liquidou. Só
1110 que não conseguiu pagar. Não conseguiu pagar? É dívida agora do Estado. O Estado tem que
1111 pagar. Mas vocês veem que a capacidade não é plena porque tem o de 2015 para pagar ainda. Só
1112 que de alguma forma o compromisso de pagar está assumido no empenho, não é Isabela? A gente
1113 está tentando planejar a execução financeira mesmo, essa proposta. Tanto que a proposta que a
1114 Isabela mostrou é de pagar uma parcela do Piso desse ano e uma do ano passado, ao invés de
1115 pagar todos do ano passado primeiro e só no fim do ano começar a pagar as desse ano, para quê?
1116 Para que não fique de novo acumulado para o ano seguinte. Então essa que é a tentativa. Isso é a
1117 diferença. O Piso eu acho que não foi contingenciado, não é Isabela? Não foi contingenciado. Então
1118 ele foi executado, mas não foi pago ao município. E o pago é o mais importante para o município, por
1119 isso a luta é para a liberação financeira. Eu estou à disposição para esclarecer mais alguma coisa
1120 para quem quiser. **SIMONE:** Eu estou inscrita. Gente, vocês fiquem completamente à vontade como
1121 sempre tiveram para tomar a melhor decisão, é sem problema nenhum. Aqui não tem essa conversa,
1122 tem várias conversas. Eu acho que a gente tem que separar aqui as discussões. O Léo explicou bem
1123 explicado. Tem uma tradição na nossa área desde que a gente nem era política pública, não é Léo?
1124 Toda vez que tinha que cortar uma parte do não fazer e do que a gente deixava de fazer cortava na
1125 assistência social. Só que agora o caso é diferente, não tem para a assistência, não tem para a
1126 saúde, não tem para a educação. Não tem para ninguém! Não está passando para ninguém. Os
1127 municípios estão sem receber. Todo mundo aqui sabe disso. O nosso governador tem dito isso para
1128 todo mundo. Todos estão sem receber na área da educação, sem receber transporte escolar, sem
1129 receber agricultura familiar, e são coisas que são muito caras. Absurdamente caras. Então, isso eu
1130 também quero deixar claro para todo mundo. A segunda coisa é que, a ex-secretária sabe como que
1131 é fizeram na época dela. Ficaram quase 02 (dois) anos sem pagar os municípios. Ela poderia até
1132 dizer como que foi feita aprovação aqui no Conselho, eu aceito a ajuda. Eu complementemente aceito a
1133 ajuda. A nossa parte que depende da SEDESE, os conselheiros têm acompanhado que, nós temos a
1134 negociação feita. Ela está aqui? Eu que pedi para Isabela colocar para que todos saibam. É essa aí
1135 viu Rodrigo? Esse é o acordo, ele começou a ser cumprido, eu espero. Eu vou prestar conta desse
1136 apoio aqui, por isso que eu coloquei aqui. O acordo foi feito. Eu espero que a Fazenda cumpra o
1137 acordo feito. A outra questão que eu quero colocar é com relação aos saldos. Eu só quero informa a
1138 Juanita que essa resolução só teve vigor temporário. A resolução não existe mais. Inclusive o
1139 COGEMAS vai discutir a portaria dos saldos do governo federal, porque ela tem prejudicado bastante
1140 a execução dos municípios e também do governo do Estado. Nós também somos vítimas, não é?
1141 Desde que nós chegamos aqui nós assumimos a responsabilidade da execução da oferta para os
1142 municípios de pequeno porte em Minas Gerais. Então, nós também somos executores e sofrendores
1143 da estratégia do SUAS nesse momento. Eu estou completamente aberta a colaboração de vocês me
1144 dizendo como que enfrentaram o problema de 2014, problema que nós inclusive resolvemos com
1145 muito esforço de nós todos. Eu estou aqui a disposição. Eu quero deixar o Conselho absurdamente
1146 tranquilo, se não quiser aprovar as contas também, não aprove as contas. Se quiser aprovar as
1147 contas com recomendação, aprove as contas com recomendação. Vocês têm aqui em mim mais do
1148 que uma pessoa que dirige este Conselho, vocês têm aqui em mim uma pessoa absurdamente com
1149 o compromisso de cumprir tudo o que foi acordado com esse Conselho Estadual. Isabela. **ISABELA:**
1150 Eu vou só complementar aqui. Eu acho que o Léo explicou muito bem e a Simone também já
1151 colocou. Eu queria só lembrar que houve umas diferenças mesmo encimado que a gente colocou em
1152 relação ao empenhado e o liquidado. O empenhado foram 12 (doze) parcelas. O liquidado foram 10
1153 (dez) parcelas. Foi uma diferença pequena, mas o empenho ele é o governo assumindo o
1154 compromisso também. Esse ano já reafirmar que os empenhos de todas as parcelas do ano passado
1155 vão ser pagas. Isso não tem nenhum problema, nenhuma discussão dentro do governo. O empenho
1156 continua sendo um compromisso assumido pelo governo no pagamento. Em relação à proposta ali
1157 gente, eu só vou ressaltar a proposta. Eu vi todo mundo tirando foto e tal. Isso está em negociação,
1158 está bem? Eu não posso dizer que o cronograma vai chegar lá na conta do município igual está ali
1159 não. Ainda está em negociação. Já teve a liberação da primeira parte do Piso Fixo que, inclusive a

1160 gente queria para fevereiro, mas foi em março. Mas a gente continua em debate. Eu vou pedir só
1161 essa compreensão de vocês. Quando a gente puder afirmar, com certeza, será com muito prazer,
1162 com a boca cheia que eu pretendo trazer aqui no Conselho esse cronograma e a nossa expectativa.
1163 É proposta. Está claro, não é? Então está bem. Eu só quero relembrar isso. Em relação à dúvida do
1164 senhor Luiz George eu só vou pedir para colocar lá. É porque foi um erro de configuração do arquivo.
1165 Pode descer. Coloca em um quadro de execução. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Não. Mas é porque é
1166 no Word. Aí. Esse aí tem um zero também. Esses números que estão em baixo não é, senhor Luiz?
1167 Isso é desconfiguração. A coluna arredou, era para ser na linha toda. É o resto da vírgula. São os
1168 centavos que ficaram para baixo em algumas linhas, está bem? Eu peço desculpas. Eu fiquei
1169 esforçando, esforçando, mas a tabela desconfigurou. Não teve jeito. As demais questões que acho
1170 que a Simone já colocou muito bem, então não tenho o que complementar aqui, não. **GEISIANE:**
1171 Gente, temos duas inscrições. Temos a Cris e também a Juanita. Depois a gente vai retornar para
1172 Isabela, ela tem uma proposta de resolução. Cris. **CRISTIANE:** Ontem na reunião com a sociedade
1173 civil a Geisiane e eu, que fazemos parte da comissão, levamos a situação atual do financiamento e
1174 dos repasses dos recursos. No debate na sociedade civil teve um ponto que foi levado por nós
1175 representantes de entidades, foi a dificuldade... A conselheira não estava presente ontem, mas
1176 acaba que comunga da questão, da dificuldade da rede privada no interior. A gente consegue ver
1177 que em Belo Horizonte nas instituições de acolhimento institucional... E aí eu falo de acolhimento
1178 institucional tanto do idoso, que é uma pauta que posteriormente precisamos debater dentro desse
1179 Conselho. Eu vou provocar isso mais para frente. Eu venho recebendo mensagens de acolhimento
1180 institucional pedindo comida. Eu acho que isso é grave! O acolhimento institucional é um dever do
1181 Estado. Nós somos parceiros nisso, mas é necessário repensar essa questão mesmo do repasse. E
1182 aí, sabendo que ano passado não foi feito nenhum repasse da série histórica e que grande maioria é
1183 acolhimento institucional. E sabendo da dificuldade mesmo da execução, tanto do Piso Fixo, quanto
1184 o Piso Variável, é uma forma que o município consegue também e organizar lá no seu caixa para
1185 poder pagar o convênio. Sabendo de tudo isso, nós, enquanto sociedade civil, queremos pedir ao
1186 Conselho que seja feito... Eu não sei dizer nem o nome, mas ontem a gente discutiu várias formas,
1187 não é Geisiane? Eu acho que a Geisiane arte pode me ajudar a lembrar. Foram pensadas as
1188 questões de repúdio, quanto às recomendações e as manifestações mesmo deste Conselho tanto
1189 para a secretária... E aí a gente pensa em uma forma também de fortalecer a SEDESE nisso, de
1190 estar cobrando a Fazenda e o governador. Essas crianças e essas pessoas no acolhimento
1191 institucional são responsabilidade do Estado e na pessoa desse governador. Eu até trouxe a
1192 experiência de um município onde nós tivemos um juiz determinou se o prefeito não tinha executado
1193 a abertura do acolhimento institucional no município era para as crianças serem levadas lá para a
1194 casa dele. Ele abriu um acolhimento institucional na cidade e organizou isso. Eu acho que a gente
1195 precisa pensar nisso. A coisa está muito grave. Ontem, durante a reunião, eu recebi outra mensagem.
1196 Eu mostrei para os meus companheiros aqui. Tinha entidade pedindo comida, manteiga, carne,
1197 legumes, frutas, leite... Isso é absurdo. A conselheira trouxe lá da região dela duas instituições que
1198 fecharam. A coisa não está boa! Em 15 (quinze) anos de assistência eu nunca vi as instituições
1199 “agonizarem” tanto porque o mercado está com dificuldade, o governo está com dificuldade. A
1200 capacitação das instituições agora com os recursos próprios está com dificuldade. Então assim, o
1201 Estado vai perceber o quanto a rede privada dava o seu jeito, os seus pulos, para poder cobrir essa
1202 falta de recurso da instituição. Agora a gente também como instituição de rede privada estamos
1203 tendo dificuldade nesse mercado em crise. Então, a sociedade civil provoca o governo para isso,
1204 para gente tomar essa medida mesmo da recomendação e de noção de todas as redes. Ontem nós
1205 até citamos a ALMG. Nós precisamos nos posicionar. As contas estão aí. A gente entende a questão
1206 da crise financeira no Estado, a gente compreende isso. Mas nós estamos falando aqui de
1207 necessidade básica de pessoas acolhidas. Isso é muito grave! Isso é sério! Isso violação de direito
1208 humano! A gente, enquanto Conselho de Assistência Social, precisamos nos posicionar. **GEISIANE:**
1209 Só complementando o que a Cris disse sobre a discussão que fizemos na sociedade civil. E aí
1210 levamos, enquanto comissão de orçamento e financiamento, de reforçar. É um momento triste,
1211 caótico. Talvez um os mais críticos com relação ao financiamento. A gente tem clareza que é o
1212 momento de unir forças. A gente conversava sobre isso muito piamentelá no Conselho. É o
1213 momento de a gente se unir, uma vez que a gente entende que nós estamos no mesmo caminho da
1214 SEDESE que tem feito todo esse esforço. O papel do Conselho é esse, é fortalecer. A gente fez um
1215 debate muito bacana, no sentido de que agora é o momento da gente se fortalecer, de a gente unir
1216 forças. E aí, por isso que a gente discutiu sobre a aprovação com recomendação, tendo em vista que
1217 é um momento de a gente unir força e essa é uma forma de unir forças. Então, nós, representantes

1218 da sociedade civil, fizemos a discussão e chegamos a essa conclusão. Temos outros representantes,
1219 se quiserem complementar ou nos corrigir, fiquem à vontade. Mas esse foi o debate. Essa foi a
1220 recomendação. Antes da inscrição da Sandra tem a Juanita, depois a Sandra e o William. VOZ AO
1221 FUNDO. **GEISIANE:** Está bom. Eu vou te inscrever também. **JUANITA:** Bom, secretária. Por eu ter
1222 estado na sua cadeira há uns anos atrás... É porque eu já comecei a fala nessa perspectiva, com
1223 todos os “considerandos” que foram apresentados, compreendendo a situação socioeconômica que
1224 não só Minas Gerais, mas o Brasil inteiro está passando. Só que, como órgão responsável por zelar
1225 pelo SUAS, eu acho que só não basta não aprovar, considerando que é uma situação real. Mas, eu
1226 acho que mais do que aprovar, é esse Conselho tomar decisão como foi sugerido pela colega e
1227 como foi discutido na reunião de ontem. Por eu ter estado nesse local também, não em 2014, porque
1228 estava nos direitos humanos, mas eu não me recordo de ano nenhum ter ficado 02 (dois) anos sem
1229 pagar o Piso Mineiro. Eu não me recordo, pode ser que eu esteja enganada. Mas estou
1230 respondendo a sua pergunta. A outra questão. Acontecia isso mesmo. A gente sabe de todas as
1231 estratégias que estão sendo feitas: negociação, busca de priorizar pagamento... E dentro desse
1232 escopo, a única coisa que era feita era a “dança de cadeira” no sentido de, se eu tinha coisa
1233 planejada aqui qual que era a minha prioridade. Era essa e não aquela, mas não existe mágica. Não
1234 existe varinha de condão para você falar arruma dinheiro e paga. Na verdade, não adianta a gente
1235 ficar planejando várias coisas, qualificando muito, sendo que na hora de execução do serviço isso
1236 não acontece porque não repasse recurso para o município. Você me perguntou, então estou
1237 fazendo a liberdade de fazer aqui. Mas, em hipótese nenhuma... Eu acho que não me fiz entender
1238 que a saída é aprovar o orçamento do Estado. Eu acho que a situação é posta, entretanto a gente
1239 tem que fazer os questionamentos e as colocações aqui. A colega fez com muita mestria. Eu acho
1240 que a própria reunião da sociedade civil, eu não estava presente, já tirou o encaminhamento que eu
1241 acho que foi o mais certo. A gente tem que falar para a sociedade mineira que a situação é grave,
1242 que a gente não compactua com isso e a situação de precariedade que está na rede pública e
1243 privada do Estado. Com relação à resolução da CIB, eu não tinha o conhecimento mesmo, mas que
1244 bom que ela foi temporária. A gente ainda tem a resolução nacional, mas já está sendo feito o
1245 encaminhamento para a resolução. Eu fico pensando se eu fosse gestora e aqui tem colegas que
1246 são... Aí da gestora se não tiver saldo para execução, porque o município vivencia as mesmas
1247 dificuldades que o Estado e as mesmas dificuldades nacionais. Era isso o que eu queria colocar.
1248 **GEISIANE:** Gente, nós temos uma, duas, três, quatro e cinco inscrições. Então, tendo em vista o
1249 avanço do horário, a gente pede também que sejam mais objetivos, Toda a contribuição é
1250 importante, mas a gente pode tentar resumir, por favor. Sandra. **SANDRA:** Participando ontem
1251 também da reunião da sociedade civil, foram colocadas todas essas dificuldades, a história do
1252 município de Belo Horizonte também com relação ao orçamento... Mas eu quero falar aqui enquanto
1253 também... Porque é o seguinte, gente. É uma relação... Essa dificuldade do Estado é uma relação
1254 de corresponsabilidade e de complementariedade. Isso dá um desdobramento em várias dimensões.
1255 E vou falar enquanto trabalhadores. Nós estamos sendo chamados, enquanto SINTIBREF, por vários
1256 municípios. DESSE MOMENTO AO FINAL DA MANHÃ NÃO FOI GRAVADO. BUSCOU-SE
1257 ESCLARECIMENTO JUNTO AO TÉCNICO DE GRAVAÇÃO QUE INFORMOU SOBRE UM
1258 POSSÍVEL PROBLEMA NO COMPUTADOR, O QUE LEVOU A INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO. A
1259 AUSÊNCIA DE UMA PARTE DA GRAVAÇÃO FOI CONSTATADA PELA SECRETARIA EXECUTIVA
1260 QUE TENTOU RESOLVER A SITUAÇÃO, NO ENTANTO COM A PERDA DOS REGISTROS DE
1261 VOZ A SUA TRANSCRIÇÃO FICOU COMPROMETIDA, DESSE MODO COUBE A SECRETARIA
1262 EXECUTIVA INSERIR OS REGISTROS CONCLUSIVOS DOS DEBATES: A PRESIDENTE DO
1263 CEAS, SUBSECRETÁRIA COMPROMETEU-SE COM O CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE
1264 PAGAMENTO ESCALONADO DOS ATRASOS EM 2017, APRESENTADA PELA CONSELHEIRA
1265 ISABELA. E A PRESTAÇÃO DE CONTAS FOI APROVADA COM A RECOMENDAÇÃO À SEDESE
1266 DA REGULARIZAÇÃO DO REPASSE DO PISO MINEIRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FIXO E
1267 VARIÁVEL. **PARTE 3 SIMONE:** (...). Mediou o diálogo com a loteria mineira. A loteria mineira gostou
1268 muito da proposta do programa que nós vamos apresentar. Então, se comprometeu de que todos os
1269 recursos arrecadados pela loteria vão ser investidos no programa de apoio a rede no Aprimora Rede
1270 SUAS. Isso é muito importante para o programa, dá para ele robustez financeira. E também, depois
1271 desse acordo feito com a loteria, nós também tivemos uma conversa na Secretaria da Fazenda para
1272 gente regulamentar uma legalidade que já existe, porque está na lei da loteria mineira a
1273 obrigatoriedade dela de passar recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social. Então toda
1274 essa conjugação de todos os nossos esforços possibilitou que a gente então traga aqui a proposta
1275 do programa Aprimora Rede SUAS. E para a nossa felicidade, nós fomos surpreendidos ontem com

1276 a informação de que o nosso governador vai lançar o programa sexta-feira que vem. Então, isso traz
1277 uma nova dimensão para essa discussão que a gente vai fazer aqui, hoje. Traz uma dimensão real,
1278 concreta. Então, nós vamos com certeza discutir o programa. O Conselho vai aprovar ou não esse
1279 programa. Ele vai aprovar como eu acho que deve aprovar porque, ele já aprovou na verdade. Aqui
1280 nós vamos discutir aqui é o conteúdo dele. Nós vamos lança-lo então com o nosso governador sexta-
1281 feira que vem. Então é isso. Eu vou passar para a Débora para ela poder apresentar o programa. É
1282 um esforço que eu já parabenizo toda e equipe da SEDESE. Todos os superintendentes nossos
1283 estão envolvidos nessa discussão. Tem um esforço grande da diretoria de vigilância, tem um esforço
1284 grande da diretoria de gestão da rede. Enfim, tem um esforço de todos nós. Tem um esforço técnico
1285 e político colocado e que agora a gente submete a esse pleno. Então Débora, por favor. **DÉBORA:**
1286 Gente, eu vou apresentar aqui as linhas gerais do programa. E depois, a gente está aberto aos
1287 esclarecimentos, as dúvidas e as questões. Eu queria dizer que, recém cheguei na SEDESE, então
1288 eu estou brincando que eu “sou a mãe adotiva” do programa. Os verdadeiros pais e mães estão aqui:
1289 Jaime, Isabela, superintendentes, a D’alma, a Rose, a Suzana e a Luiza. Então, depois se alguém
1290 tiver alguma dúvida também para estar esclarecendo.... Eu queria dizer também que a Elisângela
1291 está aqui representando o SERVAS, que é um dos parceiros. A Cristina não pôde vim. Então a
1292 Elisângela está aqui representando. Então, vamos lá. O programa é coordenado pela SEDESE em
1293 parceria com o SERVAS e a loteria mineira, que não impede que possam vim ter outros parceiros ao
1294 longo dele. Pode passar, por favor. Primeiro é importante dizer que Minas Gerais têm a segunda
1295 maior rede de oferta do serviço de assistência social, vocês sabem disso, não é? Foram registradas
1296 1.854 (mil oitocentos e cinquenta e quatro) unidades no Censo SUAS de 2015. E cerca de 75%
1297 dessa rede é composta por entidades socioassistenciais. Ou seja, é não governamental. Então, nós
1298 temos um total de 1.399 (mil trezentas e noventa e nove) entidades não governamentais. Os dados
1299 que a equipe de vigilância coletou através do Censo SUAS apontaram, como muitos de vocês
1300 sabem, muitas fragilidades na oferta do serviço, principalmente no caso das unidades que executam
1301 o serviço de acolhimento institucional. Isso é ainda mais preocupante porque o serviço de
1302 acolhimento institucional são aqueles serviços onde os usuários moram, residem e tem proteção
1303 integral. Então assim, as fragilidades especialmente relativas com os espaços físicos, equipamentos,
1304 elas se tornam mais sérias nesse caso. Pode passar, por favor. Bom, a justificativa é que, as
1305 entidades, embora elas recebam recurso financeiro, muitas delas têm o convênio com o município,
1306 com o Estado, elas apresentam muita fragilidade para conseguir recurso para a sua estruturação de
1307 melhoria física, para a compra de equipamento.... Geralmente esses recursos são obtidos de 02
1308 (dois) em 02 (dois) anos por meio de emendas parlamentares. Então tem todo um esforço para que
1309 elas possam conseguir recursos para essas atividades. Outra justificativa importante é que não existe
1310 um incentivo público, portanto regular, voltado para esse tipo de estruturação. E há também, como a
1311 Simone já falou, a necessidade de fortalecer o vínculo SUAS com a rede socioassistencial privada.
1312 Muitas das vezes essa rede, em alguns municípios, o gestor nem lembra que essa rede faz parte do
1313 SUAS. Então é muito importante que elas sejam trazidas para o sistema, que fortaleçam esse vínculo
1314 e tenham a gestão dos gestores. Tendo em vista então esse diagnóstico que foi realizado pela
1315 SEDESE a partir dos dados do Censo SUAS foram apontadas essas fragilidades importantes no
1316 serviço de acolhimento institucional. E tendo em vista também as prioridades definidas no Plano
1317 Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial, a gente sugere que a
1318 implantação do programa seja iniciada com as unidades que ofertam o serviço de acolhimento
1319 institucional. O que a gente vai aprovar aqui é um programa para todas as entidades. Mas a nossa
1320 proposta é que ele comece a ser implantado pelas unidades de acolhimento institucional. Dentro
1321 dessa questão do vínculo SUAS e o que a Simone já apontou também, a gente tem uma
1322 necessidade de mudança no paradigma do acolhimento no Brasil. A gente sabe que muitas
1323 instituições ainda têm aquela cultura da institucionalização, não respeitam o tempo de a criança ficar,
1324 às vezes o idoso vai para a instituição sem ser a última opção, às vezes tem uma família que é
1325 possível resgatar esse vínculo. E mesmo quando é necessário ele estar na instituição, muita das
1326 vezes as instituições não organizam atividades convívio comunitária, passeios, atividades, às vezes
1327 ainda tem uma violação de direito nessa institucionalização.... Então, no programa a gente pretende
1328 junto com o reordenamento dessa rede a mudança do paradigma para a garantia de convivência
1329 familiar e comunitária e acompanhamento individual dos acolhidos. Pode passar. Eu vou aqui das
1330 unidades de acolhimento. A proposta é para gente começar por essas unidades. De acordo com o
1331 Censo SUAS de 2015 em Minas Gerais existem 924 (novecentas e vinte e quatro) unidades que
1332 ofertam o serviço de acolhimento. Estão presentes em 335 (trezentos trinta e cinco) municípios em
1333 todo o Estado. Dessas 924 (novecentas e vinte e quatro) unidades 704 (setecentas e quatro) são não

1334 governamentais. O público atendido: a maioria delas, 43% das unidades, acolhem crianças e
1335 adolescentes. São os abrigos, casas lares. 36,6% das unidades acolhem pessoas idosas. São as
1336 instituições de longa permanência. 9,4% das unidades acolhem pessoas com deficiência. São as
1337 residências inclusivas, casas lares. E as demais, 10,3% acolhem outros públicos: população de rua,
1338 mulheres dentre outros. O objetivo geral do programa, baseado naquelas justificativas que a gente
1339 apontou, é de instituir e fortalecer no Estado de Minas Gerais os mecanismos de incentivo financeiro,
1340 assessoramento técnico e qualificação continuada para aprimorar os serviços, programas, projetos e
1341 benefícios da assistência social ofertados pela rede do SUAS. O público alvo do programa serão as
1342 unidades públicas e as entidades que acompanham a rede socioassistencial de Minas Gerais
1343 ofertantes de serviços, programas e projetos, além daquelas que realizam assessoramento técnico
1344 defesa de direitos. As entidades socioassistenciais são de 03 (três) tipos. Consideram-se entidades e
1345 organizações de assistência social sem fins lucrativos aquelas que isoladas prestam atendimento e
1346 assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa lei, bem como os que atuam em defesa de
1347 garantia de direitos. Pode passar, por favor. Aí são os 03 (três) tipos de entidades. A primeira é de
1348 atendimento: são aquelas que executam os programas. Os serviços de assessoramentos: são as
1349 entidades que prestam serviços de fortalecimento aos movimentos sociais organizações de usuários,
1350 formação, capacitação e liderança. E a de garantia de direito: realizam atividade, promoção da
1351 cidadania, enfrentamento da desigualdade, formação política, articulação de defesa de direitos e
1352 outros. O programa é pensado para todas as entidades. A gente vai fazer um corte de início nas
1353 unidades de acolhimento e depois nas que prestam serviços. Quais são os eixos do programa? O
1354 programa tem 03 (três) eixos. O primeiro eixo: monitoramento. Ele parte tanto da escolha das
1355 entidades, quanto o acompanhamento das entidades. Ele parte da identificação das principais
1356 fragilidades nas unidades que ofertam acolhimento por meio de um indicador chamado “indicador de
1357 referência”. No caso das unidades de acolhimento a gente está chamando de ID Acolhimento. Da
1358 mesma forma que tem o ID CRAS, o ID CREAS, a SEDESE criou o ID acolhimento. Depois nós
1359 vamos apresentar ele mais detalhadamente. Ele tem um foco em 03 (três) dimensões na mesma
1360 forma que o ID CRAS e o ID CREAS: estrutura física, recursos humanos e gestão e atividades.
1361 Então, esse é um dos eixos do programa, que é fazer o acompanhamento dessa qualidade; O apoio
1362 técnico, supervisão e capacitação que é: realizar cursos, oficinas e acompanhamento dessas
1363 unidades com foco também na qualificação dos serviços, visando a autonomia das entidades, mas
1364 também os seus vínculos ao SUAS; E o incentivo financeiro material. Então vai ter o repasse de
1365 recurso financeiro para a rede pública e privada para realizar reforma, repasse, criação de rampas
1366 para acessibilidade e adaptação, reforma de cozinha... A ideia é que esse incentivo financeiro vá
1367 para aquelas fragilidades que foram apontadas pelo indicador que a entidade tem. Ele induz um
1368 resultado de melhoria exatamente nessa variável que foi apontada como um desafio. Aí está
1369 apresentando os 03 (três) eixos um pouco mais detalhados. O eixo 01 (um): monitoramento e
1370 reconhecimento da qualidade. Quais são as ações? No primeiro momento é a criação do ID
1371 Acolhimento Institucional. Posteriormente a gente vai criar o ID Centro de Convivência. Esse ID vai
1372 possibilitar a definição de parâmetros em níveis de qualidade. É um pouco aquilo que a Simone está
1373 falando. Todas as variáveis do ID elas têm vínculos e rastros com as normativas do SUAS, por
1374 exemplo, a tipificação que fala do número de crianças e de idosos que tem que ter em cada quarto,
1375 que tem que ter um armário individualizado.... Está lá. O Censo SUAS pergunta isso para as
1376 entidades e elas respondem. Então são variáveis que compõe esse ID. A gente a partir daí vai definir
1377 esse parâmetro, discutir melhor com a rede, consensual entre nós todos esses parâmetros e
1378 trabalhar mais tecnicamente em relação a eles; identificar a situação das entidades socioassistencial
1379 de Minas Gerais em relação aos indicadores. Então nós vamos ter como acompanhar assim como a
1380 gente faz com o CRAS e com o CREAS qual a dimensão que as entidades estão tendo mais
1381 dificuldade, qual a variável... E vai induzir as entidades que não estão no CADSUAS e no CNEAS
1382 para que elas possam ser contempladas no programa. Como nós vamos trabalhar em uma rede
1383 muito grande, a gente vai basear nas estatísticas oficiais do SUAS; realizar o monitoramento anual
1384 dos níveis de qualidade proferidos. Pode passar. Ali está dizendo que o ID Acolhimento já foi
1385 “rodado”, como diz as meninas da vigilância. Inclusive ele já foi pensado. Depois, em outro momento
1386 mais detalhado, eu acho que é muito interessante... foi um trabalho belíssimo que a equipe fez. Eu
1387 acho que vale a pena um seminário depois para gente apresentar todas as variáveis e como é que
1388 ele foi calculado. Eu acho que é muito importante todo mundo conhecer. Basicamente e
1389 resumidamente o ID Acolhimento ele tem essas 03 (três) dimensões como eu já falei. A primeira é
1390 gestão e atividade, dentro dela tem as variáveis. São várias variáveis que entram em cada uma
1391 delas. Por exemplo: se possui inscrição no Conselho, se aceita ou não receber pessoas com

1392 deficiência, se faz plano individual de atendimento, se permite visita.... Todas aquelas questões que
1393 são importantes para a qualidade do atendimento. Na estrutura física também foram pensadas todas
1394 essas modalidades. Por exemplo: se possui número máximo de pessoas dormindo no mesmo
1395 dormitório, se possui banheiro exclusivo para o funcionário, se possui área de recreação... Todas as
1396 variáveis relacionadas com a qualidade da estrutura física. E por fim, a dimensão dos recursos
1397 humanos que, baseada na NOB-RH/SUAS, define todas as normativas: se possui quantidade de
1398 indivíduos acolhidos dividido pelo número de cuidadores igual o inferior a 10 (dez), se possui
1399 psicólogo, assistente social. Tudo isso são as variáveis dos recursos humanos. Então, o ID
1400 Acolhimento é feito pela soma das notas de todas as 03 (três) dimensões. Ele é classificado nessas
1401 dimensões ou nessas classificações: insuficientes, regular, eficiente e superior. A gente até pede ao
1402 Conselho para nos ajudar a pensar se é isso mesmo. A gente ficou na dúvida se põe nota porque
1403 pode se comunicar melhor. Isso depois a gente vai ter que trabalhar, não é? Quantas estão em nível
1404 suficiente, quantas estão em nível superior... O que comunica melhor? Se é uma nota ou essa
1405 classificação. É importante também a gente saber comunicar isso para as entidades e para a
1406 sociedade em geral. Pode passar. Aqui é um resumo do que a gente já foi “rodado” do ID
1407 Acolhimento. É para vocês terem uma noção. 33% das unidades de acolhimento possui estrutura
1408 física insuficiente. Naquela categoria de insuficiente 33% na estrutura física falta acessibilidade,
1409 armário individualizado, lavanderia e cama inadequada para o público idoso e deficiente. Quase 37%
1410 das unidades de acolhimento desenvolvem a sua gestão e atividade de maneira insuficiente,
1411 principalmente não realizam atividades de acompanhamento individual das crianças, não realizam
1412 atividades de convivência e lazer com a comunidade, não realizam atividades que promovam o
1413 retorno das crianças acolhidas para as suas famílias. E 68,65% das unidades possuem equipes
1414 técnicas. Aqui está o insuficiente ou regular. Ou seja, não possui todos os técnicos de nível superior
1415 e médio necessário. Pode passar. O eixo 02 (dois): incentivo. A gente vai ter que definir o valor do
1416 incentivo financeiro de acordo com a disposição financeira e orçamentária dentro do orçamento que
1417 a Simone apontou aí. Nós vamos ter como parceira a loteria mineira. Nós vamos realizar o repasse
1418 do incentivo financeiro e também de incentivo material. O SERVAS inclusive está entrando na
1419 parceria com essa possibilidade. Vai ser de acordo com os critérios que vão ser definidos; temos de
1420 definir e pactuar os níveis de qualidade a ser alcançados. Por exemplo: a gente vai dar um incentivo
1421 para todas as entidades que estão no insuficiente? Por que a partir daí a gente não vai ter nenhuma
1422 entidade que tenha nível insuficiente. Então é isso que vai pactuar; monitorar a utilização dos
1423 recursos de incentivos e resultados de aplicação; E vão ser firmados planos de reordenamento com
1424 as entidades socioassistenciais que apresentam duas conformidades. Pode passar. O eixo 03 (três):
1425 apoio técnico, supervisão e capacitação. As entidades já estão integradas nas ações de apoio
1426 técnico, capacitação e supervisão no Programa Qualifica SUAS, não é Jaime? No ano que vem vai
1427 ter um Programa do Capacita SUAS voltado para a proteção especial. Então as entidades vão ser
1428 integradas nesse programa; Realizar ações de capacitação para dirigentes e trabalhadores de
1429 entidades relacionadas as alterações trazidas pelo marco regulatório – MROSC; Realizar ações de
1430 apoio técnico para as entidades com foco nos consentimentos, documentos, etapas para celebração
1431 do termo de colaboração de fomento com a administração; Capacitar as entidades para captar
1432 recursos; Orientar a prestar apoio técnico aos gestores municipais e as entidades em relação ao
1433 registro no CNEAS; Incentivar os gestores municipais sobre a importância do vínculo SUAS;
1434 Fortalecer o vínculo das entidades com o SUAS por meio da organização, articulação e coordenação
1435 da rede. Pode passar. Essa ideia aí a Simone já apresentou a respeito do projeto de lei. É porque
1436 com a MROSC o poder público tem que fazer um chamamento e fazer a parceria com as entidades
1437 que tem melhor qualidade. Esse programa é exatamente contrário. Ao mesmo tempo, a MROSC
1438 abre essa possibilidade de respeitar as legislações de cada uma das áreas. Em conversa com o
1439 jurídico, entendeu-se que é muito importante a gente criar uma lei específica para esse programa,
1440 porque nós vamos passar o recurso para as entidades que estão com maiores fragilidades. Então,
1441 será encaminhando um projeto de lei para a ALMG para amparo legal desse programa. Pode passar.
1442 Aí é o projeto de lei. Eu já expliquei. Pode passar. Os atores envolvidos. SERVAS: vai fazer a
1443 mobilização de parceiros. O programa está aberto pa1ra receber outras parcerias de universidades,
1444 de instituições de capacitação, de instituições que possam ajudar as entidades no sentido de ter
1445 projetos arquitetônicos de acessibilidade; Vai também acompanhar as intervenções físicas com
1446 arquiteto, com parcerias com institutos de arquitetos e engenheiros; Vai assessorar as entidades
1447 para o fortalecimento da gestão em relação à consultoria jurídica, organização formal da entidade,
1448 elaboração de projetos para captação de recursos; Vai elaborar em conjunto com a SEDESE
1449 orientações técnicas para as entidades voltadas para essa estruturação jurídica e administrativa. A

1450 SEDESE: coordena o programa; cria o indicador e faz o monitoramento das unidades de
1451 acolhimento; faz o repasse do recurso para as entidades socioassistenciais nos municípios, no caso
1452 da unidade ser estatal, não é? Realiza o apoio técnico e capacitação das equipes por meio das
1453 oficinas de supervisão técnica; coordena a regulação da rede socioassistencial; elabora material
1454 técnico. A loteria mineira: financia o programa. É isso, gente. Estamos à disposição para esclarecer
1455 as dúvidas. Obrigada. **SIMONE:** Bem... VOZ O FUNDO. **GEISIANE:** As inscrições: Leonardo Ladeira
1456 já está inscrito, o Volney, também o Léo Koury, a Marta, Sandra e a Juanita. Mais inscritos? Será que
1457 eu me esqueci de alguém? Então, temos o Leonardo Ladeira, o Volney, o Léo Koury, a Marta, a
1458 Sandra e a Juanita. Eu esqueci de alguém? Por favor, Léo. **LEONARDO LADEIRA:** Eu quero dar os
1459 parabéns pelo programa. Tem uns 15 (quinze) anos que eu estudo e uns 08 (oito) que eu estou
1460 trabalhando no Estado. Eu nunca vi uma política ser elaborada. Nunca vi. É a primeira que eu estou
1461 vendo, sabe? Eu via discussão aqui no ano passado, já vi um pouco do ID... Eu estou fascinado pela
1462 singularidade! Eu estou até confirmando com a Isabela aqui "Isabela, isso aí não foi o governo
1463 federal que disse que tem que se fazer um plano?" Não. Ela disse que é uma iniciativa mesmo. Isso
1464 em um cenário de crise.... Nós acabamos de ver aqui a prestação de contas. Um desestimo absurdo
1465 está acontecendo aqui. As professoras falaram isso ontem, não é? Tem que ter otimismo em tempo
1466 de crise. Isso aqui é um otimismo em tempo de crise. Eu estou achando maravilhoso! Eu só quero
1467 dar os parabéns. Eu não sou da área da assistência, então eu não tenho tanto a contribuir. Eu sei
1468 que os outros conselheiros vão ter., mas, para mim, como um observador e um estudioso de políticas
1469 públicas, eu sinto vontade de trazer os meus alunos para cá para ver como é que faz a política
1470 pública e como é que discute abertamente a participação social. Maravilhoso! Parabéns. **GEISIANE:**
1471 Volney. **VOLNEY:** Primeiro eu quero cumprimentar a Débora e toda a equipe. Foi muito bacana!
1472 Durante o tempo em que você apresentou, eu me remeti em algumas entidades que eu já estive,
1473 aonde você ver em alguns acolhimentos que a pessoa não tem nenhum armário para colocar os
1474 seus pertences. Eu fiquei muito emocionado porque eu me remeti a essas entidades. Eu acho que
1475 seria interessante.... Não ficou claro para mim o diagnóstico. Quando vocês apresentaram no início,
1476 apresentaram em termos percentuais. Eu não sei seria interessante colocar em números, para que
1477 esse Conselho e o próprio Estado no futuro possa fazer esse comparativo se está aumentando o
1478 acolhimento, se está diminuindo.... Porque foi apresentado em percentuais: 43%, 32% e 38%. Está
1479 bem. Esse percentual é sobre o quê? Eu acho que nós precisamos acrescentar hoje quais são os
1480 números, para que a gente possa verificar isso aí. Outra dúvida minha, o cofinanciamento da loteria
1481 mineira.... Eu desconheço a loteria, então.... Assim, isso é um percentual sobre a venda? Isso está
1482 garantido em lei? Eu tenho essa dúvida também. Como é que isso vai ser amarrado para a loteria
1483 mineira fazer esse repasse? A outra dúvida minha é a seguinte: como que nós vamos garantir dentro
1484 da lei orçamentária do Estado uma continuidade de orçamento para essas entidades no futuro?
1485 Ficou claro, Débora? Então é isso aí. As minhas dúvidas são essas. **GEISIANE:** Leonardo Koury.
1486 **LEONARDO KOURY:** Primeiramente, fora Temer! Débora, parabéns para você e para toda a equipe
1487 da SEDESE que contribuiu com esse diagnóstico. Eu vou fazer aqui alguns apontamentos, talvez
1488 nem todos vão dar conta de ser respondidos. Mas, enquanto assistente social e quem trabalhou no
1489 território, algumas coisas eu acho que são importantes de serem ouvidas e serem pensadas. O
1490 primeiro ponto é que, quando a gente constrói o SUAS e aí entende a relação de território e o que
1491 deve ser oferta pública, a alta complexidade ela ficou muito aquém ainda de uma oferta pública nas
1492 instituições. E pela própria história, trajetória e pelo custo, acabou que a gente deu conta de construir
1493 uma grande rede de proteção básica com os CRAS. A gente deu conta de avançar bastante na
1494 média complexidade, seja ela em especial para a população em situação de rua, seja ela para a
1495 questão dos CREAS. Mas a alta complexidade ainda é muito frágil nessa relação da oferta pública,
1496 não é? Quando a gente dá conta de ter esse diagnóstico.... Eu acho que esse é o apontamento
1497 também que me preocupa. Como que a gente em algum momento vai avançar também com a oferta
1498 pública, não é? No último município que eu trabalhei antes de vim para o Estado, município de
1499 Ribeirão das Neves, ele ainda não deu conta de garantir a oferta pública dos abrigos, por exemplo. E
1500 em especial, a questão das LPIS. Então, eu acho que isso é um ponto importante da gente fazer a
1501 discussão. A gente está entendendo que nós vamos contribuir para o avanço desse serviço, em
1502 especial para a rede privada. A gente não pode deixar de ter como norte que esse serviço também
1503 possa ser executado pela rede pública. Eu posso até estar equivocado na apresentação, mas eu
1504 acho que é um pouco isso também, não é? E para terminar, eu acho que, assim como o Volney
1505 colocou, esses números em especial a gente não sabe o quantitativo deles todo no Estado, mas se
1506 pudesse passar o que é disso, o que vocês têm de diagnóstico que é rede pública, que é garantia ali
1507 do município.... Tem ali? VOZ AO FUNDO. **LEONARDO KOURY:** 76% não governamentais, não é?

1508 VOZ AO FUNDO. **LEONARDO KOURY:** Mas ali, por exemplo, no caso de crianças não tem? Eu
1509 acredito que é um dado importante, até para gente ter também um norte de como avançar, em
1510 especial na questão das pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes e mulheres.
1511 **GEISIANE:** Obrigada, Léo. Marta. **MARTA ELIZABETE:** Eu queria também trazer um pouco dessa
1512 discussão, Simone, embora você já tenha feito algumas vezes aqui no Conselho. Mas eu queria
1513 perguntar a partir do que o Léo colocou. Eu acho que é um posicionamento. Você sempre trouxe
1514 aqui que, a assistência social pela trajetória dela, pela história dela no Brasil e talvez no mundo, ela
1515 sempre veio do terceiro setor, das entidades... E esse esforço do Brasil de construir um SUAS. Assim
1516 como na saúde, o sistema privado é previsto sim. Foi a partir de uma briga enorme no Congresso
1517 Nacional, da qual o Sérgio Arouca se retirou. Isso é histórico, está registrado. Ele falou: “você
1518 se arrepender.” Eu tenho que falar claramente que, a classe média aceitou o sistema público estatal
1519 no Brasil. Então, essa coisa de... Eu estou falando na saúde! Eu estou perguntando. Talvez seja
1520 diferente. Então o que acontece? Na saúde, embora exista o serviço privado, ele é complementar a
1521 rede pública. Hoje os hospitais ainda têm muito da rede privada. O hospital é uma coisa muito cara, é
1522 um equipamento. Mas também Simone é um sorvedouro de dinheiro, porque a estrutura do Estado...
1523 Eu estou falando de regular e fiscalizar o que já existe. Ainda não é suficiente o bastante para coibir
1524 uma série de coisas e de irregularidades. Mas tem uma padronização da vigilância. Qual é o
1525 tamanho máximo de uma instituição? Uma instituição pode ter no máximo 200 (duzentas) pessoas?
1526 100 (cem) pessoas? Por que isso na saúde mental os manicômios eram aquela tragédia. A gente foi
1527 diminuindo para chegar. Até chegamos a 300 (trezentos), 400 (quatrocentos) encaminhando para a
1528 superação de todos. Era isso. **SANDRA:** Eu também quero começar parabenizando Eu tenho uma
1529 história toda de acolhimento institucional na alta complexidade. E é o que eu falava antes,
1530 precisamos ter esse olhar para a rede socioassistencial nesse quesito. Eu falo aqui com muita
1531 tranquilidade. Belo Horizonte avançou muito. Então, quando a gente vê esse olhar de 06 (seis)
1532 CREAS concretamente em ação nesse planejamento todo, a gente fica muito feliz. A gente sabe que
1533 é uma rede sucateada, é uma rede de alta complexidade. É 24 horas. Os recursos humanos.... Eu
1534 estou vendo aqui as ações dos recursos humanos para melhorar o ambiente físico, utensílios.... Isso
1535 é muito interessante. No Conselho da Criança aqui de Belo Horizonte a gente também conseguiu um
1536 recurso específico para isso, para todas as unidades do acolhimento. Mas eu vejo também que,
1537 como que isso vai caminhar junto, a gente precisa também olhar para os recursos humanos, porque
1538 tem a haver com os valores do repasse, com o que isso vai ser qualificado ao longo do tempo e
1539 nessa relação. Em Belo Horizonte a gente fez o diagnóstico. Foi todo um trabalho de 02 (dois) anos.
1540 Depois que a gente teve um acerto baseado no diagnóstico e no estudo de custo que quanto que
1541 seria necessário para gente ter o mínimo de qualidade dentro do acolhimento institucional. O recurso
1542 humano é uma dificuldade enorme. Por ser 24 horas requer um número quantitativo grande de
1543 educadores e também qualitativo porque estamos falando da alta complexidade. A gente sabe que
1544 às vezes tem recursos, mas por consequência de uma má gestão... A Marta falou isso. Não precisa
1545 de recurso mais não, tem que melhorar é a gestão. Então eu falo também dessa necessidade de
1546 formação para os gestores do acolhimento. Não é ingerência. “Ah! O gestor não tem que vim e meter
1547 o bedelho aqui!” Tem sim! Por que é dinheiro público. Eu vim de uma obra Salesiana e a gente
1548 trabalhou muito em parceria com o município. Na hora de falar o que precisa ser feito a gente fala,
1549 mas é coparticipação e corresponsabilidade. Não tem isso que o município não pode trabalhar junto
1550 com a entidade do sentido de qualificar, porque ali tem dinheiro público. Nós estamos ali com
1551 repasse e recurso público. Então assim, é nos abrir também para essa relação de parceria em todos
1552 os níveis. O Estado tem que olhar isso. Quando a gente vê que quase 80% estão nas mãos da
1553 sociedade não governamental, a gente vê a responsabilidade que é isso também e justamente na ala
1554 complexidade. Quando a Marta fala dos parâmetros, a gente tem as normas técnicas que falam da
1555 questão física, de quantos educadores são necessários para grupos de 10 (dez), de 05 (cinco). A
1556 gente já tem muita lei e muita regulamentação para isso. Agora, na hora de efetivar, as entidades
1557 têm dificuldades sim, seja por resistência no reordenamento... A gente sabe que ainda existe muito
1558 por aí. Mas, quer seja também por falta de recurso e compreensão. Isso me chamou muito a atenção
1559 no foco agora com o marco regulatório. Foco no resultado. Não é ir fazendo e fazendo. A gente está
1560 trabalhando por resultado. Eu quero parabenizar mesmo. Eu fico muito feliz! Eu vim de um
1561 acolhimento, de muita batalha no meu município. A gente avançou muito. Eu fico com uma frase da
1562 gestora na época que a gente fez esse estudo de custo em Belo Horizonte. Teve um aumento de
1563 repasse significativo, porque foi comprovado no estudo de custo a necessidade. A gente tem que sair
1564 do círculo vicioso para o círculo virtuoso. Mas que não seja necessário... na época a gente teve que
1565 colocar o MP nos auxiliando. Mas que seja essa a compreensão, de um governo responsável, que

1566 tem uma vontade política realmente de ter um SUAS de qualidade e, que esteja preocupado com
1567 essa dimensão da alta complexidade e das entidades que executam. Eu parabeno o governo, nós
1568 Conselho e a SEDESE que está fazendo isso. Eu não posso deixar de falar porque vim de um
1569 acolhimento e sei das dificuldades. Então, parabéns. É isso. **GEISIANE:** Juanita. Tem um microfone
1570 perto aí, gente? **JUANITA:** Bom, ratificando o que os colegas disseram. Eu quero parabenizar a
1571 SEDESE pela proposta. Eu entendo que esses 15 (quinze) anos de implantação do SUAS teve o
1572 tempo de sua maturação para fazer essa proposta agora, até porque não existia uma rede pública do
1573 SUAS. Existia a rede privada. E como já foi falado também, a “trancos e barrancos” atendeu o
1574 cidadão. Então, o SUAS teve que organizar a sua rede pública para nesse momento, agora,
1575 fortalecer a rede privada. Então parabéns pela proposta, Simone. Eu queria fazer algumas
1576 perguntas, por que eu não sei se passou, e eu não consegui ler daqui. Mas são algumas questões
1577 que eu gostaria de tirar dúvidas. Na verdade, a gente vai ter um programa que vai ser implementado
1578 por lei e vira uma política pública que vai ter que ter um orçamento próprio para essa política. Vai ser
1579 instituído um projeto um projeto de lei. Eu não sei se eu entendi equivocadamente ou se é essa a
1580 lógica mesmo. O projeto de lei com o orçamento é para subsidiar a execução das ações. Entretanto,
1581 eu não sei se é só esse ano ou se vai ser sempre, mas, é o financiamento vindo da loteria. A loteria
1582 tem uma cláusula que pode repassar recurso para o FEAS, não é? Então a loteria vai repassar o
1583 recurso para o FEAS. E a capacitação desse recurso vai ser via SERVAS. Isso também eu não
1584 consegui compreender. Esse programa na verdade foi instituído em 2016, mas não foi feito o
1585 orçamento por causa desse contingenciamento tenso. Esse recurso indo para o FEAS ele será
1586 implantado na lógica de programa, vai ter que ser instituída uma per capita e um valor padronizado
1587 imagino para repassar para as entidades, não é? É isso que não ficou claro. Eu estou querendo tirar
1588 a dúvida. Para passar FEAS via município para o município fazer o termo de colaboração... Porque
1589 nesse primeiro momento vai ser só a rede de acolhimento. A rede de acolhimento institucional, pelo o
1590 que foi passado ali, ela é grande. Eu acho que ela toda não é execução direta do Estado, vai ter que
1591 ter execução do município. Então, como dar-se-á esse processo? Por que a rede que tem execução
1592 direta do Estado chama, faz termo de colaboração e repassa. Sem nenhum problema. Quando a
1593 entidade executa serviços no âmbito municipal nós vamos ter um terceiro ator: SEDESE, entidade e
1594 SUAS local. Como é que dar-se-á essa articulação e essa operacionalização fluida para que isso
1595 aconteça? A gente sabe que, infelizmente, tem alguns municípios que tem algumas dificuldades de
1596 fazer essa articulação local com a rede, ou por questões políticas, ou por questões difíceis de
1597 processamento mesmo. Como é que vocês estão pensando isso? Outra coisa também. O SERVAS
1598 sempre teve esse programa de incentivo as entidades de acolhimento institucional com relação ao
1599 investimento. Era a capacitação e o investimento em mobiliários. Então, ele sempre teve isso. A
1600 gente sempre entendeu que o SERVAS é um parceiro importante por causa da peculiaridade. Ele
1601 tinha facilidade e essa entrada que, muitas das vezes, para o Estado, era difícil. O SERVAS que
1602 vai captar esse recurso da loteria? Ou ele que vai continuar com aquele papel que ele sempre fez?
1603 Que é o repasse de bens, investimento para as entidades e capacitação da rede. Foi isso o que eu
1604 anotei aqui. **GEISIANE:** Rose. **ROSILENE:** Primeiro eu quero parabenizar todos os envolvidos pela
1605 audácia desse programa. Não é fácil. São muitos os desafios. Então eu quero parabenizar. Desde
1606 que quando eu cheguei aqui a luta da Simone era realmente conseguisse que a loteria destinasse
1607 recurso para a assistência social. Simone, eu espero que venha para o FEAS. Sandra, ontem nós
1608 discutimos a questão dos trabalhadores do SUAS. Já foram inseridos no documento as resoluções
1609 07 e 09. O que nós entendemos é que vai poder ser discutido aqui induzir o reordenamento das
1610 entidades socioassistenciais de acordo com as normativas do SUAS. Então, a partir daqui quem for
1611 fazer o monitoramento vai ter condições de colocar que a referência seja de acordo com a
1612 capacidade. Então foi o que nós discutimos. Chegamos a esse acordo aqui. Ontem eu falei, mas eu
1613 vou deixar registrada aqui a preocupação... Aí já foi esclarecida. Mas, a gente tem que também
1614 pensar no SERVAS como um voluntariado da assistência social. Nós estamos trabalhando para o
1615 fortalecimento e para a consolidação da política de assistência social. Quando vem um voluntariado
1616 de assistência social a concepção..., mas aí já foi colocado, não é? Eles estão abertos para pensar,
1617 para discutir e para rever. O trabalho já vem sendo modificado. Dentro das origens do SERVAS isso
1618 já está mais avançado, de acordo com a concepção do SUAS. Mas temos que pensar, para que eles
1619 caminhem lado a lado com o SUAS e com a política de assistência social. Era isso. **GEISIANE:**
1620 Érica. **ÉRICA:** Eu também queria parabenizar o programa como recém- trabalhadora do acolhimento
1621 há 01 (um) mês, 02 (dois) meses. Quando o Volnei disse: “nossa! Não tem armário para todo
1622 mundo.” Não tem. Eu estou na casa lar de adolescente de 12 (doze) e 18 (dezoito). Isso gera um
1623 conflito que, para administrar, leva tempo. Isso gera fuga, isso gera.... Às vezes por causa de um

1624 chuveiro tem um conflito gigante. A gente fica pensando até que ponto vai gerência mesmo da
1625 gestão, no sentido de não fazer essa gestão. A gente podia ter muito menos conflitos por questão de
1626 recurso mesmo. O trabalho é feito, mas tem algumas coisas que conflita a gente. Muitas das vezes
1627 como trabalhador a gente é cobrado por isso. Quando a gente vai em uma reunião do MP ele cobra
1628 da gente. A gente fala: “você deveriam ser parceiros nossos, não cobrar da gente.” E aí eu fico
1629 pensando, cadê o MP para deixar chegar nesse ponto? As entidades estão sucateadas. Quero
1630 lembrar que, se o acolhimento foi feito é porque as outras proteções não funcionaram. A gente tem o
1631 sucateamento dos CRAS, dos CREAS. Quando a gente chama a gestão para estar presente nas
1632 casas lares e estar presente junto as crianças, também isso não é feito, porque é o lugar que dá mais
1633 problema, é lugar onde a gente é chamada às 22 horas da noite, no fim de semana... eles não querer
1634 participar disso, não! No dia em que as meninas mandaram um documento para o MP dizendo que
1635 não tinha comida e não tinha leite para os bebês, elas foram chamadas de fofoqueiras. Não é? É isso
1636 o que acontece. Eu entendo que temos que fazer um papel de gestão, mas é no sentido de que isso
1637 seja mesmo um modelo para ser seguido pelos municípios. Lá a gente está ainda em outro tempo,
1638 em outro espaço e em outro entendimento. É um sofrimento, um coronelismo. A gente precisa
1639 mesmo desse modelo para poder implantar também os municípios, está? **GEISIANE:** Eu também me
1640 inscrevi. Eu estou inscrita. Primeiro que quero parabenizar a SEDESE e a equipe em nome da
1641 Débora por essa iniciativa. Já discutimos isso muitas vezes no Conselho a importância de a gente
1642 aproximar e fazer essa discussão pensando na entidade e pensando inclusive no vínculo SUAS. Isso
1643 traz muita alegria.... Eu sou representante de entidade, sou trabalhadora no acolhimento.... Ver que
1644 as justificativas se pautam nessa cultura que eu vi e deixei bem marcado da institucionalização para
1645 garantia do direito da convivência familiar e comunitária. É um desafio enorme! A Érica está lá e está
1646 vendo tudo isso. O desafio é enorme de a gente na ponta trabalhar isso, principalmente com a
1647 gestão, que muitas das vezes entendem que é institucionalização sim, que é um afastamento. Então
1648 são pilares que me deixam muito feliz. As fragilidades financeiras e técnicas das entidades, a
1649 supervisão.... Que alegria ver a supervisão técnica para as entidades e as organizações. Eu lembro
1650 vários diálogos que tive com o Rodrigo. O Rodrigo estar aí? Cadê ele? **VOZ AO FUNDO. GEISIANE:**
1651 Foi? Mas quero citá-lo aqui. Várias vezes a gente discutiu. Eu tenho certeza que ele também faria
1652 comentários nesse sentido, no intuito de quanto à gente buscou isso e do quanto também à gente
1653 teve várias discussões em cima dessas lutas. Então assim, eu quero mais é ver logo, não é? Quero
1654 ver ele implementado, quero saber do cronograma, como que está, quais são as propostas. Eu quero
1655 muito ver isso se iniciar logo. E é isso. A outra questão que eu queria partilhar é com relação às
1656 dificuldades que a gente tem na ponta, além das dificuldades financeiras que foram ditas, de
1657 assessoramento técnico, apoio, capacitação, mas também desse trabalho não só com a rede, mas
1658 com a gestão. Eu fiquei lembrando aqui, até partilhei com a Consolidação, uma grande dificuldade. A
1659 gente, principalmente agora nesse momento de crise, de retrocesso e retenção de recurso... E a gente
1660 trabalhar lá na gestão a renovação das parcerias com o marco regulatório, a gente ter que fazer a
1661 defesa da importância do serviço, da qualidade que a gente quer manter dos serviços ou até
1662 melhorar... A gente também tem muita coisa para melhorar lá e muita coisa que a gente quer manter.
1663 Mas é o contrário, não é? A gente está sendo retido por muitas coisas. Então ver isso é muito
1664 importante. Uma coisa que eu partilhava e que rapidamente quero dizer é que a gente tem coisa que
1665 vieram para avançar que também trazem entraves, não é? Esses dias mesmo eu ouvi lá:” vamos
1666 cortar, porque o guia de orientação diz que essa equipe está ótima. Pelo contrário, vocês estão com
1667 mais. O guia está falando que essa equipe cobria 02 (dois) serviços, não é?” Então assim, eu acho
1668 que é algo também que a gente tem eu trazer para o debate e para a discussão. “O livrinho amarelo
1669 está falando que essa equipe dá para dois.” E a gente sabe o peso do serviço, a responsabilidade, a
1670 importância do acompanhamento individual, familiar e comunitário. Então, é isso. Eu queria trazer
1671 também essas questões, além de parabenizar e dizer que é muita alegria para nós representantes de
1672 entidades vivenciarem isso. Que bom que eu estou aqui! Que bom que eu estou viva! Que bom que
1673 eu estou vendo isso tudo. Vamos à luta! Nenhum direito a menos! A Simone e a Cris estão inscritas.
1674 **SIMONE:** Eu acho que eu vou tentar esclarecer algumas questões que foram colocadas aqui.
1675 Primeiro eu quero agradecer muito, mais uma vez, ao Conselho Estadual. Eu já disse muitas vezes e
1676 repito que, para nós é muito importante o apoio do Conselho. É um apoio sempre muito assertivo,
1677 muito crítico e também muito companheiro. Então, para nós, isso é muito importante. Muito obrigada.
1678 Nós, desde que constatamos a problemática do diagnóstico que a gente colocou aqui, nós
1679 começamos a pensar como que a gente ia fazer, colaborar, incluir e apoiar o reordenamento na
1680 inclusão das entidades no SUAS. Então, vejam só. A loteria federal tem em sua lei a obrigatoriedade
1681 de repassar o dinheiro para o Fundo Estadual de Assistência Social, então tem que ser para o FEAS.

1682 não é? Quando eu cheguei aqui isso não estava acontecendo, por isso que nós começamos então a
1683 procurar entender o motivo. Se está em lei, se tem o financiamento, se ele arrecada, porque que isso
1684 não estava acontecendo? Nós fomos constatar os motivos para o não acontecimento. Gente, nós já
1685 temos uma preposição da LOAS estadual de um incentivo a gestão, um tipo de financiamento. Nós
1686 regulamos esse tipo de financiamento no decreto. É através dele que nós vamos incentivar a gestão
1687 do SUAS. Então ele não vai ser um incentivo para a gestão municipal. Ele vai ser um incentivo para a
1688 gestão da rede socioassistencial. Essa é primeira coisa. Nós vamos pegar o montante desse dinheiro
1689 e vamos criar um incentivo. Criar em que sentido? Dar vida para ele. Ele já está criado, já está
1690 instituído na lei e no decreto. Nós vamos então dar vida para ele. Ele vai ser aferido por indicador.
1691 Então, nós estamos aplicando aqui, eu vou dizer de forma rasa, como se fosse o indicador tipo o IGD
1692 do Bolsa, IGD do SUAS. Nós vamos ter um incentivo a gestão da rede. É claro que o incentivo da
1693 gestão da rede vai ser repassado diretamente para a entidade, do Fundo Estadual para as entidades,
1694 mas tem que envolver o gestor municipal também. Tem que ser o 03 (três). A nossa ideia é que o
1695 gestor municipal também receba o incentivo e que ele também faça o aceite. Vai ter um aceite para
1696 as entidades e para o gestor municipal. Ele também vai aceitar. E lá vai ter as responsabilidades que
1697 nós vamos discutir ainda. Por enquanto nós estamos só discutindo o desenho geral, mas como o
1698 Conselho vai aprovar o programa nós trouxemos o documento. O documento do programa deixa um
1699 pouco mais claro, não é? Eu estou só tentando explicar aqui. O orçamento já existe como eu já falei
1700 para os senhores, já está até no PPAG. Já tem orçamento. O que nós ganhamos foi financeiro,
1701 porque o orçamentário já tem previsão. Nós não estamos com problema orçamentário, nós estamos
1702 com problema financeiro. Nós estamos entendendo o quê? Nós temos o compromisso de ser uma
1703 emenda da comissão de participação popular e temos o compromisso financeiro da loteria mineira.
1704 Esse compromisso financeiro que foi articulado pelo SERVAS, ele foi um articulador junto com a
1705 SEDESE. A sua presidente Carolina com a nossa secretária Rosilene, as duas juntas, foram ao
1706 presidente da loteria e foram juntas ao secretário de Estado da Fazenda, então isso ficou acertado. E
1707 agora, como nós somos espertinhos e vocês sabem disso, nós vamos colocar na lei explicitando o
1708 dinheiro da loteria é para quê. Vai ser para apoiar a rede em Minas Gerais. É bom lembrar que nós
1709 só estamos transformando o negócio em política pública, é uma prática existente. Isso já foi
1710 lembrando aqui. Já teve várias experiências aqui. Então, nós também estamos pegando experiência
1711 já acumulada, acumulada no SERVAS... A gente escutou muita gente, já foi feito aqui na prefeitura
1712 de Belo Horizonte... então nós estamos acumulando. O que a gente fez foi trazer para o SUAS, para
1713 as normativas, para a linguagem e para a gestão. Isso ficou claro em relação ao financiamento? É
1714 claro que nós vamos trazer muita coisa aqui ainda, está bem? Já estar até marcado para o Jaime vim
1715 e apresentar o indicador. Essas dúvidas que vocês têm... Nós temos um indicador para cada
1716 entidade de Minas Gerais, uma a uma. Vai ser um indicador "rodado" para qualquer coisa que você
1717 quiser saber. Isso aí nós vamos apresentar. Nós vamos definir o nome do indicador, vamos ver se
1718 vocês concordam ou não concordam com qual nome que vai ser. Nós só mostramos para vocês para
1719 onde que nós estamos indo, qual o caminho que nós estamos percorrendo. A gente tem mostrado
1720 aos poucos e a partir do momento que a gente também faz, porque nós também temos tempo para
1721 fazer, não é? A gente faz e traz para vocês. A gente vai trazer o indicador do acolhimento, porque é
1722 com ele que a gente vai trabalhar. Eu vou tentar falar os passos do nosso programa: vocês aprovam
1723 e vai sair no diário oficial do Estado o programa aprovado pelo Conselho Estadual. Nós vamos pegar
1724 a resolução do Conselho Estadual e vamos fazer uma resolução da SEDESE, do governo do Estado.
1725 Concomitante, nós vamos mandar 02 (dois) projetos de lei para a ALMG. O governador vai fazer isso
1726 sexta-feira que vem. Porque 02 (dois) projetos de lei? Por que um vai criar o programa. Aí vai estar
1727 escrito que vai ter o programa, que vai ser repassado o incentivo para as entidades, que o programa
1728 tem como objetivo apoiar as entidades para melhorar as condições das suas ofertas, enfim... No
1729 programa vai estar escrito essas coisas. Mas nós vamos mandar outro também. Vai ser um projeto
1730 de lei que vai substituir o projeto de lei do deputado André Quintão que institui a lei de parcerias no
1731 Estado de Minas Gerais. Aí já é maior. Porque que a gente quer fazer um projeto de lei? Para deixar
1732 escrito na lei que nenhuma entidade socioassistencial pode deixar de receber recurso porque é
1733 período eleitoral. Nós vamos escrever isso lá na lei. Nós vamos escrever na lei também que a
1734 certidão negativa de débito só pode ser solicitada no ato de fazer o convênio, não pode ser exigência
1735 para não repassar os recursos, porque isso é um dos maiores entraves. Você não vai bater palma
1736 não, Cristiane? Uai! APLAUSOS. **SIMONE:** O que é isso! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Olha só,
1737 gente. Eu acho que a maioria das pessoas que estão aqui acompanham o debate do SUAS há anos.
1738 O SUAS não é um sistema estatal, não é um sistema estatal. Seria uma bela sacanagem se a gente
1739 ficasse discutindo o SUAS como uma oferta estatal, porque quem carregou a assistência social no

1740 Brasil foram as entidades. Esse programa é um mero reconhecimento! VOZ AO FUNDO.
1741 APLAUSOS **SIMONE**: Gente, eu estou falando isso, mas tem uma concepção, não é? O cuidado não
1742 é lucro, não pode cobrar do usuário.... É diferente demais, sabe? Mesmo o filantrópico na saúde ele
1743 pode ter lucro. Ele pode fazer UNIMED, ele pode fazer plano de saúde.... Aqui não pode, não. As
1744 ofertas têm que ser 100% gratuitas. Aqui é diferente! Aqui as entidades ficam com o Piso na mão,
1745 direto, infelizmente. Essa é a verdade. As entidades são cobradas como se elas fossem os
1746 secretários municipais de assistência social, principalmente na alta complexidade. O MP manda
1747 direto para a entidade, cobra dela.... Então tem uma inversão de papéis muito grande. Aqui a luta é
1748 para o Estado assumir a responsabilidade dele, por incrível que pareça. APLAUSOS. **SIMONE**: Se
1749 eu soubesse eu falaria até mais para ganhar mais palmas, sabe Marta? RISOS. Olha, só. Sem
1750 brincadeira, eu estou falando sério. Quem me conhece sabe disso. As entidades de assistência
1751 social concordam com tudo isso que eu estou falando aqui, com tudo isso. Só para você ter uma
1752 ideia Marta, a maioria das entidades não tem certificado de entidade beneficente de assistência
1753 social. As majorias das entidades são todas pequenas, não recebem o recurso direto e não recebem
1754 nem recurso indireto. O CEBAS não interessa muito as entidades de assistência social, mas
1755 interessa aos hospitais filantrópicos, as universidades.... Então tem uma regulação que não foi feita
1756 para as entidades de assistência social, foi feita para as entidades filantrópicas. O rumo que nós
1757 estamos tentando construir é um rumo de um SUAS que seja público e que haja reconhecimento da
1758 oferta estatal e da oferta privada. O desenho do SUAS em Minas Gerais que este Conselho aprovou
1759 ele vai contar também com a central de acolhimento. Agora, não pensa você que a central de
1760 acolhimento vai ser boa só para o secretário municipal, não. Vai ser excelente para as entidades,
1761 porque os diretores de entidades são convocados no final de semana de noite para atender inclusive
1762 acima da norma. Quem manda as entidades atender acima do que estabelece o estatuto da criança
1763 e do adolescente não é o dirigente de entidade e nem o secretário municipal, não. É o MP, o juizado.
1764 VOZ AO FUNDO. **SIMONE**: Conselho tutelar. VOZ AO FUNDO. **SIMONE**: A central de acolhimento
1765 ela vai ser muito importante para as entidades, importante para os gestores... O que eu quero dizer é
1766 que aqui não tem interesse privado. É isso o que quero dizer. A rede é chamada de rede privada,
1767 mas o interesse é público. Esse é que eu acho que é o diferencial no SUAS, não é? Apesar de que
1768 nós temos muita confusão por várias partes, mas vocês perguntaram para mim qual é o rumo. O
1769 rumo do SUAS então eu acho que é o que tentei colocar aqui. Os parâmetros. Quais são os
1770 parâmetros que a gente trabalha com eles? Tem algumas áreas que estão muito bem normatizadas,
1771 outras menos. Mas o SUAS já tem muitas normativas, muito mais do que tinha há 15 (quinze) anos
1772 atrás. Então, nós estamos trabalhando com as normativas do SUAS. Eu sei que utiliza muito as
1773 normativas da vigilância, não é? Por ausência de normativa. Na ausência, utiliza as normas
1774 existentes. Mas, no caso do nosso indicador, as normativas são as normativas do SUAS e das
1775 legislações: estatuto da criança, lei de inclusão, estatuto do idoso, a lei Maria da Penha. Esses são
1776 os nossos regramentos. Eu acho que já falei tudo, não é gente? Bem, eu acho que sim. Eu estou
1777 preocupada porque, a gente ainda tem que ler o programa, e depois eu quero discutir como que a
1778 gente vai lançar esse programa com vocês. Está bom? Obrigada. **GEISIANE**: A Cris está inscrita.
1779 Depois para finalizar é o Rodrigo. **CRISTIANE**: Na verdade, eu até queria ter feito antes, porque de
1780 repente a Simone já responderia. Eu acho que quando você fala de repasse de recurso,
1781 principalmente no sentido mesmo da manutenção, para a infraestrutura, tudo isso, logo é aquela
1782 discussão que nós já tivemos na comissão de financiamento quando falou da compra dos carros lá
1783 da emenda parlamentar, que é a questão da manutenção disso, não é? Quando você recebe um
1784 presentão ele vem com custo, não é? De manter os equipamentos, tudo isso. E toda reforma nesse
1785 sentido ela tem depreciação, então isso precisa ser pensado. É o momento, mesmo. Eu vejo aqui
1786 que tem essa pactuação dentro da CIB. A Simone falou de trazer o gestor para o aceite e para a
1787 gente amarrar isso já no âmbito local, porque a depreciação é precisa ser uma questão do município
1788 também, sabe? De comprometimento do município. Eu acho também que a gente pode pensar
1789 nessa pactuação e no fortalecimento dos fluxos. Eu acho que não é só o Fundo de Assistência
1790 Social, mas tentar pactuar o Fundo do Idoso e o Fundo da Criança também amarrado a isso. Tudo
1791 isso é fonte de financiamento. E aí é uma provocação: a questão dos Conselhos. Temos que pensar
1792 como dentro desse programa a gente já pode tentar amarrar isso com o Conselho do Idoso. Muitos
1793 municípios não tem o Conselho do Idoso para construção de política e para a manutenção disso.
1794 Não adianta o Estado ter indicador se o indicador não for monitorado pelo órgão de instâncias, que
1795 eu entendo que são os Conselhos das suas políticas no município. Então é pensar em como a gente
1796 pode amarrar isso aqui, porque aí sim. Aí eu vejo um futuro promissor quando amarrar tudo isso. Eu
1797 quero parabenizar a Débora, que já foi a minha colega de Conselho da Criança. Seja bem-vinda ao

1798 Conselho. Na verdade, aqui você já estava não é? Mas assim, quero parabenizar. A gente chega a
1799 um momento brilhante com o programa. A gente fica muito feliz de ver isso. Eu queria que a Simone
1800 colocasse essa questão mesmo da continuidade do programa no futuro. **RODRIGO SILVEIRA:** Falar
1801 depois da Simone é até sacanagem, não é? VOZ AO FUNDO. RISOS. **RODRIGO SILVEIRA:** Pois é.
1802 VOZ AO FUNDO. **RODRIGO SILVEIRA:** Eu adorei a minuta! Eu gostei demais! Eu li ela toda hoje e
1803 me aprofundi. Eu não sou de entidade. Eu já trabalhei na proteção básica. Mas eu gostei de alguns
1804 pontos que eu quero destacar. É a questão que serão realizados repasses diretamente para as
1805 entidades. Eu acho que essa é uma valorização tremenda, porque você evita que isso caia às vezes
1806 na ingerência do Fundo Municipal. Então você permite uma autonomia para a entidade. E aí, tem
1807 também a questão de firmar os planos de reordenamento. E junto isso, eu coloco a questão da
1808 supervisão e capacitação técnica voltada para rede SUAS já definidos no Programa Qualifica SUAS.
1809 Me veio uma questão enquanto técnico de vigilância, falei assim: “a supervisão é só do Estado, do
1810 município.” Eu vim traçando na minuta a responsabilidade do Estado, a responsabilidade do
1811 SERVAS.... No final fala que vai ser pactuada na CIB a responsabilidade do município. Então, nessa
1812 pactuação, eu chamo a atenção. A supervisão é papel a vigilância? Vai ser a vigilância que vai fazer?
1813 E que tipo de vigilância é essa que nós estamos falando no município? Menos de 7% dos municípios
1814 tem vigilância. Os municípios que tem vigilância, às vezes, se restringem ao CADÚNICO. Então,
1815 quem será o responsável por essa supervisão? Por que isso é muito denso. O trabalho de
1816 supervisão técnica é de interlocução com rede, de trabalhar com a entidade para que ela se reordene
1817 dentro da perspectiva do SUAS. E aí, essas questões de português passam batidas por mim porque
1818 eu sou “meio lerdo”. Mas, no item IV do objetivo específico, tem uma questão que me chamou muito
1819 a atenção. Eu acho que traz uma questão de opção. No inciso IV fala assim: “objetivo específico...”
1820 VOZ AO FUNDO. PARTE 4**JAIME:** (...) uma coisa é o papel do monitoramento. No âmbito da
1821 MRCOS a gente valoriza muito essa questão do monitoramento na hora que você vai fazer uma
1822 parceria. Você tem todo um processo de prestação de conta, mas é fundamental que a gestão
1823 estabeleça um processo de monitoramento. E aí, a vigilância também tem um papel importante em
1824 criar as ferramentas, como que vai ser esse monitoramento, o que eu vou pôr no meu termo de
1825 parceria até para que eu possa exigir e tal. Outra coisa é pensar a supervisão técnica no âmbito da
1826 política da educação permanente. A supervisão técnica é uma estratégia da educação permanente.
1827 Então, o papel aqui da supervisão técnica é a gestão do trabalho e a educação permanente no
1828 âmbito do município. No âmbito do programa o que a gente está colocando? Uma das estratégias
1829 que a gente pode adotar, a gente quer adotar e a gente vai adotar no processo de apoio as entidades
1830 e, principalmente para ajudar no processo de reordenamento, é adotar a supervisão técnica como
1831 uma estratégia para que a gente possa refletir sobre a prática que é desenvolvida no âmbito da
1832 oferta que a entidade faz. Então é a partir da supervisão técnica a gente fazer o reordenamento. Está
1833 entendendo? A ideia é que a própria SEDESE possa induzir esse processo. Na SEDESE a gente já
1834 está instituindo a supervisão técnica no âmbito do Estado. Nós temos uma pessoa já contratada para
1835 pensar o método. Nós temos a parceria com a AMM para gente iniciar esse processo de supervisão
1836 técnica. A gente quer fazê-la de forma regionalizada. E a gente quer que os municípios passem
1837 adotar a supervisão técnica como uma estratégia de reflexão do processo de trabalho, para que a
1838 gente possa fazer as mudanças que são necessárias, não é? É uma estratégia para apoiar o
1839 reordenamento das entidades. **GEISIANE:** Ok. Encerramos então as falas. VOZ AO FUNDO.
1840 **GEISIANE:** Oi? Desculpa. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Sim. A Cris tinha pedido para você
1841 responder. Desculpa Cris. **SIMONE:** Cris desculpa. O que é mesmo, minha querida? VOZ AO
1842 FUNDO. **SIMONE:** Olha só, Cris. O Conselho até pode fazer uma recomendação. As pessoas mais
1843 experientes aqui podem até me ajudar. Eu acho que o Léo, que tem muita participação nos
1844 Conselhos setoriais, as outras pessoas..., mas eu acho que o Conselho Estadual pode recomendar.
1845 Mas não é de competência nossa colocar em uma normativa do Conselho o que outro Conselho
1846 deve fazer. Eu acho super. Legal. Eu compreendo perfeitamente o que você está falando. Mas eu
1847 acho que a gente pode recomendar que os outros Conselho discutam o programa, produzam
1848 normativas.... Sei lá o que a gente pode recomendar. Podemos também marcar uma reunião nos
1849 outros Conselhos, sei lá! **CRISTIANE:** É exatamente isso! O que eu estou pensando é exatamente
1850 isso. **SIMONE:** Você sugeriu foi isso, não é? **CRISTIANE:** Amarrar. Fazer uma recomendação para
1851 os outros Fundos também. Eu acho que é isso que pode ser uma forma de financiamento da
1852 continuidade, da manutenção do espaço. **SIMONE:** É. **CRISTIANE:** Do espaço, da infraestrutura,
1853 sabe? **SIMONE:** Com relação à continuidade da manutenção, como a gente vai trabalhar com o
1854 indicador e quando você trabalha com o indicador você vai atingir um patamar. Você pode me
1855 perguntar: “Simone, e se daqui há 04 (quatro) anos a gente teve todas as entidades com as ofertas

1856 adequadas ao SUAS? Como que vai ser? Vai acabar o dinheiro?” Por que a lógica não vai ser a
1857 compra da geladeira ou a compra da... Para nós pouco vai interessar com o que você vai gastar o
1858 seu dinheiro, para nós vai interessar se você melhorar o indicador. Entendeu Cris? Na hora que o
1859 indicador chegar no momento onde a gente ache que ele não faz mais efeito na realidade, ele não
1860 está elevando o nível de mais nada, aí nós vamos mudar ele. Nós vamos colocar outras coisas para
1861 você não perde o dinheiro, mas para outras coisas irem ajudando na melhoria para a política. Isso é
1862 um pouco que é feito com o IGD do Bolsa. O IGD do Bolsa, por exemplo, teve que mudar as
1863 variáveis do indicador, porque chega em um momento que o indicador estagna. É estagna? VOZ AO
1864 FUNDO **SIMONE**: Estagna? Nó! Estagnar é feio para caramba, hein! Ele estagna e aí você não
1865 consegue ver mudanças nele, entendeu? Não é estagna não, não é gente? VOZ AO FUNDO.
1866 **SIMONE**: O Léo falou que é sim. Estagna. Eu sei que é difícil a gente conversar. Eu sei também eu
1867 vocês sabem como é a ideia do indicador, porque a gente já trabalha de certa forma com o indicador.
1868 A gente está trazendo para a realidade aquilo um pouco o que a Juanita falou aqui. O acúmulo que
1869 foi feito na rede pública também está subsidiando para gente também utilizar, induzir e apoiar a rede
1870 privada. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE**: Gente, então vamos trazer para a plenária para gente tomar
1871 as decisões. Temos duas pessoas que pediram para falar, ainda tem a Débora que quer fazer
1872 algumas considerações diante de tudo. E também, tem a minuta. A comissão ainda tem um monte de
1873 coisa para apresentar. Então, é consenso da plenária a gente abrir fala de novo? A Juanita quer
1874 falar, a Sandra também. Podemos abrir? E aí, a gente passa para a Marta então, pode ser? A
1875 Sandra pediu. Depois é a Juanita. **SANDRA**: O meu é só fazer um convite. **GEISIANE**: Sim.
1876 **SANDRA**: É o Fórum das Entidades que vai acontecer no dia 21 na PUC. Olha o título: “somos todos
1877 SUAS? Sobrevivência das entidades privadas de assistência social e o impacto nas políticas
1878 públicas.” Então, às 14 horas, na PUC, vai ter esse seminário. Eu vou está mandando para o grupo.
1879 Eu acho que tem tudo a ver. A gente pode falar que as coisas estão caminhando de uma forma. As
1880 entidades já estão se reunindo para discutir a sobrevivência e o impacto, está bem? É no dia 21. Eu
1881 vou passar para o grupo. **GEISIANE**: Muito bom. Boa lembrança. Juanita. **JUANITA**: Eu vou ser
1882 bastante rápida. Considerando a apresentação da Débora, eu queria sugerir para gente refletir aqui
1883 uma situação que a Débora e Cris apresentaram. Com relação à Débora é a mensuração que dar-se-
1884 á na apuração do indicador. O indicador na verdade vai medir a qualidade da gestão da rede. E, pelo
1885 o que eu percebi, nós estamos seguindo a lógica do primeiro indicador do SUAS – ID CRAS que foi
1886 na mensuração: insuficiente, regular... A gente até estava discutindo aqui. Quando você mensura em
1887 número, você tem como fazer essa apuração melhor. Hoje é de 01 (um) a 05 (cinco). Então é para
1888 gente repensar isso. Fica mesmo insuficiente ou irregular a apuração do indicador? Ou numérico?
1889 Isso é uma coisa. A outra coisa é pegando a fala da Cris. Simone, apesar de a gente não ter
1890 gerência com os Conselhos das Políticas de Direitos Humanos que não faz parte do SUAS, eu acho
1891 que o que a gente podia fazer aqui, além dessa articulação que foi falada... O Conselho e o Fundo
1892 não são da política de assistência social, entretanto, a entidade que acolhe ou atende o usuário é da
1893 assistência, mas o usuário também faz parte da política setorial, vamos dizer assim, não é? Então a
1894 gente tem essa interface. A gente poderia sentar com os Conselhos Estaduais: CEDCA, Conselho do
1895 Idoso e Conselho da Pessoa com Deficiência, para tentar articular com eles ações coletivas e
1896 conjuntas no sentido de para que saia uma nota ou uma resolução dos Conselhos. É no sentido
1897 desses Fundos quando captarem recursos, na hora dos Conselhos Municipais utilizar critérios para a
1898 partilha desses recursos por meio de projetos sociais, um dos indicadores fosse o plus para a
1899 entidade que aceitar o aceite do SUAS, porque de certa forma o serviço lá já vai estar mais
1900 qualificado para receber recurso do Fundo. Eu acho que isso esse CEAS tem condições de fazer. É
1901 só uma sugestão mesmo. **GEISIANE**: Débora. **DÉBORA**: Só para responder aqui a Juanita. Os
1902 indicadores são calculados com números. Nos intervalos dos números que foram atribuídas as
1903 categorias: insuficiente, irregular e tal. Mas ele tem um numérico. O que eu coloquei aqui é como
1904 comunicar isso de uma forma melhor para a sociedade, para rede e para o programa. Mas ele tem as
1905 duas. Isso está feito das duas formas. Só para concluir, eu quero dizer que a relação com o
1906 município vai ser pactuada na próxima CIB, porque os municípios têm as duas situações, tanto
1907 quando a rede é própria do município.... Porque aí se a unidade tiver um indicador o faz legítima para
1908 o programa, ela pode entrar. Ou também, como a Simone colocou, de todas as responsabilidades
1909 que são do município na coordenação gestão e articulação dessa rede. Então isso tudo vai ser
1910 pactuado com os gestores na CIB, está bem? **GEISIANE**: Eu vou passar para Marta dar sequência
1911 nos encaminhamentos da comissão. **MARTA SILVA**: Muito obrigada. Considerando que esse
1912 programa é deliberação de conferências regionais; considerando que a ele foi atribuído prioridade
1913 deste Conselho Estadual, inclusive em audiência pública e em intervenção nas audiências públicas

1914 do PPAG; considerando que esse programa se alinha a estratégia de regionalização da proteção
1915 social especial também, a comissão indica para essa plenária que aprove o programa. A comissão já
1916 traz para a plenária uma minuta de resolução para gente debater essa minuta de resolução entregue
1917 a todos impressa. No anexo da minuta de resolução tem todo o escopo do programa descrito passo
1918 a passo. O que a Débora trouxe foi o desenho dele, mas aqui está mais.... Ela resumiu todo o escopo
1919 do programa na apresentação. Então, a gente está recomendando a essa plenária que aprove o
1920 programa. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Então vamos para a aprovação ou não do programa. Por
1921 favor, os conselheiros titulares com o seu crachá amarelo em mãos. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:**
1922 Tem que votar. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Aí vem a resolução. Então, se manifestem, por favor,
1923 os favoráveis ao programa levantando os seus crachás amarelos. Abaixando. Contrários. Abaixou
1924 todo mundo que votou. Aprovou o programa. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu estou com uma dúvida
1925 aqui. Na minha opinião tinha que ler. Ler o programa uai! Nós aprovamos o quê? A lâmina? VOZ AO
1926 FUNDO. **SIMONE:** Não, gente! Uma coisa é ler individualmente, outra coisa é ler no registro de ficar
1927 gravado no microfone. Eu estou falando da oficialidade do ato uai! Depois a gente não ler e eu fico
1928 doida. “Não! Não foi isso mesmo o que aprovamos.” “Não! Foi aquilo mesmo que nós aprovamos.”
1929 Eu faço questão, por favor, que a gente leia. Se vocês quiserem fazer algum destaque, alguma coisa
1930 é agora ou nunca. **GEISIANE:** Marta. **MARTA SILVA:** Minuta de resolução de 2017 do Conselho
1931 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Aprova o Programa de Aprimoramento da Rede
1932 Socioassistencial. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG no uso
1933 de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pela
1934 Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de
1935 Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012 e Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social
1936 – LOAS, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências;
1937 Considerando a Lei Estadual que dispõe sobre a política estadual de assistência social;
1938 Considerando a Lei Federal nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
1939 Considerando a Lei Federal nº 10.741, de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e
1940 dá outras providências; Considerando a Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o
1941 regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros,
1942 entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua
1943 cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política
1944 de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e
1945 o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de
1946 1999. Portanto, essa aqui é a MROSC. Considerando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei
1947 Federal nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com
1948 Deficiência; Considerando a Lei 340, de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência
1949 doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da
1950 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da
1951 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre
1952 a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de
1953 Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Essa é mais
1954 conhecida como a Lei Maria da Penha. Considerando o Decreto Federal n.º 8.727, de 28 de abril de
1955 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de
1956 pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e
1957 fundacional. Considerando o Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe
1958 sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Inter setorial de
1959 Acompanhamento e Monitoramento; considerando o Decreto Federal n.º 8726 que regulamenta a
1960 Lei nº 13.019, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas
1961 entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Considerando o Decreto
1962 Estadual n.º 47132, de 20 de janeiro de 2017, que Regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de
1963 julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as
1964 organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades
1965 de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente
1966 estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou
1967 em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de
1968 cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992,
1969 e 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências. Considerando o Decreto Estadual n.º
1970 47.148, de 27 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte
1971 de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual. Considerando a

1972 Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de
1973 Assistência Social – CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.... Vou ser um pouco mais breve está
1974 bem, gente? Considerando a NOB aprovada pela Resolução CNAS nº 33; Considerando a
1975 Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Considerando a
1976 Resolução do CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a NOB-RH/SUAS;
1977 Considerando a Resolução CNAS Nº 17, de 20 de Junho de 2011, que ratifica a equipe de referência
1978 da NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível; Considerando a Resolução
1979 CNAS Nº 9, de 15 de Abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações
1980 profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em
1981 consonância com a NOB-RH/SUAS. Considerando a deliberação de sua 220ª Plenária Ordinária,
1982 ocorrida no dia 17 de março de 2017, resolve: Art. 1º Aprovar o Programa de Aprimoramento da rede
1983 socioassistencial, na forma do anexo desta resolução. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data
1984 de sua publicação. 17 de março, Simon, presidente do Conselho Estadual. VOZ AO FUNDO.
1985 **LEORNADO LADEIRA:** Eu tenho um destaque aí no finalzinho. **MARTA SILVA:** É no Art. 2º? VOZ
1986 AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Está bem. Destaque nos considerandos. Programa de aprimoramento
1987 da Rede Socioassistencial. Março de 2017. Introdução. As entidades socioassistenciais têm um
1988 papel importante na execução da política de Assistência Social no Brasil e na construção do Sistema
1989 Único de Assistência Social (SUAS). Elas se configuraram, historicamente, como grandes parceiras
1990 na oferta dos serviços socioassistenciais aos cidadãos. Conforme art. 3º da LOAS e respeitadas a
1991 Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS
1992 (2012) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11 de
1993 novembro de 2009): Consideram-se entidades e organizações de assistência social sem fins
1994 lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos
1995 beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos
1996 (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011). Para que a entidade integre a rede socioassistencial, é
1997 necessário que esteja inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e incluída no
1998 Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) estabelecido pela Lei Orgânica de
1999 Assistência Social (LOAS). As entidades que atuam de forma continuada, permanente e planejada
2000 podem ser de atendimento, de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos, de modo que:
2001 Atendimento; executam programas ou projetos e benefícios de prestação social básica ou especial,
2002 às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal. Assessoramento:
2003 prestam serviços de fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários,
2004 formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social. Defesa e
2005 garantia de direitos: promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, formação
2006 política e cidadã, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos e outros. Além disso, o artigo
2007 1º do Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, define que as entidades e organizações de
2008 assistência social devem garantir a universalidade do atendimento, independentemente de
2009 contraprestação dos usuários e ter finalidade pública e transparência nas suas ações. Ao integrar a
2010 rede socioassistencial, as entidades vinculam-se ao SUAS. De acordo com o art. 6ºB, § 1º da LOAS
2011 (1993), o vínculo SUAS “é o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
2012 Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial”, e, portanto, oferta
2013 algum dos serviços tipificados na Resolução CNAS nº 109 de 2009. VOZ AO FUNDO. **MARTA**
2014 **SILVA:** Por parágrafo. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** A fim de construir um panorama geral da
2015 rede socioassistencial existente e sua cobertura no território do estado de Minas Gerais, a Secretaria
2016 de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE) realizou um levantamento das
2017 entidades que atuam no estado hoje. Para este levantamento quantitativo, foram utilizadas diferentes
2018 bases de dados disponíveis: o Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social do Ministério
2019 de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - CNEAS/ MDS, o Censo SUAS e o Sistema de
2020 Informação de Registro de Entidades Socioassistenciais (SIREs/ SEDESE). VOZ AO FUNDO.
2021 **MARTA SILVA:** Destaque. Minas Gerais possui a segunda maior rede de ofertas de serviços de
2022 assistência social do Brasil – foram registradas 1.854 unidades. De acordo com o Censo SUAS de
2023 2014, cerca de 75% das unidades dessa rede é composta por entidades socioassistenciais, ou seja,
2024 é não governamental (total de 1.399 entidades). De acordo com o Cadastro do CNEAS, 2.799
2025 entidades ofertam seis tipos de serviços, programas e projetos diversos, sendo que 854 são
2026 entidades que ofertam acolhimento e 930 são centros de convivência. Os dados coletados pelo
2027 governo federal, através do Censo SUAS apontam que existem muitas fragilidades na oferta dos
2028 serviços, entretanto ainda não há um Indicador de Desenvolvimento de aferição da qualidade do
2029 serviço prestado. Dada a importância do papel desempenhado pelas entidades socioassistenciais e

2030 as fragilidades e desafios enfrentados por elas, torna-se primordial o apoio do Estado para a
2031 estruturação e o aprimoramento da gestão da rede socioassistencial. Em vista disso, a Subsecretaria
2032 de Assistência Social, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE),
2033 apresenta o Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do SUAS, que incluirá um
2034 conjunto de ações a fim de qualificar os serviços ofertados às pessoas em situação de
2035 vulnerabilidade e risco. Descrição do Programa: as ações do programa buscam aprimorar os
2036 serviços, programas e benefícios socioassistenciais que são ofertados pela rede socioassistencial,
2037 por meio da qualificação continuada aos profissionais que atuam da rede privada do SUAS, da
2038 criação de incentivos financeiros e materiais que contribuam para a superação das fragilidades e do
2039 estabelecimento de ferramentas que permitam identificar estas fragilidades e monitorar seu processo
2040 de superação e reconhecer os parâmetros de qualidade para os serviços socioassistenciais
2041 executados pela rede socioassistencial do SUAS. O programa está estruturado em três eixos: Eixo I:
2042 Monitoramento, reconhecimento da qualidade e aprimoramento das ofertas da rede socioassistencial
2043 do SUAS. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Destaque no Eixo I. Eixo II: Incentivo financeiro e, ou
2044 material para a melhoria da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertado no SUAS; Eixo III:
2045 Apoio técnico, capacitação e supervisão. A gestão e a coordenação do Programa serão exercidas
2046 pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE. Para participação no
2047 Programa as unidades socioassistenciais deverão fazer parte dos instrumentos nacionais e, ou
2048 estaduais oficiais de monitoramento do SUAS. Os critérios que comporão os processos de
2049 participação das unidades da rede socioassistenciais do SUAS, serão definidos a partir de um
2050 indicador de referência a ser criado pela SEDESE, com a finalidade de mensurar a qualidade das
2051 ofertas socioassistenciais. Serão priorizadas as unidades que apresentarem maiores fragilidades
2052 para atingir as normativas do SUAS, aferidas pelo Indicador de referência. Os critérios de corte e
2053 partilha dos recursos do Programa serão pactuados na Comissão Intergestores Bipartite - CIB e
2054 aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. A SEDESE divulgará a lista das
2055 unidades pertencentes às entidades socioassistenciais e, ou os municípios, no caso de unidades
2056 governamentais, elegíveis, de acordo com os critérios aprovados, para participação no Programa,
2057 que deverão manifestar interesse por meio de um Termo de Aceite. Objetivo Geral: Instituir e
2058 fortalecer, no Estado de Minas Gerais, os mecanismos de incentivo financeiro, assessoramento
2059 técnico e qualificação continuados para aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de
2060 assistência social ofertados pela rede socioassistencial do SUAS. Objetivos Específicos: I -
2061 Desenvolver ferramentas que permitam o monitoramento e o reconhecimento dos parâmetros de
2062 qualidade para os serviços ofertados no SUAS em Minas Gerais, por meio da criação de indicadores
2063 de desenvolvimento. II - Desenvolver e implantar um processo permanente de monitoramento,
2064 reconhecimento da qualidade e aprimoramento das ofertas socioassistenciais de atendimento
2065 realizadas pela rede socioassistencial do SUAS. III - Contribuir para a estruturação da rede privada
2066 do SUAS, por meio de incentivo financeiro e, ou material. Já tem um destaque no IV, está bem?
2067 Marca aqui um destaque no IV antes de a gente começar a leitura. IV -Induzir o reordenamento das
2068 entidades socioassistenciais de acordo com as normativas do SUAS. V - Contribuir para a
2069 qualificação das ofertas de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos por meio do
2070 desenvolvimento de ações de apoio técnico e capacitação das entidades socioassistenciais, gestores
2071 e conselheiros municipais de assistência social. VI - Apoiar tecnicamente as entidades
2072 socioassistenciais para adequação as alterações trazidas pelo Marco Regulatório das Organizações
2073 da Sociedade Civil (MROSC) e para o fortalecimento da relação destas com o setor governamental
2074 (estabelecimento de parcerias em âmbito estadual e municipal). VII - Fortalecer a relação do governo
2075 estadual com a rede privada do SUAS. VIII - Organizar, articular e coordenar a oferta da rede
2076 socioassistencial do SUAS no âmbito estadual. IX - Contribuir para a consolidação do vínculo SUAS
2077 das entidades socioassistenciais e para a integração da rede socioassistencial. Público Alvo:
2078 Unidades públicas e estaduais que compõe a rede socioassistencial de oferta de serviços,
2079 programas, projetos e benefícios de assistência social, assim como entidades de defesa de direitos e
2080 assessoramento técnico. Eixos do Programa: Eixo 1: Monitoramento, reconhecimento da qualidade e
2081 aprimoramento das ofertas da rede socioassistencial do SUAS. Descrição: O monitoramento refere-
2082 se à identificação das principais fragilidades da rede socioassistencial do Estado, através da criação
2083 de Indicadores de desenvolvimento que definirão os critérios para mensuração de resultados
2084 relativos aos parâmetros de qualidade a serem alcançados por suas unidades, com base nas
2085 normativas estaduais e nacionais do SUAS. Ações: Criação dos Indicadores de Desenvolvimento;
2086 Definição dos parâmetros e níveis de qualidade para cada indicador de desenvolvimento; Aplicação
2087 do Indicador de Desenvolvimento e critérios de corte e partilha para a eleição das unidades da rede

2088 socioassistencial que comporão o Programa; Apuração dos resultados alcançados pelas unidades da
2089 rede socioassistencial contempladas no Programa, aferidos na forma de regulamento a ser definido
2090 pela SEDESE; Indução da inclusão das entidades nos Sistemas oficiais Censo SUAS e CNEAS, para
2091 que possam ser contemplados no programa; Reconhecimento da qualidade do atendimento
2092 alcançado pelas Unidades socioassistenciais; Realização do monitoramento anual dos níveis de
2093 qualidade aferidos. Resultados esperados: Mapeamento e identificação da rede socioassistencial de
2094 Minas Gerais e das ofertas realizadas por elas, em relação aos parâmetros de qualidade definidos.
2095 Eixo 2: Incentivo para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.
2096 Descrição: Repasse de recursos financeiros e material que tem como objetivo induzir a melhoria de
2097 aspectos prioritários para a qualificação das ofertas prestadas pelas unidades que compõem a rede
2098 do SUAS. Será realizado o repasse diretamente às entidades elegíveis para o programa por meio de
2099 um instrumento jurídico específico a ser definido pela SEDESE, ou através da transferência do
2100 Fundo Estadual para os Fundos Municipais quando se tratar de unidades próprias do município.
2101 Ações: Definição do valor do incentivo financeiro de acordo com a disposição... VOZ AO FUNDO.
2102 **MARTA SILVA:** No de cima? Está bem. Definição do valor do incentivo financeiro de acordo com a
2103 disposição financeira e orçamentária. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** No inciso I das ações. Ok.
2104 Realizar o repasse do incentivo financeiro e, ou material para entidades de acordo com os critérios a
2105 serem definidos; Definir e pactuar os níveis de qualidade a serem alcançados pelas entidades por
2106 meio da aplicação dos recursos recebidos; Monitorar a utilização dos recursos de incentivo e os
2107 resultados de sua aplicação; Firmar planos de reordenamento com entidades socioassistenciais que
2108 apresentarem desconformidade com as normativas do SUAS, identificadas a partir das bases de
2109 dados existentes e dos indicadores de desenvolvimento a serem criados. Resultados esperados:
2110 Repasse gradual de incentivo financeiro para 100% das unidades elegíveis; Melhoria na qualidade
2111 da rede socioassistencial, a partir das variáveis que compõem o Indicador de Desenvolvimento; Eixo
2112 3: Apoio técnico, capacitação e supervisão. Descrição: O Apoio Técnico, capacitação e supervisão
2113 podem ser definidos como estratégia interinstitucional, constituída em função de apoiar, orientar e
2114 cooperar no processo de implementação da Política de Assistência Social, com o objetivo maior de
2115 fortalecer o Sistema Único de Assistência Social com vistas a aprimorar os serviços, programas,
2116 projetos e benefícios socioassistenciais ofertados à população, e pressupõe para tal a constituição
2117 de processos sistemáticos, estruturados, integrados e institucionalizados. Constituem-se como um
2118 conjunto de ações de apoio, capacitação e supervisão técnica visando à rede socioassistencial do
2119 SUAS, já definidos no Programa Qualifica Suas. Ações: I - Integrar as entidades nas ações de apoio
2120 técnico, capacitação e supervisão já definidas no Programa Qualifica SUAS; II - Realizar ações de
2121 capacitação para dirigentes e trabalhadores de entidades, relacionadas as alteração trazidas pelo
2122 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC); III - Realizar ações de apoio
2123 técnico para as entidades, com foco nos procedimentos, documentos e etapas necessárias para a
2124 celebração de termo de colaboração ou de fomento com a administração pública; IV - Orientar e
2125 prestar apoio técnico aos gestores municipais em relação ao reordenamento da rede
2126 socioassistencial. V - Orientar e prestar apoio técnico aos gestores municipais em relação ao registro
2127 no CNEAS; VI - Incentivar os gestores municipais sobre a importância do estabelecimento do vínculo
2128 SUAS; VII - Fortalecer o vínculo das entidades com o SUAS, por meio da organização, articulação e
2129 coordenação da rede socioassistencial. As metas de apoio técnico, capacitação e supervisão serão
2130 pactuadas na CIB e deliberadas pelo CEAS. Responsabilidades do Estado, das Entidades e dos
2131 parceiros: Responsabilidades do Estado: Coordenar o programa de aprimoramento da rede
2132 socioassistencial do SUAS; Coordenar os critérios de corte e partilha para a definição das unidades
2133 elegíveis para o Programa, a serem pactuados na CIB e deliberados pelo Conselho Estadual de
2134 Assistência Social; Coordenar as ações de acompanhamento, apoio técnico e capacitação à rede
2135 socioassistencial do SUAS; Criação dos indicadores de referência de mensuração da qualidade das
2136 ofertas socioassistenciais; Elaboração da lista das unidades elegíveis para o Programa de acordo
2137 com os critérios aprovados; Repasse de recursos para as entidades socioassistenciais e municípios,
2138 quando a unidade for rede própria do município; Monitoramento dos processos e resultados do
2139 Programa; Identificar e analisar situações que demandem priorização de acompanhamento e apoio
2140 técnico. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Destaque no VI pelo Volney. Formular e publicizar
2141 materiais informativos e orientações técnicas. Apoiar na padronização da utilização de benefícios dos
2142 usuários pelas entidades. B - Responsabilidades das Entidades: I - Realizar o aceite ao programa,
2143 após a definição de sua elegibilidade. Comprometer-se com a melhora do Indicador de referência, a
2144 partir das variáveis apontadas com maior fragilidade para atingir as normativas do SUAS, aferidas
2145 pelo Indicador de referência; apresentar um “Plano de Aprimoramento”, a ser aprovado pela

2146 SEDESE, que definirá as metas a serem alcançadas; estar em consonância com as diretrizes da
2147 Central de acolhimento a ser criada pela SEDESE. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Prestar contas
2148 do recurso recebido, de acordo com a legislação vigente; Implementar as atividades previstas e
2149 acordadas no âmbito do apoio e supervisão técnica; Comprometer-se com a disseminação e a
2150 aplicação dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridos por meio dos processos de
2151 apoio técnico, supervisão técnica e capacitação; Criar espaços e alternativas para o planejamento e
2152 a formulação conjunta com os (as) trabalhadores (as) e usuários (as); Responsabilidades do
2153 SERVAS: Mobilizar novas parcerias tais como universidades e instituições de apoio técnico para
2154 contribuir no aprimoramento das entidades, em relação à sua estrutura física; Assessorar as
2155 entidades para o fortalecimento da gestão em relação às questões jurídicas, organização formal da
2156 entidade, elaboração de projetos para captação de recursos, dentre outros; Elaborar, em conjunto
2157 com a SEDESE, as orientações técnicas para entidades, voltadas para a sua estruturação. As
2158 responsabilidades dos municípios em relação às Entidades elegíveis do Programa, em seu âmbito,
2159 serão pactuadas na CIB- Comissão Intergestores Bipartite. **GEISIANE:** Então vamos aso destaques.
2160 Quem começa é o Léo Ladeira, no final da minuta. **LEONARDO LADEIRA:** Eu não sei se é um
2161 pouco de erro de inocência, mas esse tanto de considerando me lembrou uma coisa. Além da
2162 legislação ser uma referência, das resoluções serem referências, a gente está falando... O
2163 governador fala isso toda hora: ouvir para governar. A gente tem uma série de demandas registradas
2164 nos Fóruns Regionais de governo, especificamente sobre essa questão. Demandas essas que foram
2165 consolidadas no PMDI. Elas são um anexo do PMDI. Então, eu acho que vale um considerando
2166 colocando os pontos específicos das demandas dos Fóruns. Eu ainda acho Consolidação que valem
2167 as demandas das conferências. Eu tenho certeza de que têm várias também das conferências.
2168 Então, eu acrescentaria 02 (dois) considerandos. Eu me coloco a disposição para ajudar a fazer, se
2169 precisar. **GEISIANE:** Muito bem, Léo. Iniciando aí com o programa, na introdução, no §2º, é a Cris.
2170 **CRISTIANE:** Considerando os considerandos lá e já nessa citação aqui, porque tem lá a
2171 resolução 109 da tipificação dos serviços socioassistenciais. E aqui, cita o assessoramento de defesa
2172 e garantia de direito. E não está no considerando a resolução 27 do CNAS. Então, eu acho que era
2173 importante estar aí. Essa questão do assessoramento e da garantia de direito dá muita discussão.
2174 Então, eu acho importante colocar essa resolução nas considerações. **GEISIANE:** Seguindo. Juanita.
2175 **JUANITA:** Vocês me desculpem, mas eu “comi mosca” lá nos considerandos. Um o Léo já falou, que
2176 era com relação às considerações de conferência. Sempre vem à tona essa questão da rede, mas
2177 ele já falou. A outra questão é no considerando o decreto federal que dispõe sobre a política nacional
2178 da população em situação de rua. Minas Gerais também tem a lei que institui, não é? Para inserir a
2179 lei estadual também nos considerandos. Eu não tinha me atentado para o assessoramento, mas a
2180 Cris já falou. Eu peço desculpa por não ter alertado na hora. No programa também... “para que a
2181 entidade integre a rede.” Nesse parágrafo, nas entidades de atendimento, ficou faltando os serviços
2182 aí. Na verdade, é a essência para ela ser entidade. **SIMONE:** Não. E você não sabe o que eu vi aqui,
2183 Juanita. Nós não estamos usando o conceito da LOAS. Então, eu vou pedir para gente usar o
2184 conceito de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direito presente no Art. 3º da
2185 LOAS. **GEISIANE:** Último parágrafo, Juanita. **JUANITA:** Também é só uma pequena correção. O
2186 Ministério chama agora social e agrário. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Microfone, Marta. **MARTA**
2187 **SILVA:** A gente até discutiu isso ontem na comissão de política. Como que a gente está fazendo
2188 referência a uma lei, nós não poderíamos mudar como é a denominação do Ministério a época da lei,
2189 está bem? **GEISIANE:** O próximo também é da Juanita. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ah, está bem.
2190 Ok. No finalzinho dessa mesma página, no item II, na descrição do programa, no eixo I, Volney.
2191 **VOLNEY:** “O programa está estruturado em 03 (três) eixos...” Não é interessante citar de onde partiu
2192 esse diagnóstico, não? Como é que eu vou estruturar um programa sem ter essa base de onde
2193 partiu o diagnóstico? Não é interessante, não? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Na introdução, § 1º.
2194 Ainda é você, Volney. É no finalzinho da próxima página. **JUANITA:** Não. Eu pedi no eixo II. Não
2195 anotou, não? **GEISIANE:** Desculpa. Eu não anotei. **JUANITA:** Está bem. É só porque está assim:
2196 “incentivo financeiro ou material.” É “e/ou” material, considerando que lá na frente está “e/ou”.
2197 **GEISIANE:** “E/ou material.” Na próxima página então é o Volney. É no eixo III ainda.
2198 **VOLNEY:** “A SEDESE divulgará a lista das unidades pertencentes às unidades...” Vai divulgar onde?
2199 Quando? Em que momento? **SIMONE:** Através... O termo de aceite a gente divulga onde, Jaime?
2200 VOZ AO FUNDO **SIMONE:** No site da SEDESE. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Fala no microfone,
2201 Jaime. É o sistema que eu quero que você fale. **JAIME:** A SEDESE tem desenvolvido sistemas,
2202 então ele fica disponível através do site da SEDESE. É um sistema para que as entidades e os
2203 municípios façam o aceite. **GEISIANE:** Marta, no item IV. Você encontrou? VOZ AO FUNDO.

2204 **GEISIANE:** Não era você, não? Desculpa. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** É o Rodrigo. **RODRIGO**
2205 **SILVEIRA:** É como eu já falei. É questão de colocar.... Porque induzir passa por uma escolha, não
2206 é? E é uma obrigação delas reordenarem o SUAS. **SIMONE:** Rodrigo, o governo do Estado é um
2207 dos. O outro é o Conselho Municipal. Na hora que você faz a entidade faz inscrição lá ela tem um
2208 papel. O gestor municipal tem outro papel. A SEDESE tem um papel de indução, na nossa opinião. A
2209 indução não é questão que ela pode ou não, não. A indução é no sentido de que, o incentivo
2210 financeiro.... Mesmo porque gente, para reordenar, precisa muito de um incentivo que nós vamos
2211 passar para ela. Então é muito mais indução do que.... Nós não temos condições de obrigar
2212 entendeu Rodrigo? A gente tem condição de incentivar, de induzir, de fomentar.... É mais nesse
2213 sentido. **RODRIGO SILVEIRA:** Eu sugiro colocar alguns desses verbos aí substituindo, não é? É
2214 melhor. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ainda é o Rodrigo, na próxima página, nas ações V.
2215 **RODRIGO SILVEIRA:** É pela a mesma razão. “Indução da inclusão das entidades nos sistemas
2216 oficiais no Censo SUAS.” Uma vez inscritas, elas têm que preencher, ou elas têm que se submeter
2217 os sistemas oficiais. Então é pela mesma coisa. Aio invés de indução, talvez seja acompanhar ou
2218 incentivar, não é? **GEISIANE:** Está bom. O Rodrigo disse eixo VI eixos dos programas, lá nas
2219 ações V, que seja no infinitivo: incentivar, motivar, fomentar e por aí vai. Ótimo, Rodrigo. Na próxima
2220 página tem o destaque da Simone e também da Juanita. Juanita é no eixo II, na descrição. É você
2221 primeiro. **JUANITA:** Está bem. É porque foi colocado aqui: “será realizado repasse diretamente as
2222 entidades elegíveis para o programa por meio de instrumentos jurídicos específicos a ser definido
2223 pela SEDESE, ou através de transferência do Fundo Estadual para os Fundos Municipais, quando se
2224 tratar de unidades próprias do município.” Quando não se tratar de unidades próprias, será de que
2225 forma? Não tem que deixar claro isso? **SIMONE:** O instrumento a MROSC hoje estabelece 03 (três).
2226 **JUANITA:** Isso. **SIMONE:** Fomento... **JUANITA:** Colaboração e acordo. **SIMONE:** Colaboração e
2227 acordo. Na verdade, nós estamos definindo qual que vai ser o melhor instrumento. Agora, você fez
2228 essa observação e me chamou a atenção para uma coisa. Eu acho que a gente não devia colocar
2229 isso aqui. A gente devia colocar: “será realizado o repasse diretamente as entidades ou as Fundos
2230 Municipais de Assistência Social.” Entendeu? Deixar mais genérico. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Na
2231 lei está genérico. Aqui também deveria estar. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Pode falar. VOZ AO
2232 FUNDO. **ISABELA:** Eu vou dizer do que eu estou participando na construção do programa. A ideia
2233 realmente era que fosse um instrumento jurídico específico. O termo de colaboração, o termo de
2234 fomento, o termo de parceria, ele é regulamentado pela MROSC. A gente está criando uma lei
2235 específica no programa que vai dizer como que vai ser esse incentivo, entendeu? Por meio da lei do
2236 programa vai ser criado um instrumento específico, por isso que a redação era essa mesmo.
2237 **SIMONE:** Gente, isso só pode existir quando a lei existir. Por isso que eu estou pedindo para tirar
2238 daqui. A gente só pode dizer que vai ter outro instrumento... por enquanto, em lei, só tem fomento,
2239 colaboração e acordo. Por enquanto é isso! Só vai existir outro quando passar a lei, não é? VOZ AO
2240 FUNDO. **GEISIANE:** Vencemos esse ponto? Em seguida é o Volney, no item I, logo abaixo. Isso aí.
2241 **VOLNEY:** Simone, eu não me senti respondido naquela hora. Eu me referi a esse item aqui. Eu não
2242 sei se eu dei uma “cochilada” aqui... Essa definição no valor do incentivo financeiro de acordo com a
2243 disposição e orçamentária. Isso não está claro para mim. Então, se você puder me ajudar, por favor.
2244 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Como a gente ainda não criou o critério, a gente deixou genérico aqui.
2245 Então vamos dizer: “eu tenho R\$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais). A gente vai para a CIB e, lá
2246 na CIB, a gente discute que discute que temos R\$ 10.000.000.00 (dez milhões de reais). Esses R\$
2247 10.000.000.00 (dez milhões de reais) vão ser distribuídos para todas as entidades que tiverem com o
2248 indicador insuficiente. Aí eu vou pegar todo o dinheiro que nós temos no orçamento e vou distribuir
2249 para todas as entidades que tiverem indicador insuficiente.” **VOLNEY:** Pois é. Esse valor vai vim do
2250 orçamento. Tem um percentual que nós vamos todo ano na lei orçamentária... **SIMONE:** Aí você já
2251 está querendo dar o “pulo do próximo gato.” Como que a gente faz? Como que a gente tem feito? A
2252 gente tem apontado que, como as ofertas são continuadas, temos que garantir para o ano seguinte.
2253 É assim que a gente tem feito. Então o pouco que a gente estabeleceu esse ano tem que ser
2254 garantido para o ano que vem. **VOLNEY:** Então é sem definir esse percentual. **SIMONE:** Sem definir.
2255 Nós podemos até fazer um esforço, não é? Não sei. Mas, por enquanto, até onde a gente foi, está
2256 nesse sentido, está bem? **GEISIANE:** Na próxima página em “responsabilidades do Estado e dos
2257 parceiros,” lá no item VI, Volney. **VOLNEY:** No item VI. “Repasse de recursos para as entidades
2258 socioassistenciais e municípios quando a unidade for rede própria do município.” Como que vai
2259 garantir? O dinheiro chegou para o município, como é que ele vai garantir esse repasse para a
2260 entidade? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** É direto para a entidade? **SIMONE:** Não. Tem um que é
2261 direto para a entidade. Quando a gente quer direcionar o recurso Volney, a gente coloca o aceite. O

2262 aceite é um tanto de compromisso... **VOLNEY:** Sim. **SIMONE:** Ele vai lá, aceita, coloca o CPF dele e
2263 nós vamos monitorar. **VOLNEY:** Está bem. **SIMONE:** Como que monitora? É igual a Débora explicou
2264 aqui. Foi a Débora que explicou? Nem sei quem explicou. A gente tem um sistema de informação
2265 que ele informa lá. Ele tem que informar nos nossos sistemas lá “eu gastei com isso, fiz isso, fiz isso
2266 e fiz isso.” Nós vamos monitorar isso, entendeu? **VOLNEY:** Ele não vai passar via município, não?
2267 Vai direto para a entidade? **SIMONE:** O nosso vai direto para entidade. **VOLNEY:** Para a entidade.
2268 **SIMONE:** É. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Se for a unidade do município, vai passar para o município.
2269 Nós vamos mensurar como? Vamos mensurar o indicador dele. **VOLNEY:** Sim. Ok. **GEISIANE:** O
2270 último item aí é da Juanita. **JUANITA:** Na verdade é considerando aquela mesma fala minha da
2271 página anterior. Nós vamos manter “se for rede própria do município”? Ou vai ficar “abrangente” igual
2272 fez a alteração no parágrafo? VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** “Repasse de recursos para as entidades
2273 socioassistenciais e municípios...” A gente vai manter: “quando a unidade for rede própria do
2274 município?” VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** É no item VI. É o mesmo que o Volney colocou. VOZ AO
2275 FUNDO. **SIMONE:** Vamos deixar aberto. **JUANITA:** Igual foi feito no parágrafo anterior? **SIMONE:**
2276 Eu acho melhor. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu vou explicar o porquê. Por que a gente pode
2277 resolver passar para o município independente de ele ter unidade. Pode resolver passar para o
2278 município para ele poder cuidar da rede privada. Então, se a gente amarra aqui, depois tem que
2279 voltar. Por é melhor a gente deixar mais amplo, está bem? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Na página
2280 seguinte, responsabilidade das entidades, item III, Volney. **VOLNEY:** “Apresentar um plano de
2281 aprimoramento a ser aprovado pela SEDESE, que definirá as metas a serem alcançadas.” Esse
2282 Plano de Aprimoramento vai uma vez só? De 02 (dois) em 02 (dois) anos? De 03 (três) em 03 (três)
2283 anos? Nós precisamos pensar nisso, não é? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Oi? VOZ AO FUNDO.
2284 **VOLNEY:** Pois é. **SIMONE:** A gente ainda não.... Pode ser que para cada um de nós aqui se você
2285 perguntar vai sair uma coisa, Volney. Nós ainda não fechamos todas as estratégias do programa. Eu
2286 me comprometo em a gente definir e trazer aqui, está bem? **VOLNEY:** Seria interessante, você não
2287 acha? **SIMONE:** Está bom. Pode deixar. **GEISIANE:** Nesse mesmo ponto, no item VI o Jaime.
2288 **JAIME:** É só uma sugestão, gente. É incluir supervisão, viu? “Implementar as atividades previstas e
2289 acordada no âmbito do apoio técnico e da supervisão técnica.” No âmbito da supervisão técnica a
2290 gente está trabalhando também com a ideia de ter processos e ter produtos, não é? Que a entidade
2291 então se comprometa também com esses acordos feitos no âmbito da supervisão técnica. VOZ AO
2292 FUNDO. **GEISIANE:** Ok. Obrigada, Jaime. Tem também aqui uma proposta da Simone, no item
2293 responsabilidade das entidades. **SIMONE:** Cris, eu vou fazer aqui em sua homenagem, está bom?
2294 “Responsabilidade das entidades: liberar os profissionais para participar de seminários e encontros
2295 de capacitação.” APLAUSOS. **SIMONE:** Vamos colocar como responsabilidade das entidades. VOZ
2296 AO FUNDO. **GEISIANE:** “Lacrou! “Gente, temos também o a Juanita, no ponto C, que é
2297 responsabilidade do SERVAS. Correto, Juanita? **JUANITA:** Não. Não é nesse item de
2298 responsabilidade do SERVAS, não. Na verdade, é que não tem e eu acho que deveria ter que é a
2299 responsabilidade do município. Nós não vamos colocar, não? VOZ AO FUNDO. **JUANITA:** Aonde?
2300 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Como a gente não conversou com os municípios e o Conselho não tem
2301 competência para dizer o que vai ser de responsabilidade dos municípios, a gente está colocando
2302 que as entidades dos municípios sejam pactuadas na CIB. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Entendeu
2303 Juanita? VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Ontem na comissão a gente disse para citar a resolução
2304 do CEAS que aprovou o Qualifica. Também é para estar nos considerandos. E aí foi um erro. Vocês
2305 me desculpem, mas é um pouco do cansaço depois da reunião da comissão. Mas era bom que a
2306 gente citasse a resolução do CEAS que aprovou o Qualifica. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Agora é
2307 hora de votar! Vamos lá! VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Esperam aí, porque, tem uma intervenção ali
2308 do senhor Luiz George. **LUIZ GEORGE:** Na responsabilidade do SERVAS... **GEISIANE:** Não
2309 entendi! **LUIZ GEORGE:** Na última página, na letra C, responsabilidade do SERVAS. Item III:
2310 “elaborar em conjunto com a SEDESE...” Está faltando uma palavra aí... VOZ AO FUNDO.
2311 **GEISIANE:** Sim. Ótimo! **LUIZ GEORGE:** Elaborar em conjunto com a SEDESE... Tem que colocar
2312 “um manual”, não? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Orientações técnicas para as entidades. Seria
2313 isso? **LUIZ GEORGE:** Elabora em conjunto com a SEDESE um manual de orientações técnicas, não?
2314 **GEISIANE:** É só tirar o “de” não é? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Mas é porque a Isabela explicou
2315 para ele que são orientações. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Senhor Luiz George. **LUIZ GEORGE:**
2316 Oi! **GEISIANE:** A Débora vai explicar aqui. **LUIZ GEORGE:** Tudo bem. **DÉBORA:** A gente já tem
2317 essa nomenclatura porque já tem as orientações técnicas. A gente não fala o manual de orientações.
2318 É as orientações. **LUIZ GEORGE:** Entendi. **DÉBORA:** Mas aí a gente pode só tirar o “de” que fica
2319 claro. O senhor concorda? Em vez de “um manual” seja “as orientações técnicas”? Já é uma

2320 nomenclatura do SUAS. **LUIZ GEORGE:** É porque aqui está “elabora”. Se elabora, elabora alguma
2321 coisa, não é? **DÉBORA:** É. “Elabora as orientações. “Tem toda a razão! O “de” está errado. Esse
2322 “de” aí não está certo, não. **LUIZ GEORGE:** Débora está faltando a palavra “manual”. **SIMONE:** Pode
2323 ser manual, pode ser caderno, pode ser cartilha, pode ser instrução.... Pode ser muitas coisas. O
2324 senhor concorda que a gente deixe “as orientações”? Ou o senhor quer que a gente coloque
2325 “manual”? **LUIZ GEORGE:** “Elaborar em conjunto com a SEDESE um manual...” **SIMONE:** Gente!
2326 Vamos votar quem concorda que seja “orientações” e quem concorda que seja “manual”? Quem
2327 concorda que seja “orientações”, por favor, levante os crachás. **LUIZ GEORGE:** Eu concordo que
2328 seja “orientações”. **SIMONE:** Contrários. Abstenções. Quem acha que deve ser “manual”, por favor,
2329 levante o crachá. Então continua orientações. Obrigada. **LUIZ GEORGE:** Manual de quê, Simone?
2330 Manual de orientação, não é isso? Só tem que colocar a palavra “manual”, só isso. **SIMONE:** O
2331 senhor fez uma proposta e a gente votou. E vamos votar o programa, pelo amor de Deus!
2332 **GEISIANE:** A Consolação vai tentar esclarecer melhor ele. Então ficou votado sem o “de”, sem a
2333 vírgula. É “orientações.” Está bom? Vamos partir para votação do programa como um todo. Todo
2334 mundo com o crachá amarelo nas mãos. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Só para o Luiz George ficar
2335 liberado para votar Consolação. Eu acho que é importante ele também votar, não é? Gente, só um
2336 segundo. O senhor Luiz tem direito de ser esclarecido e votar. Só um segundo. Aqui está fresco, está
2337 gostoso... VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Gente! Eu estou ironizando. Não está! RISOS. Está muito
2338 quente! Então, por favor. Aqueles que são a favor do programa, levantem o crachá amarelo, por
2339 favor. Sorriso para a foto. Ok? Pode abaixar quem votou. Agora é a hora dos contrários. Abstenções.
2340 Então, por unanimidade, nós aprovamos o Programa de Aprimoramento. APLAUSOS. VOZ AO
2341 FUNDO. **GEISIANE:** Então se encerrou a pauta da política. Comissão de apoio, por favor. VOZ AO
2342 FUNDO. **GEISIANE:** Gente! Nós não terminamos, não. A Simone tem algumas considerações com
2343 relação ao lançamento do programa. **SIMONE:** Eu quero passar aqui alguns informes e dividir
2344 algumas coisas com o Conselho. Nós vamos lançar esse programa com o nosso querido governador
2345 sexta-feira que vem. Vai ser lá na Praça da Liberdade, às 11h30min, sexta-feira que vem. Nós
2346 estamos pensando em fazer um evento para 250 (duzentas e cinquenta) pessoas. E, claro, das 250
2347 (duzentas e cinquenta) pessoas presentes lá, nós vamos convidar representações das 21 (vinte e
2348 uma) regiões, vamos convidar os Fóruns de entidades que a gente está levantando.... Eu peço ajuda
2349 para a Cristiane, para o Rodrigo, para a Geisiane, para as entidades, para a Juanita, para a Rose,
2350 para nos ajuda a localizar os Fóruns. Nós vamos convidar os Fóruns de entidades que existem
2351 também. Eu estou querendo sugerir aqui, por isso eu queria ver se vocês concordam que, para
2352 representar o nosso Conselho Estadual a gente pudesse convidar todas as entidades que compõe
2353 aqui o Conselho, titulares e suplentes, para que eles representem a bancada da rede privada na
2354 solenidade. APLAUSOS. **SIMONE:** Eu queria sugerir também que representasse o nosso Conselho a
2355 nossa vice-presidente Geisiane. APLAUSOS. **SIMONE:** Ela é vice-presidente e representa as
2356 entidades no nosso Conselho Estadual, não é? Então eu peço a colaboração de todos vocês para
2357 que todos possamos estar presentes. Nós vamos mandar o convite oficial. O governador vai convidar
2358 todo mundo oficialmente para o evento. Todos estão convidados. Os conselheiros que são aqui de
2359 Belo Horizonte ou da região metropolitana também podem nos avisar porque providenciaremos a
2360 entrada desses conselheiros. Isso independe, não é? Agora, representando o Conselho, eu sugiro
2361 que sejam as representações de entidades. **GEISIANE:** Tem inscrita aqui a Rose e também o
2362 Volney. Rose, por favor. **ROSILENE:** É só para convidar o trabalhador que trabalha na unidade de
2363 acolhimento participar na representação, assim como as entidades. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:**
2364 Cris, como relação o Fórum que o Júlio coordena você se encarrega de avisá-los, não é? VOZ AO
2365 FUNDO. **VOLNEY:** Ok. **GEISIANE:** A Cris pediu para reforçar a data. Vai ser sexta-feira que vem, dia
2366 14 de março, às 11h30min. O local é na Praça da Liberdade. Segundo a Simone, vai ser montada
2367 uma tenda. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** No jardim do palácio. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** 24/03.
2368 **SIMONE:** Gente é dia 24! Sexta-feira que vem! Às 11h30min. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Eu falei
2369 24! Por favor, Roseane. **ROSEANE:** É só um lembrete. Como nós temos uma instituição que está
2370 representando os surdos, para que nesse dia do evento ter a presença do tradutor intérprete de
2371 libras. **SIMONE:** Minha querida, todos os eventos nosso tem intérprete, está bom? Isso é um
2372 compromisso nosso. **GEISIANE:** Podemos então? Comissão de apoio. Quem vai fazer o relato? VOZ
2373 AO FUNDO. **GEISIANE:** Isac. Obrigada, coordenador. **ISAC:** Boa tarde a todos (as). Primeiro eu
2374 quero parabenizar essa comissão pelo trabalho que tiveram para conseguir tudo isso. Da nossa
2375 comissão a gente vai passar bem rápido. Estatuemos aberto para complementação tanto dos demais
2376 conselheiros, quanto para a plenária, caso deseje. O primeiro ponto de pauta foi: videoconferência
2377 com o tema “controle social”. Foi marcada uma data para o dia 27/04, que vai ser em uma quinta-

2378 feira, das 09 horas às 12 horas. O tema é “controle social como fortalecimento da democracia e a
2379 garantia de direitos no SUAS”. Foi proposta uma divisão em 03 (três) blocos: I – introdução com a
2380 participação da presidente do CEAS, senhora Simone, e da vice-presidente também, a Geisiane.
2381 Seguido da apresentação sobre o controle social pelo conselheiro Elder. O bloco II – debate. O bloco
2382 III – apresentação sobre a conferência de assistência social, com a professora Márcia Pinheiro e o
2383 representante da URCMAS de Belo Horizonte, A gente ressalta que haverá a participação nesse
2384 evento da presidente e da vice-presidente do CEAS, do conselheiro estadual Elder e a colaboradora
2385 Páscoa. E teremos também a presença da professora Márcia Pinheiro, que está elaborando também
2386 o caderno do controle social para o Capacita SUAS. Esse é o informe mesmo. Nós conversamos
2387 bastante na comissão sobre a conferência devido a um assunto que a conselheira Raquel até
2388 começou a introduzir aqui na oficina, que é a demanda dos Conselhos Municipais. Vários Conselhos
2389 Municipais já entraram em contato conosco pedindo auxílio sobre a conferência mesmo. Isso foi bem
2390 debatido na comissão. Foi bem debatido a necessidade que os municípios têm de conseguir apoio
2391 mesmo no sentido de orientação da conferência. E, para isso, na nossa conversa decidimos propor
2392 um encaminhamento para essa plenária: a comissão de apoio solicita do pleno que o CEAS oficie o
2393 CNAS no sentido de cobrar o lançamento das diretrizes de abordagem do tema para que os CMAS
2394 possam trabalhar em seus municípios. Essa é uma demanda que em atingido diretamente aos CMAS,
2395 que se vêm incapacitados de elaborarem as dimensões dos temas abordados nas conferências
2396 municipais. A gente faz essa proposta entendendo que seria legal o CEAS auxiliar os municípios
2397 nessa cobrança. Esse é o ponto para deliberação. O ponto dois: análise do material distribuído na
2398 última plenária acerca do “caderno de perguntas e respostas e orientações aos CMAS”. A gente
2399 debateu um pouco sobre isso para a nossa reunião não ficar pautada só na questão da conferência.
2400 Essa foi uma demanda que surgiu nos intervalos das plenárias com certa urgência. Aqui é para
2401 informar sobre o “perguntas e respostas”. Eu participei na quarta-feira de uma reunião na SEDESE a
2402 convite da presidente do Conselho. A Márcia Pinheiro falava sobre o caderno do Capacita SUAS.
2403 Essa participação foi muito rica, porque pôde contribuir com o material que a gente está elaborando
2404 na comissão e no sentido de ter mais uma certeza da simplicidade e legitimidade que temos que
2405 mostrar nesse material. É só para socializar mesmo que eu estou falando da minha participação
2406 nessa reunião. Eu fiquei muito satisfeito com o que eu vi no sentido de cumprir os objetivos em
2407 informar aos CMAS que precisam conseguir essas informações de formar mais acessível. Se algum
2408 membro da comissão quiser complementar o meu informe.... Alguém quer? VOZ AO FUNDO.
2409 **SOYLA:** Quando a gente cita a questão do ofício ao CNAS é no sentido de pedir uma maior
2410 agilidade dos informes que são realizados em todas as conferências, não é? O CNAS sempre
2411 publica esses informes. PARTE 5 **SOYLA:** (...) A gente está falando muito sobre as conferências
2412 regionais. Mas, os municípios, nesse momento, estão articulando pré-conferência e conferências
2413 municipais. Essa é a nossa preocupação. Essa é uma demanda que surge dentro da comissão de
2414 apoio aos Conselhos. Obrigada. **GEISIANE:** Temos inscrições? Você vai complementar, Silvana?
2415 **SILVANA:** Sim. A gente pensou nesse ofício junto com essa pauta da videoconferência porque vai
2416 ser pautada a conferência de assistência para a Márcia. Então, se a gente conseguisse oficiar o
2417 CNAS e ter essa resposta até o dia 27 de abril, a gente pode estar falando disso na videoconferência
2418 também. **GEISIANE:** Eu me inscrevi com relação a esse encaminhamento do ofício. As reuniões das
2419 comissões foram ontem e, hoje, eu fiz o repasse da reunião do FONCEAS, não é? A Simone
2420 também reforçou que a Jose vai nos representar no encontro de abril. O Conselho então já se
2421 comprometeu a fazer o repasse final das informações dos informes nesse período. A gente sabe da
2422 urgência, estamos totalmente solidários a isso. Mas, já veio a informação hoje onde eles já
2423 sinalizaram a data que eles vão oficiar isso. Serão nos dias 03 e 04 de abril. Essa é a data que eles
2424 apontaram como um marco para se fazer a discussão final, entregar o produto e tal. É o que a gente
2425 está esperando. Então já veio essa sinalização. Eu fico pensando se não é um acúmulo. Ontem
2426 vocês se reuniram, a gente é solidário a isso. A gente sabe que existem as cobranças, mas, hoje...
2427 VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** É isso o que eu estou dizendo. A reunião foi ontem e hoje eu trouxe o
2428 informe de que a Jose está nos dias 03 e 04. Agora, caso nos dias 03 e 04 o “trem” ainda não
2429 tenha... Eu acho justo a gente pensar em um ofício para pedir ao CNAS agilidade. Concordam ou
2430 não? Eu trago para discussão para vocês. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ok. Tem outro ponto em
2431 que a gente precisaria dialogar mais? **ISAC:** Não. Os demais eram informes, mesmo. **GEISIANE:** Só
2432 informes. Ok. Podemos ir então para a comissão de normas. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** O
2433 Rodrigo é o coordenador. O Volney que vai apresentar. Volney. **VOLNEY:** Estivemos presentes na
2434 comissão: Rodrigo, eu e o William. Tivemos 05 (cinco) ausências. Ponto um: Projeto Hidroagrícola
2435 Jequitai nos municípios de Francisco Dumont, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Jequitai.

2436 Tem a previsão de atingir 186 (cento e oitenta e seis) propriedades. O PAS/Barragem foi aprovado
2437 por meio da resolução 437/2016. Esse projeto tinha uma responsabilidade de construção através da
2438 CODEVASF em parceria com RURALMINAS. Eu vou dar uma resumida aqui para vocês, está bem?
2439 Como a RURALMINAS foi desativada na reforma administrativa, nós vínhamos tentando saber que é
2440 seria a responsabilidade. Então nós convidamos a CODEVASF par vim até o CEAS e dar
2441 explicações para gente. Eles não vieram em dezembro, nem fevereiro em fevereiro também. Nós
2442 recebemos antes e ontem aqui um representante da RURALMINAS e da CODEVASF. A CODEVASF
2443 já se comprometeu em dar continuidade ao Projeto Jequitaiá. O empreendedor também esteve aqui,
2444 que é o pessoal da THOR. Então, após a exposição dos envolvidos, ficou acordado que o
2445 empreendedor vai apresentar ao CEAS oficialmente em até 120 (cento e vinte) dias um Plano de
2446 retomada das ações do PAS/Barragem, que inclua comunicação aos atingidos sobre todo esse
2447 processo e um cronograma para finalização as obras. Ok? Então nós vamos aguardar isso aí. Está
2448 claro para todo mundo? Ou não? Ok? Então, esse é o nosso encaminhamento. Podemos então
2449 deliberar para aprovação desse encaminhamento? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY**: Ok. Aprovado Rosa.
2450 O ponto dois: areeiros UH Barra de Braúnas. Em outubro e novembro de 2016 o CEAS realizou
2451 avaliação do Programa de Reativação Econômica implantado em Laranjal para atender as famílias
2452 atingidas pela UHE Barra de Braúnas, objetivando apurar denúncia de um vereador local a respeito
2453 do Plano, que segundo o denunciante “aquela agremiação não viu, nem de perto, qualquer benefício
2454 a justificar o objetivo de recursos financeiros então repassados à Associação” ...). Durante a visita foi
2455 constatada, de modo geral, todos estavam satisfeitos com os resultados obtidos com as
2456 cooperativas. Esse conselheiro que vos fala que esteve em Laranjal e certificou toda essa satisfação
2457 por parte dos atingidos. Porém durante as entrevistas houve denúncia que havia pendências em
2458 relação aos areeiros: não cumprimento da Brookfield de acordo feito entre a empresa e os areeiros
2459 da JM de instalar um areal na região, ainda que houve um estudo de viabilidade de instalação desse
2460 empreendimento encomendado pela empresa. Os atingidos solicitam uma reunião com o CEAS e a
2461 BROOKFIELD. Desde novembro está sendo apurada pelo CEAS essa possível negociação no
2462 processo da UHE Barra de Braúnas e no Programa de Reativação Econômica, porém ainda não
2463 houve constatação desse acordo. Para verificar essa situação também solicitamos ao empreendedor
2464 informações dessa negociação. Em resposta datada em 16/02/2017, a Barra do Braúna Energética
2465 S/A enviou uma lista das indenizações já realizadas aos areeiros e informou que: em que pese o
2466 caráter genérico das imputações dos atingidos, cumpre destacar que todos os atingidos de areais
2467 foram regularmente indenizados por suas propriedades com os respectivos lucros cessantes. Da
2468 mesa forma, os trabalhadores desses empreendimentos receberam, além das indenizações pela
2469 perda do posto de trabalho, bolsas de auxílio durante um ano, ofertando-os ainda a oportunidade de
2470 participar dos projetos de reativação econômica acompanhada da capacitação quando necessária.
2471 Ainda solicitamos aos areeiros: lista de atingidos que fizeram esse acordo; algum documento (ata ou
2472 similar) que fez o registro da negociação e cópia do estudo de viabilidade, que segundo os atingidos
2473 provou a possibilidade da instalação. Já o empreendedor representado pelo seu diretor Sr. Antônio
2474 Fonseca dos Santos, informou que o estudo de viabilidade constatou a inviabilidade de instalar um
2475 areal na região. Esse estudo foi apresentado aos atingidos em reunião específica. Assim, foi
2476 solicitado ao Sr. Antônio Fonseca cópia desse estudo e registro dessa reunião. Então, nós indicamos
2477 marcar uma reunião com os areeiros e o empreendedor com a comissão e normas para o dia 27/04
2478 durante a nossa reunião mensal. Só para esclarecer, areeiro e empreendedor. Aprovado o indicativo,
2479 gente? Ok. O ponto três: Rever a resolução nº 318/2010, que dispõe sobre o processo de análise e
2480 os procedimentos relativos aos Planos de Assistência Social, para as populações de áreas
2481 inundadas por reservatórios – PAS/Barragem. Foi encaminhada para todos os conselheiros a minuta
2482 da alteração para a avaliação e contribuição. Bom, os encaminhamentos das últimas plenárias: nade
2483 liberação da 216ª Plenária Ordinária do CEAS ocorrida no mês de outubro, a minuta foi enviada para
2484 todos os conselheiros, as contribuições seriam encaminhadas à Secretaria executiva para
2485 compilação. Tendo compilação ou não esse assunto seria discutido entre os representantes
2486 governamentais e entre os da sociedade civil, durante as reuniões específicas de cada grupo que
2487 antecedem as Comissões. Depois seriam apresentados os destaques na 217ª Plenária do CEAS, do
2488 mês de novembro. Porém na 217ª Plenária do CEAS houve a informação que as bancadas reunidas
2489 na parte da manhã tiraram o assunto da pauta da plenária, considerando que havia na Assembleia
2490 Legislativa o Projeto de Lei que Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros
2491 Empreendimentos. Nós íamos rever uma resolução, iríamos fazer alterações nela, mas, porém, tinha
2492 um PEABE tramitando na ALMG. Então não justificativa fazer uma alteração de uma resolução se a
2493 lei iria sofrer uma alteração. Em 16/02, considerando a necessidade da revisão da Resolução nº

2494 318/2010, por dispor sobre procedimentos referentes a Resolução nº 317/2010, que foi revogada
2495 pela Resolução 498/2014, sugeriu em sua súmula consultar oficialmente a Assembleia Legislativa
2496 sobre a tramitação da Projeto de Lei que Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e
2497 outros Empreendimentos. Na 219ª Plenária Ordinária do CEAS, ocorrida no dia 17/02/2017,
2498 concordou com a necessidade de saber da tramitação do PL, porém não por ofício, assim foram
2499 aprovados os seguintes encaminhamentos: o conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira se
2500 comprometeu em apresentar à Secretaria Executiva do CEAS informações sobre a tramitação,
2501 considerando que ele fazia parte do grupo que discutiu sobre a política. Porém não houve retorno do
2502 conselheiro. Ele se encontra aí? VOZ AO FUNDO. VOLNEY: É lamentável, não é? Substituir o ofício
2503 por uma consulta ao site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Abaixo, as informações
2504 retiradas do site da Assembleia Legislativa sobre o Projeto de Lei 3312/2016 que institui a política
2505 estadual por barragens e outros empreendimentos e dá outras providências. No site é informado que
2506 o PL foi retirado de pauta da ALMG. Então se o PL foi retirado de pauta, não resolve a gente ficar
2507 esperando esse projeto tramitar, não é? VOZ AO FUNDO. VOLNEY: Exatamente. O nosso
2508 encaminhamento: Considerando que a revisão da Resolução do CEAS foi tirada da pauta da sua
2509 217ª Plenária, ocorrida em novembro, porque havia na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que
2510 Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos, e conforme
2511 informação do site da ALMG que o PL foi retirado de pauta da Assembleia, a comissão retornará a
2512 revisão da resolução 318/2010. Todos concordam? Nós vamos retomar a resolução de acordo com a
2513 legislação que está em vigor. Ok? Ponto quatro: planejamento da comissão. Nós vamos retomar as
2514 discussões iniciadas no ano de 2015 e 2016 sobre as legislações abaixo. Rever a Lei Estadual n.º
2515 12.262/96, que dispõe sobre a política estadual de assistência social, cria o Conselho Estadual de
2516 Assistência Social – CEAS e Lei Estadual n.º 12.227/96, que cria o Fundo Estadual de Assistência
2517 Social – FEAS. Nós vamos retomar no mês de maio. Nós vamos rever essas legislações a partir de
2518 maio; rever a resolução nº 318/2010, que dispõe sobre o processo de análise e os procedimentos
2519 relativos aos Planos de Assistência Social, para as populações de áreas inundadas por reservatórios
2520 – PAS/Barragem. Nós vamos retomar agora no mês de abril; Analisar Resolução do CEAS n.º
2521 373/11, que dispõe sobre a regulação e o cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais. Nós
2522 vamos nos reunir em maio com a comissão de política para retomar as discussões. Então esse é o
2523 nosso planejamento. Aprovado o encaminhamento, gente? **GEISIANE:** Pessoal, temos
2524 manifestações? O Léo está inscrito, e a Consolação também. Léo Koury. **LEONARDO KOURY:** Eu
2525 queria inicialmente dizer que nos dias de 13 a 15 foram os dias de lutas dos atingidos por barragem.
2526 O dia 14 é o dia da luta dos atingidos por barragens, represas e empreendimento. Foram dias
2527 marcados de manifestações e também de tristeza em Minas Gerais, muita tristeza. É a segunda
2528 barragem de contenção que espalha lama nos rios de Minas Gerais na região de Congonhas, no Alto
2529 Paraopeba. Infelizmente a imprensa não noticiou. A imprensa não disse sobre, mas vocês podem
2530 olhar no Google. Vocês podem colocar: Paraopeba, lama, Congonhas.... Foi justamente no dia de
2531 luta que a SAMARCO e outros empreendimentos da área da mineração deram para o meio ambiente
2532 e para a região agropecuária do Alto Paraopeba mais lama, não é? Enquanto essa questão que o
2533 Volney colocou de que foi retirado da pauta da Assembleia é isso mesmo o que está marcado no
2534 site. A gente não tem mais informações técnicas do que isso. Houve na ocupação da CEMIG, no dia
2535 13, um compromisso da comissão que atendeu os atingidos de que a PL vai voltar para a
2536 Assembleia. Vale levar em consideração a todas (os) que não é por falta de empenho do governo, é
2537 por uma disputa desleal com relação ao capital dos interesses dos direitos humanos desses
2538 atingidos, no qual existe uma grande bancada de deputadas (os) que defendem que as mineradoras
2539 e esses empreendimentos que degradam o meio ambiente, que destroem vidas, famílias e
2540 populações, inundam os nossos alimentos com lama e sujeira, assim como a gente ver hoje o Grupo
2541 JBS faz com que a gente tenha uma carne com uma cor que é produzida através de texturas
2542 cancerígenas, corantes que são ilegais no Brasil... Mas é uma luta que o CEAS vem assumindo. Eu
2543 acredito que, por toda essa conjuntura, em especial de levar em consideração que fazer um esforço
2544 de voltar para a pauta da ALMG não é garantia que esse PL que garante os direitos dos atingidos por
2545 barragens e outros empreendimentos sai vitorioso e aprovado... A gente sabe que isso ainda passa
2546 por negociações, por comissões.... Hoje a gente tem muito mais pessoas contras do que a favor dos
2547 atingidos nesses espaços legislativos. Eu acredito que é mais que pertinente. Eu termino aqui
2548 ressaltando a importância da comissão de normas em voltar a discutir as suas normatizações e
2549 regulações referentes a questão das barragens. É uma pena que nessa mesma semana que a gente
2550 luta tanto para que essas famílias que moram nesses entornos tenham o direito, a gente ganha de
2551 presente mais lama entre os rios, entre ele a nascente do Rio das Velhas que abastece a região

2552 metropolitana. Daqui pouco está chegando lama para gente assim como chegou uma semana depois
2553 em Governador Valadares. Espero que a gente tenha condição de abastecimento de água suficiente
2554 para que a gente não possa beber lama assim como os cidadãos da Valadares que não tiveram essa
2555 oportunidade. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Gente, temos a aprovação dos encaminhamentos da
2556 comissão? Volney. **VOLNEY:** Pois é! Eu pergunto à plenária: a gente retoma a discussão dessa
2557 resolução? Ou aguarda esse PL “andar” mais um pouco? Não tem também uma previsão, não é
2558 Leonardo? Eu sugiro a gente retomar com a resolução depois, não é gente? Ok. **GEISIANE:**
2559 Aprovado, gente? Ok. Como o próximo ponto a gente tem a conferência estadual, não é? Ficou na
2560 responsabilidade das representações tirarem os nomes para a comissão de organização da
2561 conferência. Você pode ler para gente os representantes da sociedade civil, Rose? Ou não está aí?
2562 Senão eu tenho aqui. Então está bem. É porque eu tinha te passado. Então, eu vou fazer aqui a
2563 leitura da indicação dos representantes da sociedade civil para composição da comissão de
2564 organização da conferência e a comissão de acessibilidade. Para a comissão e organização da
2565 conferência: o representante de entidade ficou o Rodrigo; Representante de trabalhadores é a Érica;
2566 Representante de usuários é o Isac; representando o CMAS não governamental a Daiana. Estou
2567 correta? Como representantes da comissão de acessibilidade para a conferência estadual:
2568 representando as entidades é a Roseana; CMAS vai ser o William. Não. Desculpa. O representante
2569 do CMAS vai ser o Rodrigo. Desculpa está bem, Rodrigo? Por isso que eu falei para vocês me
2570 ajudarem e passei a anotação ontem para a Rose. Vai ser o Rodrigo, do CMAS/Nova Lima,
2571 representando o CMAS na comissão de acessibilidade; E os usuários vai ser o William. Correto? A
2572 Daiana pediu para falar. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Certo, gente? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:**
2573 Pode falar! **DAIANA:** É na comissão organizadora? **GEISIANE:** Sim. **DAIANA:** O Rodrigo, do
2574 CMAS/Nova Lima... **GEISIANE:** E você na acessibilidade. É só invertendo. Desculpa. **DAIANA:**
2575 Então eu estou certa? **GEISIANE:** Está bom. **ROSILENE:** Os dois Rodrigo estão na organização.
2576 **GEISIANE:** Está bom. **DAIANA:** Os dois Rodrigo. **GEISIANE:** Já inverti. **DAIANA:** Daiana, do
2577 CMAS/Juiz de Fora, está na acessibilidade. **GEISIANE:** Desculpa. Obrigada, está bem? Já está
2578 invertido aqui. Os representantes do governo a Simone vão falar aqui os nomes. **SIMONE:** Os
2579 representantes são: Marta Silva, Isabela e o Elder representando o CMAS governamental. E do
2580 COGEMAS nós vamos esperar a indicação. Está bom? **GEISIANE:** Tudo tranquilo, gente? Ótimo.
2581 Sanado este ponto. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Oi? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Pode. Marta
2582 passa para ela. VOZ AO FUNDO. **SANDRA:** Ontem na reunião foi falado da necessidade pelos os
2583 nossos palestrantes, professores e colaboradores ilustres que estavam aqui da importância de a
2584 gente fazer uma prestação de conta nessa conferência. É só lembrar para comissão que foi criada
2585 aqui de avaliação e acompanhamento das deliberações a gente fazer esse “para casa”. Com certeza
2586 a SEDESE está fazendo lá. O Conselho e a comissão têm que fazer o “para casa”, para gente já
2587 começar prestando conta do que foram os desafios, as potencialidades... Então é só para lembrar
2588 que ontem foi falado isso para gente não deixar passar. **SIMONE:** Lembrando também que
2589 comissão organizadora da conferência ela deve pegar toda a degravação e todo o debate da reunião
2590 de ontem. Tem várias sugestões. A professora Eleonora também deixou uma sugestão de tema.
2591 Foram várias questões levantadas na oficina de ontem para a discussão a nossa conferência
2592 estadual. A fala da Sandra foi extremamente importante. Essa comissão de monitoramento tem que
2593 se reunir viu Consolação? Tem que convocar essa comissão. Eu peço ao Leonardo Ladeira, que
2594 coordena a comissão de monitoramento... Isso o que a Sandra falou aqui é sério! Essa comissão
2595 tema função de monitorar das deliberações, então é essa comissão que tem que começar a preparar
2596 quais serão as devolutivas que o Conselho Estadual vai ter. “Daqui a pouco” começa a conferência
2597 municipal. Nós estamos cobrando o Conselho Nacional, mas nós mesmo não fizemos a nossa parte.
2598 Eu acho que é importante a gente colocar essa questão. Temos que chamar a nossa comissão
2599 organizadora para gente já começar a trabalhar e discutir a nossa conferência. Eu espero que a
2600 gente traga no próximo pleno, assim eu espero, um desenho mais concreto das nossas conferências
2601 regionais e as orientações para a conferência municipal. **GEISIANE:** Passando então para o próximo
2602 ponto. Podemos? Temos aqui a proposta de emenda constitucional – PEC 287/2016 em defesa do
2603 benefício de prestação continuada. Tem a correspondência do CNAS. **CONSOLAÇÃO:** O CNAS
2604 encaminhou ao Conselho Estadual duas correspondências com o teor mais ou menos igual que se
2605 refere a proposta da emenda. Inclusive a nossa vice-presidente já falou que recebeu lá na reunião
2606 esse manifesto em defesa do benefício feito pelo CNAS e mais uma resolução. Isso também foi
2607 encaminhado para gente. Nós já repassamos para os CMAS e para os conselheiros. O CNAS vem
2608 solicitar ao CEAS que pautar um debate sobre o BPC, e solicita realização de audiências públicas nas
2609 Câmaras Legislativas Estaduais de forma mobilizar os deputados estaduais para que os mesmos

2610 possam sensibilizar os deputados federais na defesa do BPC mantendo o CNAS informado sobre
2611 todas as ações realizadas. Essa é a solicitação do Conselho para o CEAS. **SIMONE:** Também nesse
2612 sentido, nós temos uma agenda da reforma da previdência absurdamente apertada, não é? A
2613 proposta do governo federal é votar a reformar da previdência até o dia 06 de março na Câmara dos
2614 Deputados e depois vem o Senado. Nós não podemos nos esquecer de que a reformada previdência
2615 ataca frontalmente o sistema de proteção social brasileiro. Na reforma da previdência, além de todos
2616 os problemas afetos a previdência de todos os brasileiros, tem também o debate e a discussão o
2617 BPC. A reforma da previdência propõe desvincular o BPC do salário mínimo e, propõe também, tirar
2618 a garantia do direito à aposentadoria dos trabalhadores rurais. Nós temos que lembrar que no âmbito
2619 da seguridade social a aposentadoria rural, o BPC e a aposentadoria compõem o sistema da renda
2620 da seguridade social brasileiro. Então é isso que está em discussão. É impressionante como que os
2621 Conselhos de Assistência Social estão absolutamente calados. A nossa vice-presidente foi no Fórum
2622 e com todos os Conselhos Estaduais, mas parece que não está acontecendo nada na reforma da
2623 previdência. Eles estão é questionando porque Minas disse não ao Programa Primeira Infância no
2624 SUAS ao invés de ser mais incisivo na defesa do serviço BPC e na defesa da seguridade social.
2625 **GEISIANE:** Quero reforçar que não foi fácil a gente conseguir fazer a mobilização. Eu tive que juntar
2626 com a Bahia e com um companheiro lá de Santa Catarina para gente conseguir aprovar para o
2627 manifesto o “Dia Nacional da Luta em Defesa do BPC”. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ainda não
2628 saiu. Eles não mandaram para gente ainda. Eu tive a informação via whatsapp que eles vão fazer
2629 correções e aí vão mandar. É o que eu disse aqui no meu repasse. Tanto o manifesto, quanto a
2630 carta, assim que eles enviarem a gente vai fazer a leitura aqui. Mas eu sai com a aprovação. Depois
2631 o colega da Bahia me mandou whatsapp falando da aprovação da carta o “Dia Nacional”. Eu estou
2632 esperando sair essa carta para ver se eles tiraram o “Dia Nacional.” Eu digo de antemão que
2633 tentaram sair na hora que eu falei. “Ah! Mas a gente não tem recurso.” Eu falei: “nós não estamos
2634 falando de recurso. Nós estamos falando em marcar enquanto Fórum um dia de luta e cada Estado,
2635 cada CEAS, vai fazer no seu espaço e da sua forma uma manifestação em defesa do BPC.” Então
2636 essa foi a discussão. Não foi fácil. **SIMONE:** Que dia que vai ser o nosso próximo pleno? VOZ AO
2637 FUNDO. **SIMONE:** 27 de abril? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É porque tem uma solicitação da nossa
2638 secretária Rosilene. Eu vou ler para vocês. Gostaria de propor ao Conselho Estadual de Assistência
2639 Social e ao COGEMAS um evento para debatermos sobre a reforma da previdência com foco no
2640 Bolsa Família e no BPC. Quero convidar o deputado estadual Patrus Ananias e outros deputados
2641 importantes. Peço que vocês formalizem ao CEAS e ao COGEMAS, por favor. Eu estou trazendo a
2642 sugestão da nossa secretária aqui para o CEAS coordenar uma grande discussão, um debate de luta
2643 em defesa da previdência, do BPC e do Bolsa Família. Talvez a gente pudesse fazer uma
2644 manifestação ou um dia antes do nosso pleno ou no dia do nosso pleno. Nós temos que organizar
2645 para fazer um negócio junto com o COGEMAS, com a Frente, com os gabinetes dos deputados
2646 envolvidos no tema.... Então é uma questão que eu queria trazer aqui. A secretária Rosilene pediu
2647 para que provocasse o pleno e também ao COGEMAS para gente pensar em um ato em defesa da
2648 contrarreforma da previdência com foco no Bolsa e no BPC. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Está
2649 marcado para o dia 06, mas tem o Senado. Então, nós temos que pressionar. Para a Câmara dos
2650 Deputados não dá mais, mas para o Senado a gente pode fazer alguma coisa ainda, não é? VOZ AO
2651 FUNDO. **SILVANA:** Gente! Está acumulando a videoconferência, com o CNAS e com a data do
2652 CEAS no dia 27. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Dia 27 é na quinta-feira, não é? Quinta-feira. Seria de
2653 manhã, não é? E dia 28 a plenária. Você está dizendo que coincide, não é? Mas é na parte da
2654 manhã. **SILVANA:** Lá na cidade administrativa? **GEISIANE:** É. De manhã teria a mesa diretora, que
2655 no caso não teria. E a tarde segue com as comissões, não é isso? Ou então a gente trazer aqui para
2656 discussão talvez de outra data. VOZ AO FUNDO. **MARTA ELIZABETE:** Gente, isso não é
2657 fundamental para clientela? A gente não podia tentar fazer um ato mais com o pessoal daqui de BH?
2658 A gente chamaria para ir na assembleia, por exemplo. Fazer uma carta de Minas e entregar para os
2659 deputados, alguma coisa... VOZ AO FUNDO. **LEONARDO KOURY:** Na última reunião do executivo
2660 da Frente ficamos de fazer contato com a Frente Popular em Defesa da Previdência Social e Frente
2661 Mineira em Defesa do SUS. Conseguimos contribuir em parte com a mobilização que já existia da
2662 Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, que foi no dia de luta contra a reforma da
2663 previdência. Nisso a gente conseguiu ganhar da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos
2664 Deputados que a gente tivesse um calendário de audiências públicas sobre a reforma da previdência
2665 e reforma trabalhista, na qual o texto de pedido da audiência referenciasse também a questão do
2666 BPC, porque ele perpassa por essas duas reformas, não é? O calendário que a Câmara dos
2667 Deputados passou para nós é que em Belo Horizonte terão audiências públicas. Essas audiências

Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS

CEAS-MG

Casa dos Direitos Humanos – Av. Amazonas, 558 - 4º Andar - Centro

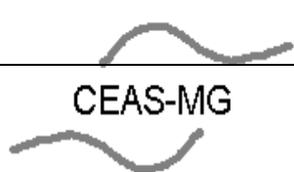
Belo Horizonte/MG – CEP: 30180-001

Geral: (31) 3270-3200 – Telefones: (31) 3270-3644; 3270-3645

Site: www.social.mg.gov.br/ceas / E-mail: ceasmg@yahoo.com.br

2668 públicas vão ser territorializadas, vão acontecer nos 27 Estados. Vai ser no dia 27/04 em Belo
2669 Horizonte. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO KOURY:** Vai ser a Câmara dos Deputados, na Comissão
2670 de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados. Quem é o vice-presidente hoje... Perdão! Não é
2671 Câmara dos Deputados, não. É o Senado. Foi um requerimento do Paulo Paim. A Câmara dos
2672 Deputados foi convidada também para participar também da audiência. Vale lembrar que é uma
2673 disputa que não está só dentro dessa estrutura da Comissão de Direitos Humanos, também outras
2674 comissões estão fazendo esse debate. Hoje há ao todo dentro da Câmara dos Deputados quase que
2675 65% a favor da refirma da previdência. Os movimentos sociais e a Frente Brasil Popular e a Frente
2676 Povo Sem Medo vem fazendo denúncia de deputado por deputado, passando o nome, passando o
2677 telefone. No dia 15 de março a gente teve em Belo Horizonte, segundo o jornal O TEMPO, 150 mil
2678 pessoas. E, segundo o jornal Hoje em Dia, 120 mil pessoas. Nós estamos com o coração tranquilo
2679 para dizer que menos de 10 cem mil não tivemos. Nós tivemos uma quantidade muito grande. Em
2680 São Paulo estavam 300 mil pessoas. E em todo Brasil por volta de 1,100mil pessoas se
2681 manifestando. Foi a maior de todos os tempos desde o golpe de Estado que nós sofremos. Os mais
2682 informes nós vamos passar na próxima plenária. VOZ AO FUNDO. **LEONARDO KOURY:** O Bruno
2683 não se encontra mais aqui. Mas... VOZ AO FUNDO. **LEONARDO KOURY:** A gente não tem esse
2684 informe. **SIMONE:** Tem uma sugestão para o Conselho tentar ver se aglutina esforços. Tem essa
2685 informação que o Léo deu de que está previsto..., mas só está previsto, não é Leonardo? Você não
2686 sabe de mais nada. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Está confirmado? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** E
2687 com quem que a gente pega mais informações? **LEONARDO KOURY:** Com a assessoria do Paulo
2688 Paim, com que a gente está em contato. **SIMONE:** Então você podia fazer o favor. O nosso
2689 Conselho tendo mais informação a gente pode ser mais proativo. Temos que saber com quem que
2690 ele está mantendo contato aqui, porque alguém deve está mobilizando isso aqui em Minas, não é?
2691 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Então, às vezes ele pode está chamando a Assembleia. Consolação
2692 faça o favor de cobrar do Léo. Vamos ver então se a gente participa e ajuda a organizar o evento do
2693 dia 27. Tem que ver o horário e essas coisas. A gente prioriza a participação nessa audiência. Assim
2694 que tiver a informação a gente mobiliza a nossa Frente, o COGEMAS e os atores da defesa do
2695 SUAS. **CONSOLAÇÃO:** Então a gente suspende a capacitação, porque, a gente tem que envolver
2696 as pessoas com urgência na defesa desses direitos. Está certo? Então está bem. VOZ AO FUNDO.
2697 **MARTA ELIZABETE:** Todo mundo já está indo embora, mas eu queria dar um informe de ontem. Eu
2698 vou ser breve. Teve uma audiência na Câmara chamada pela vereadora Aurea sobre a questão do
2699 sequestro de bebês. Estava muito cheia a audiência. O vice-prefeito apareceu. A Maíra, que já
2700 esteve aqui conosco e que a nova secretária de desenvolvimento social de BH, falou de uma
2701 instituição que foi aberta no final do ano passado na Pampulha – Casa dos Bebês para o
2702 acolhimento das mães usuárias de álcool e drogas e que tiveram os seus bebês retirados, acolhidos,
2703 perderam guarda ou foram adotados. Eu só quero dizer para vocês que o encaminhamento foi a
2704 constituição de uma câmara técnica para aprofundar essa discussão. A Câmara de Vereadores vai
2705 pedir dados para as entidades e para o município de Belo Horizonte. Mas teve denúncias, inclusive
2706 de uma representante e tráfico de pessoas. Ela disse que a polícia federal está com alguma
2707 preocupação em relação ao que está acontecendo em Belo Horizonte. Não foi conclusivo, mas eles
2708 vão tentar ver se consegue abrir uma CPI para ver. Não garantiram isso. O vereador Pedro Partos, o
2709 dos direitos humanos, a Aurea.... Tinha 05 (cinco) vereadores na audiência. Teve um tencionamento.
2710 Eu acho que a gente deve acompanhar mais isso. Talvez a gente tenha que discutir mais um pouco
2711 isso. É só isso. **SIMONE:** Obrigada, conselheira Marta. Bem, conselheiros (as), quero agradecê-los
2712 muito. Foram dois dias muito intensos, mas eu tenho certeza de que foram muito importantes para a
2713 consolidação do SUAS em Minas Gerais e no Brasil. Muito obrigada a todos. Bom final de semana e
2714 até o próximo dia 27. APLAUSOS. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Dayana Cristina Lourenço de Assis	CMAS/Juiz de Fora	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Fabírcia Ferraz Mateus Lopes	SEAPA	
Geisiane Lima Soares	CARITAS	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS/Pedro Leopoldo	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	



Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS

Casa dos Direitos Humanos – Av. Amazonas, 558 - 4º Andar - Centro

Belo Horizonte/MG – CEP: 30180-001

Geral: (31) 3270-3200 – Telefones: (31) 3270-3644; 3270-3645

Site: www.social.mg.gov.br/ceas / E-mail: ceasmg@yahoo.com.br

Josiany Vieira de Souza	ACONEQUISTAC		
Leonardo Carvalho Ladeira	SEPLAG		
Leonardo Koury Martins	SEDA		
Luiz George Marcelino Trindade	CMAS/Lagoa Santa		
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS/Leopoldina		
Maria Juanita Godinho Pimenta	Fed. das APAE's		
Marta Elizabete de Souza Aguiar	SES		
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE		
Raquel Francisca Ferreira Silva	CMAS/Leopoldina		
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM		
Rodrigo Silveira e Souza	CMAS/Nova Lima		
Roseane Cristina dos Santos	FENEIS		
Rosilene Aparecida Tavares	CRESS		
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF		
Silvana Célia de Campos	SEE		
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE		
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS/PARACATU		
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND		
William de Souza Franco	Associação Q.Marques		
Willam Santos Franca	URCMAS/BH		
Wilson de Sales Lana	SEF		

2715